

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**CLAUDIO ANSELMO DE SOUZA MENDONÇA**

**TEMPO DE TRABALHO E TEMPO DE NÃO TRABALHO DOS BANCÁRIOS DO  
BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DE SÃO LUÍS DO  
MARANHÃO**

São Luís

2015

**CLAUDIO ANSELMO DE SOUZA MENDONÇA**

**TEMPO DE TRABALHO E TEMPO DE NÃO TRABALHO DOS BANCÁRIOS DO  
BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DE SÃO LUÍS DO  
MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado  
em Políticas Públicas da Universidade Federal  
do Maranhão para obtenção do título de  
Mestre em Políticas Públicas.

Orientador(a): Doutora Ilse Gomes Silva

São Luís

2015

**CLAUDIO ANSELMO DE SOUZA MENDONÇA**

**TEMPO DE TRABALHO E TEMPO DE NÃO TRABALHO DOS BANCÁRIOS DO  
BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DE SÃO LUÍS DO  
MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado  
em Políticas Públicas da Universidade Federal  
do Maranhão para obtenção do título de  
Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em / /

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Ilse Gomes Silva (Orientadora)

Doutora em Ciências Sociais

---

Prof. Dr. Flávio Farias Bezerra

Doutor em Economia

---

Prof. Dra. Joana Aparecida Coutinho

Doutora em Ciências Sociais

Ao meu pai José Renato Machado Mendonça (in memorian) e  
à minha mãe guerreira e lutadora Luzimar de Souza Mendonça;  
Ao meu filho, Vladimir e à minha companheira/amiga/amada, Etyane;  
A todos que lutam em torno da efetividade emancipatória do tempo livre

## AGRADECIMENTOS

Às minhas crianças, Vladimir, Renato, Lane, Ana, Sophia, Clarissa, Bia Beatriz Renata, Aryane, Cecília, Maria Eduarda, Jorian e Yasmin, que são fermento de um novo mundo que há de se concretizar;

Às três mulheres da minha vida, minha avó Idalina, minha mãe Luzimar e minha amada Etyane;

Aos meus queridos irmãos, Christopher, Chrystian, Chrisóstenes, Clístenes e Rayane, que com nossos afagos, debates, ternuras e durezas, nos transformamos cotidianamente, fazendo-me mais forte e seguro. São intrinsecamente parte de mim;

As minhas cunhadas/comadre Clédina Maria e às minhas cunhadas Cristiane e Gisely, que como flores em um jardim, ajudam a perfumar mais nossas vidas;

Aos meus primos-amigos, Thaís, Emanuele e Jean Gustavo, que em toda trajetória de minha vida, lá estiveram me ajudando na compreensão do mundo;

A todos meus tios e tias, em especial, a Raimunda Frazão, que com suas poesias, nos encanta e encanta esta terra chamada Maranhão;

À dona Raimunda e seu Ferraz, que se tornaram no momento em que entrei em suas vidas, parte também da minha;

Aos meus amigos de sonhos e caminhadas dispersos pelo mundo, que um dia espero poder encontrá-los para ouvirmos aquelas canções que disparam os corações. De minha terra amada, Denise, Tátia, Manoel, Joivaldo, Jorge Serejo, Edie, Areta, Raquel, Vitória Cristina, Sthepanie, Harlen, Eduardo Correa, Saulo, Vinícius Bezerra, Lívia, Thaisa, Ana Paula, Ivanoilson (vulgo Baú), Fábio Quibisco, Lobo (in memorian), Welington, André De Lucas; De Aracaju, minha outra terra amada, Vanessa, Arci, Shau, Denise, Guinho, Fabiana, Chris e Luana; Dos tempos de pastoral da juventude, lá do Rio Grande do Sul, Simone Moreira e Juliana; Do tempo do Psol, Paulo Rios e Saturnino; Do IFMA e do Colun, ex-alunos que são hoje amigos e amigas: Silmara, Romário, Tality, Queila, Nina, Edylaine, Gleyce;

Gostaria também lembrar os meus colegas do IFMA, em especial do Departamento de Cadastro e Pagamento, como Luzinete, Ives, Maria José, Shirley, Rosângela, Sônia, além de meus eternos e queridos diretores, Deoclides e Maciel.

Do local em que me encontro, não poderia deixar de agradecer à direção do Colun/UFMA, que fruto da organização em defesa da democracia, possibilita que aquele espaço seja algo frutífero. Mas, queria especificar alguns de meus companheiros de docência,

entre estes, Bartolomeu, Ulisses, Ana Maria, Edna, Carol, César, Paulo Sérgio, Reginaldo, Karlene, Alberto, Lobato, Jandira, Ângelo, Berlmiro, Jesus, Vasconcelo, Wilson, Mayke, Mariléia, dentre tantos que constroem a educação pública, gratuita e de qualidade;

Agradeço ao Programa de Políticas Públicas, em especial aos queridos amigos que labutam na secretaria, dona Isabel e Edson, e aos professores e às professoras que muito me ajudaram na minha formação acadêmica, como Ilse (minha orientadora), Joana, Flávio, Josefa e Ribamar.

Aos meus camaradas de sindicato, Apruma-SS, Antônio, Cláudia, Verck, Ivan, Renato, Graça, que muito me orgulha de militar naquele ambiente em defesa da universidade pública e gratuita;

Ao sindicato dos bancários e aos bancários de base que muito me ajudaram, em especial Eloy, Enock, Zé Maria, Camilo, Claudemir, e aos funcionários do SEEB-MA, Cordeiro e Heliomar, além do seu jornalismo.

Nenhum homem pode viver bem, ou mesmo simplesmente viver, sem estar provido do  
necessário  
Aristóteles. A Política.

Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como  
[ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito habitação,  
adornos etc  
Marx. Manuscritos Econômico-Filosóficos.

Acima de tudo haverá felicidade e alegria de viver, em vez de nervos em frangalhos, fadiga e  
má digestão. O trabalho exigido será suficiente para tornar agradável o lazer, mas não levará  
ninguém a exaustão. E como não estarão cansadas nas horas de folga, as pessoas deixarão de  
buscar diversões exclusivamente passivas e monotomas [...]

Russel. Elogio ao Ócio

## RESUMO

Nesta dissertação apresentamos uma análise sobre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho dos bancários dos bancos públicos de São Luís, partindo de uma compreensão inicial de que o tempo de trabalho dos trabalhadores em geral, ao longo da história do capitalismo nunca deixou de ter certa primazia nas lutas, inclusive tendo em vários momentos um peso mais preponderante do que a luta salarial. Alicerçado assim numa análise da totalidade e da contradição, entendemos que refletir sobre esta temática no contexto do capitalismo atual, e tendo como categoria os bancários, é refletir sobre a financeirização e o papel dos bancos, além de sua estruturação como sistema financeiro nacional no Brasil. Procuramos analisar também os impactos da reestruturação produtiva neoliberal, situando a força de trabalho neste contexto, reafirmando o papel ontológico do trabalho, entretanto procurando dialogar com os diversos autores que problematizam esta temática, sejam negando o papel do trabalho como mediação no contexto atual, seja reafirmando, com novas dimensões e categorias. Partimos da análise da categoria bancária, os localizando como classe trabalhadora, e assim demonstrando a inutilidade das teses duais sobre o trabalho. Esta compreensão do papel dos bancários situados dentro da dialética da luta de classes nos permitiu refletir sobre as lutas particulares dessa categoria pela obtenção da jornada especial de 6 horas e como esta jornada é atacada nos dias atuais via um ostensivo controle ideológico, com um avançado processo de intensificação de precarização de suas atividades. Por fim, refletindo sobre este quadro, reafirmamos que não há sentido emancipatório do tempo do não trabalho dentro de um tempo de trabalho abstrato e fetichizado, ou seja, no âmbito do capitalismo, no máximo este tempo de não trabalho adquire um caráter de autonomia relativa, confirmando dessa forma a tese da impossibilidade de efetividade do tempo livre, sem uma ruptura com o capital.

Palavras-chave: Tempo de trabalho; Tempo de não-trabalho. Bancários.



## ABSTRACT

In this thesis I present an analysis of the working time and non-working time of the bank employees of public banks of São Luís, starting from an initial understanding of the working time of workers in general, along the history of capitalism has never left having certain primacy in struggles, including having at various times a more predominant role than the wage struggle. So based on an analysis of the totality and the contradiction, we understand that reflect on this issue in the context of actual capitalism, and having bank employees as category, is to reflect on financialization and the role of banks, beyond its structuring as national financial system in Brazil . We also sought to analyze the impacts of productive neoliberal restructuring, placing the workforce in this context, reaffirming the ontological role of work, however looking for dialogue with the various authors that question this issue, are denying the role of work as a mediator in the current context, is reaffirming, with new dimensions and categories. We start from the analysis of the bank employees category, locating them as working class, and thus demonstrating the futility of the dual theses on the job. This understanding of the role of the bank employees inside the dialectic of the class struggle allowed us to reflect on the particular struggles of this category to obtain 6 hours special working day and how this working hours is attacked in the present day via an ostensible ideological control, with an advanced process of intensification of precarization its activities. Finally, reflecting on this framework, we reaffirm that there is no emancipatory sense of the non-working time within an abstract work time and fetishized, that is, under capitalism, at most this non-working time takes on a character of relative autonomy , thus proving the thesis of the impossibility of effectiveness of free time without a break from the capital.

Key-words: Working time. Non-working time. Bank employees.

## LISTA DE GRÁFICOS

|   | p.  |
|---|-----|
| Gráfico 1 – Evolução do estoque de emprego bancário no Brasil – 1990 a 2012   | 96  |
| Gráfico 2 – Evolução do emprego no Banco do Brasil e na caixa Econômica Federal – 1989-2011   | 97  |
| Gráfico 3 – Você considera que as novas tecnologias introduzidas nos bancos permitem você desfrutar de mais tempo livre dentro das agências?  | 99  |
| Gráfico 4 – As metas estabelecidas nos bancos são discutidas pelos funcionários?  | 101 |
| Gráfico 5 – As metas estabelecidas são consideradas por vocês realistas?  | 102 |
| Gráfico 6 – Você é ameaçado (veladamente ou não) de descomissionamento ou de impedimento de ascensão pelo não cumprimento das metas?  | 103 |
| Gráfico 7 – Você considera que durante os últimos anos as obrigações, tarefas e atividades dentro dos bancos têm aumentado?   | 104 |
| Gráfico 8 – Na sua agência, funcionários já foram afastados por LER/DORT nos últimos anos?  | 107 |
| Gráfico 9 – Em relação aos funcionários de sua agência, nos últimos três anos, ocorreram casos de diagnóstico com sintomas de estresses, tais como <i>tremores, nervosismo, falta de apetite, cansaço crônico, problemas estomacais, desânimo, fobias ou tristeza permanente?</i> | 107 |
| Gráfico 10 – Sua jornada de trabalho é respeitada dentro da agência?  | 109 |
| Gráfico 11 – O que leva você ou seus colegas a extrapolar a jornada de trabalho?  | 110 |
| Gráfico 12 – Você considera as metas de produtividade apresentadas pelo banco algo que de alguma forma conduz o trabalhador bancário a trabalhar mais?  | 110 |
| Gráfico 13 – Você considera o quadro de funcionários em suas agências o ideal para realização das tarefas exigidas?   | 111 |

|            |  |     |
|------------|--|-----|
| Gráfico 14 | – O medo de assalto, agressão física e verbal por parte de algum cliente lhe prejudica?  | 113 |
| Gráfico 15 | – Após um dia de trabalho, no fim da jornada diária, como você se descreve.  | 137 |
| Gráfico 16 | – Suas tarefas, metas e obrigações dentro da agência prejudicam sua vida fora do trabalho, como a disposição para lazer, cultura, passeios, viagens, etc.? | 138 |
| Gráfico 17 | – Sobre a AABB ou APCef, você visita com certa frequência?   | 140 |

## SUMÁRIO

|         |   |    |
|---------|---|----|
| 1       | <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 13 |
| 2       | <b>FINANCEIRIZAÇÃO, FLEXIBILIDADE E TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.</b> .....  | 22 |
| 2.1     | <b>Entre rigidez flexível e a flexibilidade rígida</b> .....  | 22 |
| 2.1.1   | Trabalho, fordismo e acumulação flexível .....  | 22 |
| 2.1.2   | Trabalho, acumulação flexível e a financeirização do capitalismo .....  | 28 |
| 2.2     | <b>Trabalhos: caracterização do processo atual de transformação da força de trabalho</b> .....  | 33 |
| 2.2.1   | O <i>fim</i> sem fim do trabalho .....  | 33 |
| 2.2.2   | Produtividade, improdutividade, materialidade e imaterialidade no trabalhador bancário. ....  | 43 |
| 2.3     | <b>Estruturação e reestruturação bancárias no Brasil</b> .....  | 46 |
| 2.3.1   | Do Período germinal ao primeiro ato ou pré-estruturação bancária .....  | 47 |
| 2.3.2   | Segundo ato ou primeira reestruturação bancária .....   | 53 |
| 2.3.3   | Terceiro ato ou reestruturação bancária neoliberal. ....  | 57 |
| 2.3.3.1 | <i>Sobre as terceirizações dos serviços-meios e fins no setor bancário</i> .....  | 59 |
| 2.3.3.2 | <i>Sobre a modernização tecnológica</i> .....   | 61 |
| 3       | <b>TEMPO DE TRABALHO BANCÁRIO: A luta pelo controle do tempo de trabalho dos bancários do Banco do Brasil e Caixa de São Luís do Maranhão.</b> 63 |    |
| 3.1     | <b>Bancários: entre a jornada de trabalho especial e o seu real tempo de trabalho</b> .....   | 64 |
| 3.1.1   | Sindicatos, jornada de trabalho e as mudanças do Brasil pós-Crise de 1929.....  | 68 |
| 3.1.1.1 | <i>A dialética da jornada de trabalho dos bancários</i> .....   | 71 |
| 3.1.1.2 | <i>A organização sindical bancária do Maranhão e a luta pela efetivação da jornada de trabalho</i> .....  | 78 |
| 3.2     | <b>Os mecanismos ideológicos e a captura da intersubjetividade do trabalhador bancário</b> .....  | 82 |
| 3.2.1   | Tecnologia, precarização e intensificação da sujeição ideológica ao capital.....  | 90 |
| 3.2.1.1 | <i>Precariedade, precarização e intensificação da força de trabalho.</i> .....  | 90 |
| 3.2.1.2 | <i>Trabalho precarizado e intensificado diante do avanço tecnológico no setor bancário a partir da década de 1990</i> .....                       | 96 |

|         |   |     |
|---------|---|-----|
| 3.2.1.3 | <i>Tempo de trabalho bancário e redução do homem que trabalha às formas mais reduzidas de vida</i> .....                      | 105 |
| 4       | <b>O MITO DA SOCIEDADE DO TEMPO LIVRE E A IMPLICAÇÃO NO TRABALHADOR BANCÁRIO EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO</b> .....                | 115 |
| 4.1     | <b>Em torno do tempo livre: a relativa autonomia como mediação a uma emancipação socialmente humana</b> .....                 | 118 |
| 4.1.1   | A autodeterminação do tempo diante da degeneração da heterodeterminação do trabalho.....                                      | 119 |
| 4.1.2   | Tempo livre: pleno desenvolvimento dos indivíduos ou livre florescimento dos indivíduos? .....                                | 126 |
| 4.1.2.1 | <i>Tempo livre abstrato e tempo livre concreto</i> .....  | 131 |
| 4.1.2.2 | <i>Desemprego, tecnologia e tempo livre</i> .....   | 133 |
| 4.2     | <b>Tempo livre e espaços livres: uma perspectiva radical perante o projeto de dominação societal do capital</b> .....         | 138 |
| 4.2.1   | Tempo livre e espaço livre: uma unidade dialética como forma de apropriação classista do tempo do não trabalho bancário. .... | 143 |
| 5       | <b>CONCLUSÃO</b> .....  | 148 |
|         | <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 153 |

## 1 INTRODUÇÃO

O ato de desconfiar, nestes dias de uma formatação orquestrada mundialmente, é uma transgressão. Ele pode nos conduzir a um estado de crítica constante, onde não se aceite como banal os fenômenos e construções sociais. Santos (2004, p. 45), em *Por Uma Outra Globalização*, alerta que “[...] a técnica é mais aceita do que compreendida [...]”, o que nos autoriza a dizer também que as alterações vistas no capitalismo e na força de trabalho nas últimas décadas têm sido mais aceita do que compreendidas. Há, sem dúvida, um ar de banalidade hiperbolizada.

No prefácio do *Princípio Esperança*, Bloch (2005, p. 14) indagava se não deveríamos ao tentar compreender a humanidade e suas teorias da esperança e das utopias, realizar os seguintes encaminhamentos: “Quem somos? De onde viemos? Para onde vamos? Quem esperamos? O que nos espera?”. Ao longo da história dos homens e mulheres, tais questões sempre estiveram como determinantes no pensamento, sejam por aqueles que pensam o mundo sem querer transformá-los ou por aqueles que transformam o mundo por pensar o mundo.

Os trabalhadores têm atravessado um longo caminho em torno de sua condição, que bem longe de ser humana, tem no cerne a desumanização. Indagamos constantemente na tentativa de compreender quais as razões para que estes não se identifiquem como classe, e quais os mecanismos que os impedem de tornar emergido seu potencial transgressor e subversivo. Farias (2013, p. 55), ao refletir sobre o proletariado mundial, nos ajuda a entender este estado quando lembra que:

O proletariado em seu todo consegue ter certa percepção da exploração, da dominação e da humilhação que sofre no trabalho, mas, permanecendo amarrado por fios invisíveis ao mercado de trabalho e ao salve-se quem puder do cotidiano, não pode decifrar a relação entre sua situação concreta e a dinâmica da acumulação capitalista [...]

Estas questões notoriamente são essenciais para se apropriar corretamente da dialética da força de trabalho no mundo, seja ontem, hoje ou que há de chegar. Mas refletir ou buscar compreender sobre isso não implica estagnar-se na mera perplexidade em que o mundo produtivo atual pode nos apresentar. É, sem dúvida, urgente ultrapassar a margem, vencer o medo da correnteza do rio. Como já lembrava Bloch (2005, p. 14), “pensar significa transpor.

Contudo, de tal maneira que aquilo que está aí não seja ocultado e nem omitido [...]”. Sem a realização efetivada desse processo, o pensamento não ultrapassa sua gênese.

Esta transgressão como aliada à *percepção* em que os proletários do mundo têm acerca de seu estado de *exploração, dominação e humilhação* é potencialmente alarmante para a burguesia, entretanto temos ciência que a passagem do simples ato de perceber, para o ato de reverter ou inverter, não é algo dado. A própria concepção marxista de proletário ser o *sujeito revolucionário* não se completa preso a um estágio evolucionista, pois os mesmos só descobrem este caráter revolucionário que possuem se forem desafiados a ultrapassar, a transgredir e a transpor.

Ora, se temos que concordar que de fato, “[...] o homem capta a realidade e dela se apropria com todos os sentidos” [...] (LOPES *apud* CARDOSO, 2009, p. 29), esta apropriação em muitos casos é espetacular ou ofuscada ou presa aos *fiões invisíveis da exploração, dominação e humilhação*. O ato de pensar, de refletir, na contramão do que se poderia pensar, o pensar às avessas, urge ser retornado, pelo simples fato de que o mundo e os trabalhadores estão em um processo acelerado de putrefação. Não seria exagero recorrer ao questionamento de Adorno e Horkheimer (1985, p. 11), que ao escreverem sua *Dialética do Esclarecimento* no fulgor da Segunda Guerra Mundial, lembravam que o que eles estavam propondo era tentar “[...] descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie [...]”.

Justamente por isso, é plausível a denúncia feita corretamente por Marx em sua XI Tese Sobre Feuerbach, pois não nos interessa apenas pensar o mundo. Em nossos dias, isso é algo intensamente presente. Debord (1997, p.92) diz que “refletir sobre a história é, inseparavelmente, *refletir sobre o poder* [...]”, logo, compreender a classe trabalhadora, e seu tempo de trabalho e tempo de não trabalho, é refletir também sobre o poder de toda sociedade burguesa e seus *fiões invisíveis*.

No processo de dominação e controle, a burguesia teve (e tem) a habilidade de fazer com que o trabalhador se sinta amado pelo seu superior (EAGLETON, 1997), ou seja, a aparência percebida é de uma convergência entre interesses antagônicos. Os *fiões invisíveis*, que são essencialmente ideológicos, são eficazes justamente por que leva os trabalhadores a tornarem inevitável a expropriação de suas vidas pelo tempo de trabalho. Os mecanismos de *qualificação e submissão* (ALTHUSSER, 1996) dos seres sociais pelo tempo social do capital e suas *ideologias dominantes* são “educadamente” inculcadas desde o berço. De fato, há uma universalização da padronização dos valores do trabalho e tempo abstrato que visivelmente não nos é fácil perceber.

Sobre aquilo que nos parece mais determinante, é sabido que esta universalização não se processa apenas dentro das empresas, algo que Althusser (1996) acertadamente já lembrava sobre a reprodução das forças produtivas. Ao tratar, por exemplo, do toyotismo, Antunes (2009, p.50) afirma que

[...] o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal [...] Fez isso, por exemplo, no plano ideológico, por meio do culto de um *subjetivismo* e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social [...]

Debord (1997, p. 108) lembra que “para levar os trabalhadores ao *status* de produtores e consumidores “livres” do tempo-mercadoria, a condição prévia foi à *expropriação violenta do tempo deles* [...]”. Para além da expropriação violenta do tempo, que prossegue, esta expropriação assumiu algumas formas bem sutis, via gestão humana, que enaltecem os *sujeitos* como seres *proativos* ou via utilização do final de semana para atividades como *filantrópicas*, para citarmos algumas.

O tempo de trabalho dos trabalhadores em geral, ao longo da história do capitalismo, nunca deixou de ter certa primazia nas lutas, inclusive tendo em vários momentos mais peso do que a luta salarial. É compreendendo a dinâmica dessas lutas que nos permite perceber que direta ou indiretamente os trabalhadores não deixaram de almejar serem senhores do seu próprio tempo. A própria ideia de trabalhar em casa ou ser dono de seu próprio negócio, por mais pequeno-burguês que seja, é ofuscadamente uma resposta a isso.

Pensamos que para não ficarmos refém da aparência, e termos a capacidade de esmiuçar a essência, nos parece acertada a posição de Kosik (1976. P. 49) que sabiamente alerta que o “princípio metodológico de investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo [...]”. A investigação dialética da força de trabalho no mundo, por mais que apresentem particularidades que não devem ser esquecidas, mas estas particularidades não podem explicar o geral. Certamente, este abdicar da totalidade se apresenta nitidamente nas teses como o *fim do trabalho* (GORZ, 1982), *fim do fordismo* (DE MASI, 2001), *a sociedade pós-industrial* (DE MASI, 2001), *a sociedade do tempo livre ou novo tempo-espço* (AZNAR, 1995), *sociedade do conhecimento* (GORZ, 2007).

O trabalho não é uma categoria sociologicamente importante para Offe (1989) e Bauman (2008), quando anunciam que nos encontramos num *capitalismo sem trabalho*. Presos a sua própria janela e a um olhar do mundo ofuscado e dualista, perdem a capacidade



de realizar uma crítica apropriada ao atual estágio da força de trabalho, e renegam tanto a totalidade quanto a contradição. Diferente destas visões não transgressoras seria importante lembrar o que Farias (2013, p. 51) afirma, em que

[...] nessas circunstâncias em que a desvalorização do capital provoca a recomposição do exército de reserva mundial, em vez de aceitar os esquemas dualistas, opondo centro *versus* periferia, trabalho formal *versus* trabalho informal, empregado *versus* desempregado, etc., a utilização da concepção marxista de unidade e da diversidade do proletariado, com suas fronteiras dinâmicas, obedecendo às leis gerais da acumulação capitalista (MARX, 1976, p. 437 et. seq.), pode servir para apreender e para superar a situação mundial contemporânea de trabalho flexível, móbil e precário.

A unidade metodologicamente não seria uma totalidade abstrata a atomizada, mas dialética, envolta ontologicamente pela contradição. Como bem destaca Kosik (1976, p.44), “[...] totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fato, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido [...]”. Enfim, ao refletir a força de trabalho partindo dessa perspectiva, nos distanciamos substantivamente dos teóricos que ou defendem o fim do papel medular do trabalho na sociedade ou o secundariza.

Como alertava Lefebvre (2013, p. 33), ao tratar do marxismo, que a descoberta *natural e lógica das contradições* foi uma das grandes descobertas de Marx e seus seguidores, e prossegue lembrando que “a teoria lógica das contradições não permite dizer quais contradições se encontram neste ou naquele objeto, nesta ou naquela realidade particular, no coração deste ou daquele movimento real [...]”. Então tal qual Kosik (1976), Lefebvre (2013) nos aponta uma metodologia fundante para que no caso aqui analisado, não seja a particularidade uma explicação geral.

A própria compreensão, por parte de Aznar (1995) de uma reaproximação cada vez mais do tempo de trabalho e do tempo de não trabalho nos parece acertada, e ela, em vez de anular a interpretação marxiana sobre o trabalho, apenas a reforça. Marx, por exemplo, no livro I do Capital, alerta que com a maquinaria e com a eminente redução da jornada de trabalho, a burguesia recorreu à intensificação do trabalho. Hoje, este processo é tão escancaradamente exposto aos quatro cantos, que, por exemplo, o *trabalhar em casa*, ao contrário de sinalizar uma libertação, é coercitivamente algo terrível.

Seria inclusive importante lembrar que esta prática se tornou a negação daquilo que para Arendt (2010, p. 72) era o local onde as pessoas se “[...] sentiam resguardados contra o mundo e onde, de qualquer forma, até os que eram excluídos do mundo podiam encontrar-

lhe o substituto no calor do lar e na limitada realidade da vida em família [...]”. Estão tão celebrada forma de trabalho é para Sennett (2014, p. 68) é uma forma inclusive em que o controle é mais ostensivo, pois “[...] a supervisão do trabalho muitas vezes é na verdade maior para os ausentes do escritório [...]”.

Alves (2006) pondera que a *investigação objetiva da tendência e subjetiva da intenção* é a negação de tudo que temos assistido na *sociedade interdita*. Elas são anti-totalizantes e anti-contradição, o que acarreta em enormes prejuízos tanto no processo quanto no resultado. Kosik (1976, p. 51) lembra que a concepção dialética concebe “[...] real como um todo estruturado que se desenvolve e se cria”. O retorno à Marx, mais do que nunca, nos parece urgente. Como destaca Padilha (2006, p.12)

[...] numa abordagem inspirada em reflexões marxistas, à sociedade não é harmônica e no lugar do equilíbrio veem-se as contradições e conflitos. Os homens é um sujeito que constrói a sociedade ao mesmo tempo em que constrói a si próprio num processo histórico-dialético. Além disso, o raciocínio dialético ensina que nem tudo é o que parece ser: a essência não coincide com a aparência [...]

A real compreensão partiria, então, de uma análise que apreenda a totalidade dos processos e a contradição no seio dessa totalidade. É com este entendimento que entendemos que para estudar o TEMPO DE TRABALHO E TEMPO DE NÃO TRABALHO NOS BANCÁRIOS DO BANCO DO BRASIL E DA CAIXA DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO precisaríamos refletir sobre o papel dos bancos e do capital financeiro no capitalismo contemporâneo.

Antes, enfim, de seguirmos explicando de que forma esta pesquisa foi dividida, algo que considero importante apresentar é justamente qual o(s) ato(s) provocador(es) para tal estudo. Sem dúvida, o principal foi à compreensão de que bem diferente de estarmos caminhando para o fim da sociedade do trabalho, ela mais do que nunca se fortalece, apresentando-se de forma cada vez mais difusa, o que leva os fios invisíveis de controle e dominação a uma eficiência nunca vista.

Há, entretanto, outras motivações, e algumas outras que julgo importante mencionar. Em primeiro lugar, a temática do tempo de trabalho e tempo de não trabalho me remete ao entendimento de que enquanto não formos senhores de nosso tempo, as possibilidades da autoemancipação se torna irreal e improvável. A ruptura com o tempo abstrato, com o tempo livre fetichizado, é a ruptura com o próprio metabolismo do capital. Em segundo lugar, esta temática me remete ao estudo que tentei realizar em uma

especialização em Filosofia Política que tinha como título *O ser social e as possibilidades de emancipação em Marx*. A emancipação não é o processo, é o resultado da negação absoluta do mundo burguês e do capital. Era, enfim, para mim necessário avançar na temática sobre o tempo.

A opção pelos bancários tem estrita relação com minha militância social. Há muito tempo tenho acompanhado com muita proximidade suas lutas, que tem como importante representante, o Sindicato dos Bancários do Maranhão – SEEB-MA, organização de muitos bons combates. Desde a campanha contra a privatização do Banco do Estado do Maranhão (BEM), no plebiscito pela desfiliação da CUT, eleições e demais atividade tenho estado presente como apoiador.

Mas outro fato que julgo de grande relevância é a própria contradição que envolve de um lado o setor que se fortalece mundialmente, os bancos, e do outro lado, uma categoria que tem enfrentado grandes ataques dos bancos e dos governos. Sem dúvida, a reestruturação neoliberal bancária afetou diretamente a força de trabalho, ora diminuindo seu quantitativo, ora achatando o salário desses trabalhadores.

Provido dessas motivações, procurei realizar esta pesquisa com total afinco, mesmo com todas as adversidades possíveis. As obrigações sociais sem dúvida delimitam nossos tempos em dois momentos: um, aquele em que temos de dedicar maior parte de nosso tempo para obter a satisfação de nossas carências naturais. Outro, com menor tempo, onde podemos dividir entre militância, estudo, etc. O primeiro ano do mestrado, com o grau de exigência e com o tempo engolido pela vida privada e profissional me limitou bastante. Certamente, sem o *reino da necessidade* tão ostensivamente pesando sobre meus ombros, poderia ter alçados voos mais altos e longínquos. Contudo, tenho plena consciência de que tais limitações, no fundo, também me deram força para voar, mesmo que não tenha sido o voo dos meus sonhos.

Uma dificuldade que merece ser expressa tem relação com os próprios bancários. É nítido que tais trabalhadores se encontram num estado de esgotamento mental tão grande que até responder um simples questionário se torna estafante. A participação parca desses trabalhadores são provas disso, além de um próprio refluxo do movimento sindical que não pretenderei debater e nem analisar por não ser o foco da pesquisa.

Tive a oportunidade de participar de várias atividades da categoria, entre estes gostaria de destacar a Assembleia final de setembro de 2014, que definiu pela decretação de greve da categoria daquele ano, que mesmo não tendo uma grande participação dos bancários nas assembleias e piquetes, contou com a paralisação de 100% dos bancos públicos em São

Luís. Participei de atividades de greve nas praças João Lisboa e Deodoro, centro da cidade, pontos históricos de convergência de lutas, em especial, a dos Bancários. Ainda participei de reuniões, conversas com diretores, além do I Encontro Estadual dos Bancários de 2015, realizado em janeiro desse ano, e da atividade de rua em defesa da Caixa 100% estatal, que visa combater a proposta do governo Dilma de privatizar tal banco.

Em todas estas atividades, participei não só como pesquisador, mas como militante que compreende a importância dessas lutas. Em alguns casos, representando a Associação dos Professores da UFMA, seção sindical do Andes-SN (Apruma-SS). Em síntese, foi uma rica experiência, que afirmou minhas posições de que muito dos problemas enfrentados por esta categoria também são encontrados em outras categorias, com escalas diferentes. São, enfim, os trabalhadores que mais perdem.

Por fim, precisamos explicar o porquê da opção pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. Nestes bancos, encontramos um quadro razoável de bancários, além também de ser base importante do SEEB-MA, o que sem dúvida facilitaria a pesquisa. Outro fator é que são os bancos públicos que apresentam um canal mais direto com a população em geral, o que sem dúvida significa está sujeito a uma pressão maior por cumprimento de metas. Por fim, outra justificativa pela opção desses bancos, está ligada a sugestões da minha orientadora e de dois professores do Programa de Políticas Públicas.

Optamos em utilizar uma margem de 5% de filiados do Banco do Brasil e Caixa das agências do município de São Luís para obtenção dos resultados, o que nos colocou com o desafio de entrevistar 75 bancários/as. Diante das dificuldades já elencadas acima. O próprio parto final foi estafante, e em alguns momentos decepcionante, pois esperava obter todos os 75 questionários. Entretanto, acabamos por fechar no número de 60 questionários, sendo 25 de bancários da Caixa e 35 de bancários do Banco do Brasil, distribuídos pelas agências do município de São Luis, precisamente nas maiores.

Inicialmente, apontei como objetivo a tentativa de *investigar as transformações do trabalho a partir da atual etapa do capitalismo*. Este objetivo se encontra presente no primeiro capítulo que tem como título FINANCEIRIZAÇÃO, FLEXIBILIDADE E TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO. Neste, procuramos analisar de que forma as mudanças ocorridas no capitalismo a partir da reestruturação produtiva neoliberal impactaram na força de trabalho. Procuramos assim trazer a tona o debate em torno da produtividade e improdutividade, materialidade e imaterialidade do trabalho, não reforçando as dualidades perigosas existentes em autores como Gorz (1982; 2005; 2007) ou Offe (1989),

mas próximo de uma visão totalizante e contraditória, o que encontramos suporte em Harvey (2007), Alves (2000; 2014), Braga (2010; 2013), Lessa (2011) e Antunes (2009).

Ainda neste capítulo, procuramos situar os bancários no contexto de sua condição de classe e como categoria de uma classe, mostrando que os mesmos são a prova cabal de que a análise dual do trabalho é prejudicial à obtenção da exatidão do processo. Historicamente, tal categoria é enquadrada como trabalho improdutivo, por não produzir valor, mas quem na sua consciência poderia afirmar que tal categoria é improdutiva para o capital como todo, ainda mais nestes tempos de uma aparente hegemonia da fração da burguesia financeira.

Justamente por isso que também encontraremos um sucinto, mas frutífero debate sobre a fração financeira, mostrando que a autonomia absoluta é inexistente, e que no máximo temos uma autonomia relativa, ou como Duménil e Lévy (2010) alerta que tal a polarização entre capital financeiro e produtivo é equivocada. Também nos parece importante, de início, apontar aquilo em que se baseia Prado (2014, p. 14), quando afirma que “[...] a financeirização não é um desenvolvimento historicamente anômalo do processo de acumulação, mas sim que vem a ser um resultado necessário e funcional do próprio desenvolvimento da relação de capital [...]”.

Na parte final desse capítulo, analisamos de que forma o setor financeiro, precisamente o bancário, se estruturou no Brasil, suas etapas, processos e reformas. Optamos em dividir didaticamente em três etapas, sendo que ambas se complementam e não se anulam. E, dentro desse processo de estruturação e reestruturação bancária, como ela foi impactada com as mudanças nas forças produtivas brasileiras.

Outros objetivos dessa pesquisa foram *analisar a automação do setor bancário e os impactos na relação trabalho/tempo de não trabalho e analisar de que forma a diminuição da jornada de trabalho não implica diminuição do tempo de trabalho bancário*. Tais objetivos estão contemplados no segundo capítulo de título TEMPO DE TRABALHO BANCÁRIO: A luta pelo controle do tempo de trabalho dos bancários do Banco do Brasil e Caixa de São Luís do Maranhão.

Partindo da premissa de que as conquistas não são frutos do acaso, mas da própria luta de classes, como MARX (2013) lembrava sobre a redução da jornada de trabalho, procuramos primeiramente explicitar o processo histórico de surgimento dos sindicatos bancários nacionalmente e no Maranhão, e de que forma obtiveram a jornada especial de seis horas. A própria obtenção desse direito não implicou na garantia de cumprimento por parte dos banqueiros e do próprio Estado, sendo assim os bancários cotidianamente via em seus sindicatos a força necessária para a garantia do respeito à legislação trabalhista.

Proseguimos neste capítulo analisando, em um segundo momento, os mecanismos ideológicos que levam tais trabalhadores a ultrapassar a sua jornada oficial, e constatamos que isso não se dá apenas pelo controle ideológico por parte dos bancos, via discursos de responsabilidade, de comprometimento com o bem da empresa ou via projeção de fazer com que os interesses do patronato se apresentem como interesses ontológicos dos trabalhadores. A própria condição salarial os força a buscar as horas extras, como complementação. Assim, o que era excepcionalidade, virou regra. E, outro fato que também conduz tais trabalhadores a estenderem sua jornada é a falta de quantitativo suficiente de funcionários.

No que se refere à ideologia, procuramos realizar um debate situando este conceito, ainda mais nestes tempos de descrédito de algo tão importante para compreender a sociedade capitalista. O estado de esgotamento via precarização e intensificação do trabalho também foi analisado neste capítulo. Para melhor analisar isso, procurei apresentar o conceito de precarização à luz de três autores, Standing (2013), Braga (2012), Alves (2000), obviamente que realizando as possíveis distinções. Além de trazer a tona o conceito de intensificação de Rosso (2008) e Marx (2013).

Por fim, como tentativa de responder ao objetivo que visa *investigar como o tempo do não-trabalho efetivo dos bancários sindicalizados é apropriado pelo capital*, construímos o terceiro capítulo com o título O MITO DA SOCIEDADE DO TEMPO LIVRE E A IMPLICAÇÃO NO TRABALHADOR BANCÁRIO EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO. Realizamos a passagem sobre a literatura que debate os conceitos de tempo livre, como isso se efetiva ou não, e qual o caráter emancipatório ou não que o mesmo tem. Entendendo que não há distinções grandes entre os conceitos tempo livre e tempo do não trabalho, por isso em muitos momentos teremos os dois conceitos próximos, em outros, sendo citados isoladamente. Aqui, certamente, as contribuições de Lafargue (2003), Marx (2013), Bloch (2002) e Padilha (2000) foram de grande importância teórica, sendo também contrapondo às visões passivas mercadológicas de De Masi (1999; 2001; 2003) ou visões românticas de Aznar (1995) e Gorz (1982; 2007).

Tal capítulo nos permitiu analisar também a impossibilidade de efetividade do tempo livre, sem uma ruptura com o capital. Não há tempo livre, sem espaços livre, como lembra Bloch (2002). Da mesma forma, não há vida com sentido fora do trabalho se temos uma vida sem sentido dentro do trabalho, como reflete Antunes (2009). Justo, pois além de não encontrar disposição física e psíquica que os levem a desfrutar de seu tempo fora do

trabalho, por se encontrarem conectados ao ambiente de trabalho, tais trabalhadores não encontram espaços livres do caráter ostensivo do capital.

## **2 FINANCEIRIZAÇÃO, FLEXIBILIDADE E TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.**

### **2.1 Entre rigidez flexível e a flexibilidade rígida**

#### 2.1.1 Trabalho, fordismo e acumulação flexível

Novos ventos, vindo do norte, moveram não os moinhos, mas todas as condições objetivas e subjetivas do mundo do capital. Este mundo, diante de uma profunda crise que se aprofundou na década de 1970, exigira um novo arcabouço ideológico e gerencial de contenção focando, sobretudo, a força de trabalho. A forma de organizar a produção de mercadoria hegemonicamente baseada na dupla taylorista-fordista entra em crise, fazendo com que novas formas surgissem, sem necessariamente as outras desaparecessem.

As mudanças existentes serão resultados de uma tentativa por parte do capital de resolver demandas surgidas precisamente no pós-guerra, muito devido ao avanço da organização trabalhista e sindical. Neste período, os trabalhadores obtiveram várias conquistas, tanto nos países centrais, quanto em diversos países subdesenvolvidos, e a própria existência da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), de alguma forma, no plano ideológico, pressionava os capitalistas a cederem os anéis para não perderem os dedos.

Antunes (2009, p.31-32), ao analisar o quadro crítico em que se encontrava o capitalismo na década de 1970, apresenta alguns traços que contribuíram ou que explicam aquela crise. Dentre estes traços, poderíamos citar a “[...] queda da taxa de lucro [...] pelo aumento do preço da força de trabalho [...] controle social da produção [...]”, a “hipertrofia da esfera financeira, que ganhava *relativa autonomia* frente aos capitais produtivos [...]”, e dentre outros,

[...] o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava [...]

Estes traços levantados por Antunes certamente não respondem a todas as problemáticas ocorridas naquele contexto, mas certamente nos apresentam um panorama importante. Alves (2011, p. 11-12), por exemplo, lembra que em 1973 ocorrera uma grande recessão e que a mesma “inaugura o período histórico de ‘crise estrutural do sistema de capital’, marcado pela sobreacumulação e intensa concorrência internacional [...]”. Esta crise, para alguns autores, seria também a crise do próprio fordismo, que atingia certo esgotamento.

Birh (2010, p. 69-73) descreve a crise do fordismo apresentando quatro fatores que explicaria tal quadro do capitalismo. Destaca: (1) *diminuição dos ganhos da produtividade*, que teria relação com os limites técnicos e sociais do taylorismo e fordismo; (2) *elevação da composição orgânica*, onde os paliativos do fordismo não se efetiva mais; (3) *saturação da norma social de consumo*, o que em determinado momento, foi algo importantíssimo, mas que num quadro de crise se tornou insustentável e o (4) *desenvolvimento do trabalho improdutivo*, algo que trataremos mais detalhadamente adiante.

Esta crise dos anos 1970 atingiu, em cheio, a classe trabalhadora, que sofreu tanto pela crise em si quanto pela receita amarga que os governos adotaram para *superar* tal crise. A derrocada de uma forma de Estado que garantia certas *regulamentações* trabalhistas e sociais, com a emergência do vento neoliberal trazido por governos como de Margaret Thatcher e Ronald Reagan<sup>1</sup>, colocou em xeque direitos históricos dos trabalhadores, e mesmo onde existia um movimento sindical forte e combativo, os efeitos serão nefastos.

Nas mais diversas dimensões, seja no tempo de trabalho ou no tempo livre, seja temporalmente ou espacialmente, seja no enfraquecimento de suas organizações classista e no fortalecimento do controle, os trabalhadores se viram em um dos mais duros embates com o patronato e seus governos. O resultado dessas transformações será sentido não só nos países avançados, mas nos países periféricos, que assistiram precisamente a partir dos anos 1990 uma onda de neoliberalização da economia, da política e da vida.

---

<sup>1</sup> A *nova agenda* contemplava, entre outros pontos: (a) a *privatização* de praticamente tudo o que havia sido mantido sob controle estatal no período trabalhista; (b) a redução e mesmo extinção do capital produtivo estatal; (c) o desenvolvimento de uma legislação *fortemente desregulamentadora* das condições de trabalho e flexibilizadora dos direitos sociais; (d) a aprovação, pelo Parlamento Conservador, [...] atos fortemente coibidores de atuação sindical [...] até as formas mais estabelecidas de contratualismo entre capital, trabalho e Estado, expresso, por exemplo, nas negociações coletivas. (ANTUNES, 2009, p. 68)



As políticas neoliberais abriram um novo quadro social e econômico no mundo material e imaterial dos trabalhadores. (DUMÉNIL E LÉVY, 2010). As transformações ali assistidas, que impactaram sobre a população e da classe trabalhadora, foram acompanhadas de um conjunto de decisões, que bem diferente de serem encaminhamentos exclusivistas da *política*, como alude Génereux (2003)<sup>2</sup>, também não deságua no resultado apocalíptico do *horror econômico*<sup>3</sup> de Forrester (1997). Estas decisões políticas e econômicas se situam dentro do Estado, já que “[...] o poder econômico do capital não pode existir sem o apoio da força extraeconômica; e a força extraeconômica é hoje, tal como antes, oferecida primariamente pelo Estado”. (WOOD, 2014, p. 18). Esta política neoliberalizante começa a impactar principalmente, sobre os trabalhadores, que assistiram a uma nova forma de Estado, fortalecida, e que usou (e usa) a política do sacrifício da maioria para impor sua economia do privilégio de alguns poucos.

Estes poucos, com apoio orgânico do Estado, impuseram suas receitas amargas e suas contrabulas terminais para o conjunto da força de trabalho e população. De certo é que estas transformações vão impor à força de trabalho um novo quadro crítico onde o mundo em que estavam acostumados a produzir definhava-se, sem que o mesmo desaparecesse, e direitos sociais<sup>4</sup> conquistados através de grandes greves e enfrentamentos, são duramente atacados.

Como fora afirmado, um dos calcanhares de Aquiles do capitalismo taylorista-fordista originário, isto é, no marco do capitalismo pré-crise de 1970 estava no valor da força de trabalho, justamente por isso que as medidas adotadas pela burguesia mundial vai refletir muito este quadro. O valor força de trabalho se *transformou no principal instrumento de ajuste - anticíclico e anti-inflacionário*. (BRAGA, 2010). A flexibilização de direitos trabalhistas, com ataque aos sindicatos e suas diversas organizações de luta, se constituía assim como receita amarga ao conjunto dos trabalhadores.

---

<sup>2</sup> Em Horror Político, Genereux afirma que “uma vez denunciado o erro da acusação contra os capitalistas aproveitadores, chegamos ao verdadeiro/falso debate sobre a extinção do trabalho, que constituiria, segundo Viviane Forreste, a explicação do escândalo da pobreza. Dizemos “verdadeiro/falso debate”, porque *O Horror Econômico* confunde um problema verdadeiro sobre nosso futuro e um falso diagnóstico sobre o mundo atual. O verdadeiro problema é quanto ao futuro do trabalho; o falso diagnóstico é a ausência de trabalho”. (2003,p. 39).

<sup>3</sup> Em Horror Econômico, de Forrester, a mesma afirma que “Um desempregado hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas alguns setores; agora, ele está às voltas com uma implosão geral, com um fenômeno comparável a tempestades, ciclones e tornados, que não visam ninguém particular, mas as quais ninguém pode resistir. Ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer, empregos”. (1997, p.11)

<sup>4</sup> Sobre os Estados de Bem Estar Social nos países avançados e sistema de proteção social em países semiperiféricos como Brasil, vê em: SILVA, Maria Ozanira da Silva e outros. *A Política Social Brasileira no Século XXI*. Cortez. 2012. São Paulo.

Neste contexto, é sabido que o capital buscou sua expansão sobre áreas do globo terrestre em que a inserção do capital não tinha se completado. Países do hemisfério Sul, entre os anos 1970/1980 e os países do leste europeu, após a derrocada do *socialismo de caserna* (Kurz, 1992), isto é, a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, vão se tornar local privilegiado de desenvolvimento da lógica destrutiva do capital, e com isso, uma ampliação do trabalho na forma capitalista. Dentro dessa linha de raciocínio, Alves (2011, p.12) lembra que “[...] impulso da mundialização do capital, constituiu-se um novo complexo de reestruturação produtiva, buscando instaurar e impor um novo padrão de acumulação capitalista em escala planetária [...]”.

Ianni (2010, p. 55) reflete que a expansão do capitalismo mundialmente se deu em primórdio do pós Segunda Guerra Mundial, ou seja, “[...] muitos começaram a reconhecer que o mundo estava se tornando o cenário de um vasto processo de internacionalização do capital [...]”. De todas as formas, este processo apenas se aprofunda com a crise dos anos 1970 e com a busca por novos mercados pelo capital internacional. Paulani (2008, p. 88) destaca que

A industrialização da periferia, portanto, responde ao mesmo tempo aos anseios de um capital que buscava novas praças de investimento produtivo, em razão das crescentes dificuldades de valorização observadas no centro do sistema, e aos anseios de uma esfera financeira em vias de expansão e autonomização, que exigia, portanto, não só a expansão dessas praças – afinal, a própria moeda fiduciária envolvida no fluxo de renda de investimentos diretos é, em si, uma forma de capital fictício – mas principalmente, a canalização de seus fluxos para os mecanismos de valorização que ela própria começara a criar. Em outras palavras, enquanto a vinda do capital produtivo para a periferia dava uma sobrevida ao processo de acumulação estritamente produtivo – que perdera o fôlego após o esgotamento das possibilidades abertas pela reconstrução do pós-guerra –, já se preparavam as condições para a dominação financeira que advinha.

Dessa forma, a efetivação de novos parques produtivos do capital pelo mundo não estava separado da expansão daquilo que se acostumou chamar de *capital financeiro*. Paulani (2008). Podemos então afirmar que o capital em sua dimensão integrada e única, compreendia mais do que nunca que era preciso agir para sobreviver, o que nos parece acertado para uma perspectiva burguesa. A reconfiguração do trabalho assim se tornou uma medida, pois era preciso garantir as formas tradicionais do trabalho nos novos parques e adaptar os velhos parques aos novos ventos.

É bem verdade, como lembra Harvey (2012, p. 135) que “[...] o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo [...]” ou ao nosso vê, ao próprio capital. O referido

autor lembra que uma palavra que sintetizava bem esta forma de organização de produção era a *rigidez*.<sup>5</sup> As décadas seguintes, precisamente 1970 e 1980, em respostas àquela certa *rigidez*, viu-se o aprofundamento e a intensificação da flexibilidade do capital. Como afirma o mesmo Harvey,

[...] as décadas de 1970 e 1980 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios na organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo [...] (2012, p. 140).

Harvey então define este *regime de acumulação “inteiramente novo” de acumulação flexível*. Aparentemente, instala-se uma batalha frontal entre a *rigidez do taylorismo-fordismo*, representando o antigo, e a *flexibilidade*<sup>6</sup>, representando o novo. Aparentemente, pois há interseções cruciais ocorridas, e tal categoria usada por Harvey não deve nos conduzir a uma defesa equivocada do fim ou extinção do fordismo. De qualquer forma, a *flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos, dos padrões de consumo* (HARVEY, 2012) impactaram, o que sem margem de dúvida, vai nortear a forma de gerir o capital no capitalismo contemporâneo, ou como o capital vai se expandir por diversos países do mundo.

Quando se trata da rigidez dos tempos de hegemonia do fordismo, cabe lembrar que aquele contexto exigia aquela organização de produção de mercadoria, que contribuía assim para o bom funcionamento do capitalismo. O capital é adaptável, e o mesmo busca formas de organização da produção que o mantenha vivo. As crises, enfim, não são particularidades ou resultado de um mero rearranjo. Por mais diversas que tenham as naturezas dessas crises, as mesmas têm como medula óssea o próprio sistema mundial de

---

<sup>5</sup> Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalhos (especialmente no chamado setor “monopolista” [...]) A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. [...] (HARVEY, 2012, p. 135/6)

<sup>6</sup> Uma importante observação acerca do termo *acumulação flexível*, ver Giovanni Alves, em *Trabalho e Subjetividade*, onde o mesmo afirma que “[...] a produção capitalista é, em si, acumulação flexível de valor [...] e [...] o novo complexo de reestruturação produtiva que surge sob a acumulação flexível apenas expõe, de certo modo, nas condições da crise estrutural do capital, o em-si flexível do estatuto ontológico-social do trabalho assalariado: por um lado, a sua precarização (e desqualificação) continua (e incessante), por outro lado, as novas especializações (e qualificações) de segmentos da classe dos trabalhadores assalariados [...]”. (2011, p. 14)

mercadorias. A substituição do dogma keynesiano por um novo *Deus*, neoliberalismo, estava assim casada com a necessidade <sup>7</sup> de reestruturar o capital, em todas suas dimensões, seja na produção, seja na força de trabalho. Por isso,

[...] sob o impulso da mundialização do capital, constitui[ndo-se] um novo complexo de reestruturação produtiva, buscando instaurar e impor um novo padrão de acumulação capitalista em escala planetária e que se impôs cada vez mais às corporações transnacionais, imprimindo-lhes suas marcas [...] (ALVES, 2011, p. 11/2)

A partir dessa definição de acumulação flexível nos é permitido perceber as mudanças de uma forma mais totalizantes, implicadas em diversos espaços-vida e espaço-território. Ora, mas como já alertamos aqui esta pretensa *ruptura com o padrão de desenvolvimento capitalista passado* não designa uma abrupta passagem, nem a anulação total de outras formas de gerir o capital ou um *novo capitalismo sem o velho capitalismo*. Insistimos em apontar que uma análise do capitalismo contemporâneo, baseada no fim do fordismo é equivocada. Caberia lembrar que

[...] a acumulação flexível, que surgiu em meados da década de 1970, não [é] uma “ruptura” com o padrão de desenvolvimento capitalista passado, mas uma reposição de elementos essenciais da produção capitalista em novas condições de desenvolvimento capitalista e de crise estrutural do capital. (ALVES, 2011, p. 15)

Em todas as formas de organização científicas de produção das mercadorias, nos parece importante lembrar que há sempre complementações. Em certo momento as particularidades novas de determinada forma nos aparece como hegemônica; o que é natural ao seu próprio ciclo de desenvolvimento. Antunes (2009, p.39) nos ajuda a entender este processo de complementação quando, ao analisar o taylorismo e fordismo, lembra que

[...] Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela *mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista* [...] Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire* do trabalho, “suprimindo” a *dimensão intelectual* do trabalho operário, que era transferida para a esfera da gerência científica [...] (ANTUNES, 2009, p. 39)

---

<sup>7</sup> Santos (2004, p.33-35) lembra que “[...] um período sucede a outro, mas não podemos esquecer que os períodos são, também, antecedidos e sucedidos por crises, isto é, momentos em que a ordem estabelecida entre as variáveis mediante uma organização é comprometida [...]”. Justamente por isso, nos parece acertada o alerta de Milton Santos, quando também diz que “estão, neste período histórico, a crise é estrutural. Por isso, quando se buscam soluções não estruturais, o resultado é a geração de mais crise [...]”.

Lessa (2011, p.311) converge com a reflexão até aqui desenvolvida ao lembrar que “[...] crescem as evidências de que entre o fordismo e o toyotismo há muito mais linhas de continuidade, e muito menos instâncias de ruptura, do que foi anunciado [...]”, apesar de também não ser contraditório a análise precisamente do que se define por muitos de toyotismo, pois o mesmo apresenta singularidades e particularidades. De toda forma, o que interessa neste momento é perceber que a conjunção atual entre o fordismo e o toyotismo ampliou a função totalizadora e de controle do tempo<sup>8</sup> pelo capital, com uma avalanche ideológica nunca vista, massificada de forma proporcional a precarização e intensificação do trabalho.

### 2.1.2 Trabalho, acumulação flexível e a financeirização do capitalismo

Quando analisa o capital financeiro, Gorz (2005, p. 40) afirma que o mesmo “[...] acabou ganhando uma autonomia cada vez mais forte em relação ao sistema econômico [...]”, o que implica no fortalecimento, com uma autonomia relativa, dessa fração do capital. Em seguida, o referido autor aponta que os bancos, parte integrante do capital financeiro, vão se constituir como verdadeira empresa de empréstimos aos países subdesenvolvidos, o que em tese, reforçou os laços de dominação dos estados capitalistas avançados.

Chesnais (2011, p.10), por exemplo, ao criticar a mera concepção a cerca do banco como *simples intermediário*, lembra que eles não foram apenas isso, e “[...] são menos ainda depois da transformação em grupos financeiros diversificados, com operações transnacionais [...]”. Podemos assim traduzir dessa reflexão de que estes grupos estariam comprometidos a utilizar de todo o aparato estatal das políticas neoliberais, e diante de um suposto enfraquecimento da fração produtiva do capital, para efetivar sua dominação.

Gorz (2005) corretamente aponta esta capacidade de grandes corporações bancárias mundiais em utilizar dos montantes de empréstimos como forma de dominação. A lucratividade dos bancos, algo que Chesnais (2011, p. 11) já caracterizava ao afirmar que “[...] quanto mais um banco empresta, maiores são seus lucros [...]”, como afirmamos, está

---

<sup>8</sup> No capítulo *Tempo de Trabalho e Tempo Livre do Trabalhador Bancário em São Luís do Maranhão*, trataremos mais sobre o peso informacional e tecnológico sobre o trabalho bancário, e logicamente, realizar um sucinto debate sobre o fetiche tecnológico que se apoderou das ciências humanas e sociais.

associada a este papel medular que o sistema financeiro tem assumido junto aos Estados neoliberais.

É bem verdade que nestes tempos de profunda histeria social podemos nos prender a mera crítica a fração financeira do capital. Tal crítica não deixa de ter sua validade, pois o combate aos efeitos particulares não necessariamente nos impede de criticar o todo. Contudo, como lembra o velho Brecht (2012), não nos interessa a mera crítica a esterilidade da árvore, mas a análise do próprio solo em que tal árvore nasceu. Por isso que o neoliberalismo deve ser visto como mais uma adaptação do capital (esperamos que seja a última), e o *capital financeiro* é apenas a expressão de um aprofundamento da crise do próprio capitalismo mundial, e não pode ser visto como antagônico a fração produtiva.

Partindo de uma visão totalizante do capital ao criticar certo *vampirismo financeiro*, Prado (2014) vai questionar o próprio Chesnais por colocar o capital financeiro como *ator principal* – e quase exclusivo – no atual quadro de desenvolvimento do capital. Lembra que

[...] o capital como um todo não é apenas uma abstração mental: é o modo de ser do capital enquanto relação social que prevalece na sociedade atualmente existente. Pois os capitais individuais se encontram entrelaçados não é só pelos nexos que mantêm na esfera da circulação mercantil, mas porque atuam em conjunto na produção de valor. O conjunto dos capitais é pressuposto de cada um deles em particular.  
(Prado, 2014, p. 22)

É sabido que “a passagem pelo capital-dinheiro no processo de valorização é necessária para todas as categorias do capital global, não apenas para o capital industrial, a fim de que adquiram meios de produção, matérias primas, força de trabalho etc. [...]”. (MIRANDA, 2014, p. 06). Por isso, é certo compreender que não existe uma separação rígida entre as formas em que o capital se apresenta. Quando se fala de soberania do setor financeiro nos dias atuais, não implica autonomia absoluta em relação aos Estados<sup>9</sup>, nem muito menos em relação ao setor produtivo, pois “[...] os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo”. (BRAGA, 2010, p. 16). Ao tratar do “setor” financeiro, não se deve opor

---

<sup>9</sup>Como Duménil e Levy (2010, p.231) “[...] o Estado neoliberal é deliberadamente desprovido de certas funções estatais próprias do compromisso keynesiano, mas está mais forte do que nunca e tão imperialista quanto o Estado de compromisso keynesiano [...]”. Justamente por isso que a defesa acrítica de certa ausência do Estado ou de sua redução ao mínimo com o neoliberalismo é deliberadamente perigosa, pois se há *diminuição do papel do Estado*, esta apenas se mostra na redução de sua intervenção nas políticas sociais.

[...] o capital financeiro ao resto do capital (o *capital industrial*, como se lê frequentemente), enquanto característica estrutural do capitalismo neoliberal, mas como uma diferença de hierarquia. Fundamentalmente, não existe capital financeiro, de um lado, e o capital industrial ou comercial, isto é, não financeiro, de outro. O fato mais importante é justamente o contrário, a saber: que a fração superior da classe capitalista e suas instituições, a finança, possuem o conjunto da “grande” economia (doravante, transnacional, financeira e não financeira) [...] (DUMÉNIL E LEVY, 2012, p. 189)

Convergindo, neste aspecto, com Duménil e Lévy, Braga (2010, p. 16) afirma que “[...] a autonomia do setor financeiro nunca pode ser senão uma autonomia relativa. Os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo”<sup>10</sup>. A abstração realizada por alguns autores, entre capital financeiro e industrial, assim como Marx realizava entre capital industrial, comercial e portador de juros, deve ser apenas mecanismo didático, pois ontologicamente, se constituem como ser do Capital. Como já salientavam Duménil e Lévy *a totalidade é mais importante que o detalhe* (2010, p. 190).

Partindo assim da particularidade, podemos afirmar que a *fração financeira* se estruturou de forma mais ostensivamente a partir do século XX, mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial. A criação do FMI e do Grupo Banco Mundial na Conferência de Bretton Woods<sup>11</sup> é um termômetro importante de um tempo, contudo a própria dissolução dos

---

<sup>10</sup> Uma interessante análise sobre isso é feita também por Gowan (2003, p.35-6), quando o mesmo afirma que “[...] Pode-se dizer que a relação entre o setor produtivo e o setor financeiro é aquela onde o setor produtivo é determinante, mas o setor financeiro é dominante. O setor produtivo é determinante porque produz o valor de onde os capitalistas financeiros do setor financeiro vão fundamentalmente receber seus *royalties*, direta ou indiretamente. Por outro lado, o setor financeiro é dominante porque decide *para onde irá* canalizar a poupança passada e o novo dinheiro-crédito fictício – o que acompanhará os fluxos financeiros e o que não irá. Os verdadeiros equilíbrio de poder entre os dois setores são parcialmente governados pelo ciclo financeiro. Na alta da produção, o capital tem dinheiro vivo em abundância e pode, por assim dizer, ditar as regras aos capitalistas financeiros; mas na recessão os capitalistas financeiros se tornam tiranos impiedosos e cruéis quando os empregadores de capital produtivo imploram por crédito para ajudá-los a vencer a dificuldade. Mas as relações de poder entre os dois também são crucialmente afetadas pelo modelo institucional – pelas relações sociais de produção. O Estado, por um processo muito oneroso e politizado, pode mexer e realmente mexe no equilíbrio entre o polo do capital-dinheiro e o polo do capital-produtivo, e entre o polo do capital-dinheiro e todas as partes do sistema de crédito, mantendo, por exemplo, o capital-dinheiro fora de setores inteiros do sistema de crédito, se assim quiser. O Estado também toma decisões cruciais acerca da estrutura interna e das interações no interior do próprio polo de capital-dinheiro [...]”

<sup>11</sup> Conferência de Bretton Woods, vê a seguinte citação: “No campo da economia, o desenho de uma nova era, em que o dólar seria a moeda hegemônica e o compromisso com o desenvolvimento e a estabilidade monetária seriam os pilares fundamentais, veio da Conferência de Bretton Woods, nos Estados Unidos, em julho de 1944 [...]” (LEOPOLDI, 2013, p. 278). Importante ainda lembrar que a criação do Fundo Monetário Internacional, do Bird – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, ambos na Conferência, e do Gatt (em 1996 se transforma na OMC) são frutos dessas alterações da economia capitalista.

O regime Bretton Woods teve uma vida curta e turbulenta pela simples razão de que os dois poderes que o definiram, os Estados Unidos e o Reino Unido, tornaram-se hostis os vários aspectos das regras que eles próprios tinham criado. O regime foi definido durante a guerra e aprovado em 1944, muito antes de os Estados Unidos terem estabelecido sua estratégia político-militar da Guerra Fria, que por outro lado se tornaria o alicerce da expansão do capitalismo americano. [...] (GOWAN, 2003, p. 40)

acordos dessa conferência de certa forma contribuiu para que o capitalismo contemporâneo assumisse a forma atual.

A própria organização do sistema financeiro mundial e os nacionais são frutos de um contexto em que o valor estava substancialmente constituído no setor produtivo, logo, demonstra que o crescimento de um não anula o outro. Sabemos que a organização de um Sistema Financeiro Nacional<sup>12</sup> estruturado e bem delimitado é a garantia hipotética de um bom funcionamento de toda a economia de mercado. Seguindo este entendimento, a organização dessas estruturas financeiras pelos Estados, sempre subordinadas às organizações financeiras bancárias e não bancárias mundiais, é que de alguma forma também contribui para o fortalecimento dessa fração do capital.

A constituição do sistema financeiro, em todos os países capitalistas, se dá através de instituições bancárias e não-bancárias. As instituições financeiras bancárias apresentam uma relevância incalculável e no decorrer do século XX e início do século XXI foram aprimorando suas tarefas e seus tentáculos. Os bancos em si são assim instituições que durante todo o desenvolvimento do capitalismo se constitui como peça chave, mesmo nos meados da hegemonia absoluta do toyotismo-fordismo quando não se cogita questionar o papel da grande indústria na sociedade. Gowan (2003, p.32), por exemplo, ao tratar dos bancos, lembra que os mesmos “[...] desempenham um importante papel tanto na canalização da poupança quanto na criação de novos recursos (dinheiro fictício) para o investimento público. [...]”.

---

Mas, pelas regras do sistema Bretton Woods, os países superávit [...] podia exigir que os seus dólares excedentes fossem trocados por outro, e ao final da década de 1960, as reservas de ouro dos Estados Unidos estavam se tornando insuficientes para honrar a exigência de Bretton Woods da livre conversibilidade do dólar em outro [...] Os Estados Unidos poderia empreender os ajustes econômicos necessários para colocar seu déficit sob controle [...] ou poderia desvalorizar o dólar frente ao ouro [...] o governo Nixon não estava preparado para dar nenhum desses passos: preferiu em vez disso dissolver o regime Bretton Woods. (GOWAN, 2003, p. 41)

<sup>12</sup> Ainda sobre o sistema financeiro, cabe analisar esta citação de Duménil e Lévy, onde os mesmos classificam as instituições financeiras nacionais e internacionais em: “I - *As empresas financeiras privadas*. Trata-se inicialmente do sistema bancário, mas existem outras empresas financeiras (chamadas de não-bancárias): de crédito, de gestão de patrimônios, de seguro, de intermediação etc. A tendência no curso das últimas décadas foi mais de diversificação das funções no interior de grandes sociedades em parte bancárias e, de maneira mais geral, financeiras, elas próprias divididas em numerosas filiais (milhares para as maiores) [...] (II) *As empresas financeiras fora das regulamentações nacionais (eurobancos)*. Como foi lembrado, durante a crise de 1957 no Reino Unido, começaram a se desenvolver operações financeiras fora dos limites de regulamentação nacionais [...] Elas se associaram à criação de paraísos fiscais; (III) *Os fundos de aposentadoria e fundos de aplicação*. Esses fundos não são empresas. Eles não têm dívidas, e a noção de fundos próprios (ativos menos dívidas) aí não tem sentido [...] Eles são administrados em estruturas completamente particulares, utilizando as sociedades financeiras para realizar suas operações e administrar seus portfólios (esta gestão é uma atividade dos Bank Holding Companies), e uma fonte de ganho importante para essas últimas; (IV) *Os bancos centrais e as instituições públicas e parapúblicas nacionais e (IV) as instituições financeiras internacionais*. (DUMENIL E LEVY, 2010, p. 226/7).



O processo de formação, obviamente do capital bancário se deu séculos antes, no bojo da divisão do trabalho, quando tal divisão levou estas instituições, que ao ver de Marx, eram como administradores do capital, ao longo de uma luta encarniçada para se perpetuar, a se especializarem em três tarefas essenciais visando à boa saúde do sistema como todo, que foram: (I) o comércio de dinheiro; (II) o financiamento de empresas e, por fim, (3) o crédito a outros agentes não produtivos. (DUMENIL E LEVY, 2010, p. 271).

Dessa forma, partimos da compreensão que de fato há particularidades que não podem ser desprezadas, logo, não há uma confortável continuidade processual das formas do capitalismo, entretanto, tais particularidades não anulam a natureza do capital, que em conjunto com as diversas frações, constituem-se peças centrais na produção do valor. Não há em hipótese alguma abrupta ruptura. Sendo assim, quando Braga (2010) afirma que o *capitalismo [fora] renovado e reunificado pelas mãos de duas forças sociais centrais: as novas tecnologias da informação*<sup>13</sup>, que tem uma importância crucial na *ideologia orgânica toyotista* e a integração dos mercados financeiros em escala global. (BRAGA, 2010), temos que ter em mente a relação entre particularidade-generalidade dialeticamente.

De acordo com Duménil e Lévy (2010), o uso do conceito *finança*, no tempo de Marx, era inapropriado, todavia, tais autores lembram que é na teoria marxiana que encontramos os elementos centrais para compreendermos o atual estágio do capitalismo, principalmente por que, como o próprio Marx lembra “o movimento do capital social consiste na totalidade dos movimentos de suas frações autonomizadas, das rotações dos capitais individuais” (*apud* PRADO, 2014, p. 22). Estes elementos essenciais seriam enfim a própria

[...] a teoria das sociedades (relações, de produção, forças produtivas, estrutura de classe, Estado), neste caso, da sociedade capitalista, e os instrumentos da teoria econômica propriamente dita (mercadoria, valor, moeda, capital etc.). Nesta inspiração teórica, a totalidade é mais importante que o detalhe [...] (DUMÉNIL E LÉVY, 2010, p. 190)

Todas estas transformações aprimoram as formas de exploração, dominação e humilhação. Os novos mecanismos de sequestro da intersubjetividade<sup>14</sup> e do tempo do

---

<sup>13</sup> Vê nota 7.

<sup>14</sup> Utilizaremos os conceitos *subjetividade*, para designar *consciência*, e *intersubjetividade*, para designar a *consciência socializada e interagida*. Alves (2013, 99) lembra que “a ‘captura’ da subjetividade é a ‘captura’ da intersubjetividade e das relações sociais constitutivas do ser genérico do homem. É ela que explica o movimento de dissolução de coletivos de trabalho e reconstrução de novos coletivos/equipes ditos “colaborativos” com as ideias da empresa [...]”. O próprio Alves (2013, p. 98), nos lembra que no capitalismo manipulatório ou contemporâneo, o processo que assistimos tem relação com “[...]uma operação contínua de “quebra” da

trabalhador são em si particularidades de uma generalidade do capital. E, sem dúvida, o peso em que as formas atuais realizam sua dominação tem relação com o que “[...] *no plano ideológico, (assistimos como) culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado [...]*”. (ANTUNES, 2009, p. 50).

Estes mecanismos estão imersos em uma conturbada mutação, que afeta o sujeito-trabalhador como todo, seja na economia, no social, na política, no tempo de trabalho ou tempo de não trabalho. E, assim como o aparente processo de autonomia das finanças se apresenta como real e autêntico diante do capital como todo, assim também são estas tantas dimensões do sujeito-trabalhador. Ao perder a visão totalizante do ser social, emerge assim uma extorsiva fragmentação, que afeta inclusive no entendimento do trabalho como entidade ontológica.

Estas transformações vão fermentar um importante debate entre concepções a cerca do papel do trabalho no final do século XX e início do século XXI, muito próximo da visão não totalizante que impera a cerca do capital financeiro e o capital produtivo. Problematizando conceitos como trabalho material e imaterial, produtivo e improdutivo, muitos autores vão afirmar categoricamente a insuficiência de alguns desses conceitos nos dias de profunda automação e de ampliação de um suposto tempo livre ou do fim da separação entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho. Autores como Gorz (1982), Habermas (2012), De Masi (2003) Aznar (1995), Lazzaroto (2006) e Negri (2013) vão se constituir como importantes pensadores de uma sociabilidade onde o trabalho já não cumpre papel crucial.

## **2.2 Trabalhos: caracterização do processo atual de transformação da força de trabalho**

### **2.2.1 O *fim* sem fim do trabalho**

As tantas transformações do capitalismo engendradas pela reestruturação produtiva neoliberal impactaram profundamente a força de trabalho. Autores como Antunes (2005; 2008; 2009), Rosso (2008), Alves (2011) e Harvey (2012) para citarmos alguns,

---

subjetividade de classe, para que possa “envolvê-la” nos requisitos do novo produtivismo e, desse modo, operar a “redução” do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria”

apontam que um dos elementos da crise do taylorismo/fordismo estava no valor força de trabalho aumentado. Estas implicações vão de alguma forma está relacionadas a um processo de expansão territorial do capital que preservou nos países semiperiféricos e periféricos<sup>15</sup>, no primeiro momento, hegemonicamente o trabalho taylorista-fordista, enquanto nos países centrais, assistiu-se uma nova forma de organização da produção.

Nos países centrais ou avançados, com *o esgotamento do modelo taylorista-fordista* (ANTUNES, 2009), que não significa o seu fim ou sepultamento, certas formas de trabalho e processos de trabalho vão se constituindo, numa constante disputa não tão harmoniosa entre as novas e antigas formas. Ocorre assim uma *liofilização das empresas* e uma toyotização da força de trabalho. (ANTUNES, 2009). Como parteiras do capitalismo contemporâneo, logo estas novas metodologias de extração da maia valia e de expropriação do tempo de trabalho são espacializadas para outras regiões do planeta.

É a partir desse quadro que Offe (1989, p. 28) questiona o papel do trabalho como categoria sociológica importante, lembrando que “a tentativa de construção, a partir da esfera do trabalho, de todo o ambiente de vida como unidade subjetiva coerente, é cada vez mais inútil por causa da estrutura temporal e da biografia de trabalho [...]”. Diante de um aumento sistemático da tecnologia que substituiu parte da força de trabalho no setor produtivo de algumas regiões da Europa, profetiza que “todos esses fatos tornam improvável que o trabalho, o desempenho e a ocupação exerçam um papel central enquanto referência normativa de vida e de integração da personalidade, ou possam ser reivindicados ou reativados politicamente nesse sentido de referências normativas [...]”. (OFFE, 1989, p. 28-9).

Tomando assim esta premissa de Offe (1989, p. 28), a capacidade do trabalho em continuar sendo uma mediação fundante na sociedade contemporânea é infundada, muitas vezes ainda discursivamente presente devido a influencia das ideias socialistas e liberais. A inutilidade assim da mediação trabalho partiria assim, primeiramente, “[...] porque hoje a continuidade entre formação e exercício profissional, assim como a continuidade na própria vida profissional [...]”, e em segundo, “[...] devido à tentativa secular de redução da parcela do tempo de trabalho no tempo de vida [...]”. Isso assim permite uma expansão do tempo livre, *no qual outras experiências, orientações e necessidades são determinantes*.

O processo de automação reduziu em parte a força de trabalho no setor produtivo, apesar de no mesmo contexto nos países subdesenvolvido esta força de trabalho aumentava

---

<sup>15</sup> Utilizo os conceitos semiperiférico e periférico, exclusivamente numa dimensão do valor de importância que estes países assumem na economia de mercado mundial. Dessa forma, quando citamos países semiperiféricos, estamos falando de países que mesmo não fazendo parte do controle hegemônico, ele está diretamente associado, como o caso do China, Brasil, Índia, África do Sul e Rússia.

vertiginosamente. Partindo da experiência da Europa ocidental, mais precisamente Inglaterra, França e Alemanha, o mundo estaria caminhando para uma sociedade do desemprego<sup>16</sup> (GORZ, 1982) ou sociedade do conhecimento (GORZ, 2005). E dessa forma, com um suposto aumento do tempo livre, caminhamos para a substituição da heterodeterminação do trabalho pela sua autodeterminação. (GORZ, 1982)

A inutilidade da categoria trabalho, diante dessa sociedade do desemprego e da sociedade do conhecimento é que faz com que uma das teses de Lazzaroto (2006, p. 143) tenha validade, quando o mesmo afirma que “o maior obstáculo que as lutas contemporâneas enfrentam é a vontade de circunscrevê-las no quadro da relação capital/trabalho [...]”. A perspectiva assim de organizar a sociedade a partir do trabalho é profundamente rejeitada por Lazzaroto (2006, p. 143), que inclusive lembra que nos dias atuais “[...] não é o trabalho “produtivo” (aquele que produz o capital, segundo a definição de Marx) que é explorado [...]”.

As mudanças assim ensejadas decretaram definitivamente o fim da sociedade do trabalho (KRISIS, 2003), constituindo assim no surgimento de uma “economia do conhecimento”, onde esta “[...] se tornou a principal força produtiva, e que, conseqüentemente, os produtos da atividade social não são mais, principalmente, produtos do trabalho cristalizado, mas sim do conhecimento cristalizado [...]” (GORZ, 2005, p. 29). Esta força do conhecimento é que permite, aos olhos do referido autor, encontramos aquilo que ele define como “capitalismo cognitivo”. O conhecimento no capitalismo contemporâneo seria o resultado de “[...] uma atividade coletiva não remunerada, de uma ‘produção de si’ ou de uma ‘produção de subjetividade’. [...]” (GORZ, 2005, p. 36).<sup>17</sup>

Esta nova realidade abre perspectivas emancipatórias importantes. O fortalecimento da importância do conhecimento na sociedade faz com que se abra uma grande crise dentro do capitalismo, pois o mesmo não consegue, em sua totalidade, lidar com duas questões salutaras: (I): “o da solvência da demanda para o que é produzido com cada vez menos trabalho” e (II) o problema da “capitalização” e da valorização de um produto, o conhecimento, do qual, para o capital, trata-se de se apropriar para impedir que ele se torne um bem coletivo, e de fazê-lo funcionar como “capital imaterial”. (GORZ, 2005, p. 37).

---

<sup>16</sup> Offe (1989, p. 28) afirma que “[...] quanto maior for a extensão de experiências (ou ansiedades) de desemprego, ou de retirada involuntária da atividade de trabalho remunerado, tanto mais baixo, será, presumivelmente, o limiar do efeito da (auto-)estigmatização moral do desemprego, já que ele não mais poderia ser atribuído ao fracasso ou culpa individual [...]”.

<sup>17</sup> É salutar lembrar que o autor, nesta passagem, faz a distinção, que considero pertinente, dentro do conhecimento. Existiria um conhecimento geral e comum a todos e um chamado de knowledge, que “[...] também é virtualmente gratuita, pois pode ser reproduzida em quantidade ilimitada a um custo desprezível, e partilhada sem ter de passar pela forma valor (pelo dinheiro) [...]”. (GORZ, 2005, p. 36)

O primeiro dilema de Gorz tem relação direta com as mudanças que tal autor vinha acompanhando, precisamente na Europa ocidental, inserida justamente na constante luta do Capital em diminuir (e não eliminar em sua totalidade, diante da impossibilidade) a influência da força de trabalho na locomotiva de produção de mercadoria. Este primeiro dilema converge com Bauman (2008, p. 37) que afirma que hoje (no *capitalismo do não trabalho*) nos deparamos com o “[...] rompimento entre capital e trabalho [...]”<sup>18</sup>, ou mais precisamente, “[...] que o trabalho em forma imediata cessou de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho cessou e deve cessar de ser a sua medida, e, portanto, o valor de troca deve cessar de ser a medida do valor de uso”. (LAZZAROTTO e NEGRI, 2013, p. 52)

O segundo dilema de Gorz é em tese uma solução sem resposta. Dessa forma, a busca pela expropriação do *bem coletivo*<sup>19</sup>, visando transforma-lo em “capital imaterial” ou “capital inteligência” (RIFKIN *apud* GORZ, 2005), sem dúvida se constitui como a grande corrida em busca do ovo de Colombo contemporâneo, e não deveria causar estranheza pois a lógica do capital estaria apenas se confirmando. E uma forma bem usual que o capital utiliza para tal finalidade seria a apropriação do acesso (poderíamos falar de circulação) ao conhecimento “[...] especialmente os meios de acesso à Internet – para conservar o controle sobre ele, para impedi-lo de se tornar um bem coletivo abundante [...]” (GORZ, 2005, p. 37).

Sabe-se que no novo arranjo, as atividades ligadas ao capital material, que o autor considera como herança do *fordismo*, se terceirizam, sendo imputado a um setor cada vez mais marginal na economia de mercado, ou seja, “[...] o capital material é abandonado aos “parceiros” contratados pela firma-mãe, que por sua vez assume para eles o papel de suserano [...]”<sup>20</sup> (GORZ, 2005). É no bojo dessa transformação, com o enfraquecimento da dimensão

---

<sup>18</sup> “A versão atual da modernidade, “liquefeita”, “fluente”, dispersa, espalhada e desregulada não pressagia o divórcio ou uma quebra final na comunicação, mas vaticina o divórcio ou uma quebra final na comunicação, mas vaticina um rompimento entre capital e trabalho [...]” (BAUMAN, 2008, p. 37).

<sup>19</sup> Alguns teóricos do Trabalho Imaterial ou da Sociedade do tempo livre acabam por não se dá conta da dimensão expansiva e totalizadora do Capital, o que é estranho, justamente por todos serem autores que são conhecedores da obra marxiana. De qualquer forma, cabe uma importante observação de Meszaros, quando o mesmo nos lembra de que “[...] o sistema do capital é, na realidade, o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar em que encontre resistência”. (MESZAROS, 2011, p. 97)

<sup>20</sup> GORZ, por exemplo, lembra que o processo de terceirização é altamente nefasto a mão de obra das empresas terceirizadas. Que este processo, de alguma forma, impôs uma nova divisão do trabalho entre as empresas e o capital. Mais sobre isso, observar a seguinte citação, onde o mesmo afirma que “essa terceirização da produção e do capital fixo material não é um simples prolongamento da “produção aliviada” (*lean production*) e do *reengineering* dos anos 1990. Não se trata mais de simplesmente reduzir o tempo de circulação do capital tão radicalmente quanto possível, eliminando os estoques e todo o pessoal estável, à exceção de um núcleo determinado. Trata-se agora de impor uma nova divisão do trabalho não somente entre prestadores de trabalho, mas entre empresas e capitais. O capital material é abandonado aos “parceiros” contratados pela firma-mãe, que

material da sociedade de mercado que se faz emergir sua dimensão imaterial, com um peso cada vez mais do conhecimento.

É neste quadro que também assistimos a um tempo onde a imagem, nomes de marca, *franchising* são fundamentais para o fortalecimento do capital cognitivo, ou seja, “[...] para o capitalismo, é necessário apoderar-se da imaginação coletiva, das normas comuns, das linguagens [...]”. (GORZ, 2005, p. 52-3). O enfraquecimento do trabalho fordista, o aumento da dimensão material, o valor cada vez mais do conhecimento e crescimento da expropriação do conhecimento pelo capital, o que gera o capital cognitivo, seria um enredo típico do capitalismo pós-reestruturação produtiva das décadas 1960/1970.

Este quadro de grandes transformações na força de trabalho, com a suposta ampliação da dimensão imaterial da produção, tem um valor utópico em Gorz, já inclusive presente em *Adeus ao Proletário* (1982). O que se estaria assistindo seria a germinação do não-capitalismo, “[...] uma negação e de uma superação do capitalismo, do trabalho como mercadoria e das trocas comerciais”. (GORZ, 2005, p. 53-4). Lembremos que isso, em Gorz, não significa o fim do capital, mas sem dúvida não o coloca no mesmo bolo de autores como De Masi (1999; 2001)

Autores como Gorz, resumidamente, endossam a seguinte concepção: (I) as últimas três décadas estiveram mergulhadas num intenso processo de transformação da força de trabalho (II) onde a dimensão imaterial do trabalho tem assumido preponderância, e (III), sendo a teoria do valor de Marx uma teoria do trabalho produtivo que gera valor material (IV). Por isso, logo, tal teoria não se sustenta na atual configuração do capitalismo contemporâneo, pois ela é a antítese de muito do que é hoje.

De fato as últimas décadas foram marcadas de importantes transformações na força de trabalho, o que sem dúvida nos obriga a verificar se a temperatura apresentada pelo termômetro seja a mesma dos dias atuais. E, certamente, ela pode ser diferente, mas em hipótese alguma isso significa que o termômetro de hoje não seja fruto direto do termômetro de ontem, ou que as causas do aumento da temperatura está desconectada com o processo atual.

Esta metáfora nos possibilita entender que por mais que se reconheçam estas transformações, ela não sucumbe a teoria de valor de Marx, que primeiramente não é uma teoria do chão de fábrica e, em segundo lugar, que é justamente a partir de sua teoria que se pode analisar o capital (e todas as suas dimensões) de forma totalizante e contraditória. É

---

por sua vez assume para eles o papel de suserano: ela os força, pela revisão permanente dos termos de seu contrato, a intensificar continuamente a exploração de sua mão de obra [...]”. (2005, p. 39)

sempre importante compreender que quando se trata de uma fração do capital, esta que se configura nas mercadorias imateriais, estamos falando do próprio o capital, onde seja a fração produtiva ou improdutiva, seja a dimensão material ou imaterial estão implicadas.

Quando se analisa a posição de alguns autores, a exemplo de Gorz (1982; 2005;2007) e Lazzarotto (2006) e Lazzarotto e Negri (2013), que consideram que nos dias atuais há uma preponderância do capital imaterial, um ponto importante é que os mesmos argumentam que a teoria marxiana é uma explicação correta para um mundo que se desmanchou, isto é, fabril, industrial e produtivo. Estes autores argumentam que trabalho material define, perdendo valor universal, e como a teoria de valor marxiano se estruturou baseado neste tipo de trabalho, não haveria chão para que tal teoria se sustentasse nos dias atuais. Embasados em uma passagem evolutiva da agricultura (tradicional) para a indústria (moderno) e terciário (pós-industrial ou pós-moderno), acabam não explicando adequadamente a configuração social do trabalho, pois este embasamento usado é fragmentador e não totalizador. (SANTOS, 2013)

O trabalho imaterial, seguindo o raciocínio dos teóricos do trabalho imaterial tende a se tornar hegemônico, de forma totalmente explícita. (LAZZAROTTO E NEGRI, 2013, p. 51). Tal tese, primeiramente parte de uma análise do capital de alguns parques espaços territoriais do mundo, como alguns países da União Europeia e os Estados Unidos, para sermos mais exatos. Outro ponto também importante é a compreensão de como se deu a expansão territorial do capital pelos países subdesenvolvidos. Ora, se o próprio Gorz (2005) reconhece que um dos desafios é justamente evitar que o capital se apropria do conhecimento, dos *bens coletivos*, isso comprova que este capital, que surge na esfera da produção de mercadoria, é tão expansivo e totalizador quanto antes.

Lazzarotto e Negri (2013, p. 50), mesmo reconhecendo que o caminho a ser seguido, como observadores é obvio, é da efetivação de certa sociedade do trabalho imaterial, consideram também que a “integração do trabalho imaterial no trabalho industrial e terciário torna-se uma das principais fontes da produção e atravessa os ciclos de produção definidos precedentemente, que por sua vez a organizam”. Esta integração não é fruto desses *tempos imateriais*, mas da própria dinâmica do capital. De qualquer forma, em síntese, dentro do abordado pelos respectivos autores, teríamos uma subsunção do trabalho material ao trabalho imaterial, e não a eliminação da materialidade.

Justamente por isso que o próprio Gorz abandonou seu grito de fim do trabalho (1982), para uma análise também de integração entre a materialidade e imaterialidade do trabalho (2007). Padilha, ao criticar Gorz, lembra que

[...] o trabalho, na sua dimensão concreta, não pode ser eliminado, qualquer que seja a forma de sociedade, por que é ele quem possibilita a relação do homem com a natureza e com outros animais e a produção de valores-de-uso necessário à vida humana. Então, uma sociedade emancipada não pode ser uma sociedade sem trabalho concreto [...] (PADILHA, 2000, p. 33)

A compreensão da totalidade da força de trabalho, e de que forma o capital se apropria de todas suas dimensões para gerar valor, é o que faz Antunes (2006, p. 148) questionar esta dualidade entre *trabalho material* e *trabalho imaterial*. O referido autor pondera que

[...] as formas do trabalho imaterial expressam as distintas modalidades de trabalho vivo, necessárias para a valorização contemporânea do valor. Na fase laborativa onde o saber científico e o saber laborativo mesclam-se ainda mais diretamente, a *potência criadora* do trabalho vivo assume tanto a forma (ainda dominante) do trabalho material como a *modalidade tendencial* do trabalho imaterial. (ANTUNES, 2006, p. 148)

A mesma confusão em torno do debate sobre materialidade e imaterialidade reside sobre o que seria indústria, fábrica ou mecânica. Justamente por isso é importante ponderar que quando se fala de produção industrial, não se está falando exclusivamente da produção no chão de fábrica, mas a dimensão que a indústria<sup>21</sup> assume muito além do fabril. Pode-se concordar então, por exemplo, que “o capital industrial, na forma de capital produtivo, existe enquanto meios de produção e força de trabalho. Na esfera da circulação, manifesta-se na forma de capital-mercadoria e capital-dinheiro [...]”. (SANTOS, 2013, p. 117), justamente por isso que em Marx não há equívoco na definição de indústria de transporte, para citarmos um exemplo. Numa abordagem fragmentadora, isso é recusável.

Na abordagem fragmentadora, a alteração do tempo cronômetro sepultaria o controle mecânico. Sabe-se que quando se trata do conceito de mecânica, há de se ter em mente tanto a concepção tradicional, onde as práticas mecânicas “[...] são movidas – segundo sequências de estados pré-determinados. [...]” e “[...] são eficazes em si mesmas, ou seja, elas produzem efeitos materiais de acordo com os seus fins predeterminados. [...]”. (PRADO e PINTO, 2014, p. 5), e outra concepção, a computacional, com suas capacidades ampliadas e complexas. Sendo assim, a questão central é saber se a natureza da produção, seja material ou imaterial, seja um bancário em sua agência ou um operário na construção civil, deixou de ser regido mecanicamente. Convergimos com Prado e Pinto, quando afirmam que:

---

<sup>21</sup> Sobre a concepção de indústria em Marx, vê nota 14.



[...] não há uma negação do princípio mecânico na passagem das máquinas clássicas para as máquinas computacionais. Diferentemente, a primeira mudança que trazem vem ampliar, de maneira extraordinária, a capacidade de o homem automatizar os processos produtivos, podendo liberá-lo, assim, cada vez mais, de executar tarefas algorítmicas e repetitivas, as quais, aliás, contrariam sua própria natureza de homem. A segunda mudança trazida vem ampliar fantasticamente a capacidade humana de guardar, manipular e transmitir informação em pequenas e grandes distâncias. [...] (2014, p. 6)

Pode-se então afirmar que no capitalismo contemporâneo a máquina, a automação (que iremos aprofundar no Capítulo II) ou autonomia (que seria automação com o toque humano), como destaca Alves (2011) continua preso ao princípio mecânico que rege a produção de mercadoria ao longo de séculos. Alguns autores, a exemplo de Habermas e Gorz vão confiantemente acreditar que a tecnologia da informação vão se constituir como formas essenciais que tem libertado o homem da amarra do trabalho. “A análise de Gorz (e também de Habermas) conduz a um determinado tipo de “fetichismo tecnológico”, pois o desenvolvimento tecnológico passa a ser visto como uma entidade que foge ao controle dos homens [...]” (PRIEB, 2005, p. 64).

Gorz acredita que estamos situados *em uma revolução microeletrônica que abole o trabalho* (PRIEB, 2005). As tecnologias agigantando-se sobre a vida da humanidade seriam o messias, que anunciaria o fim do pecado do trabalho e de sua sociedade produtivista, abolindo a mecanicidade dos homens, os tornando produtores autodeterminados, ou no máximo, numa forma de autodeterminação que subjugará a heterodeterminação.

A mesma confusão que impera na definição de materialidade e imaterialidade, também impera no debate a cerca do conceito de produtividade e improdutividade do trabalho em Marx. Entendemos que “[...] se alguns serviços, tais como comércio de mercadorias, eram considerados improdutivos à era de Marx, de forma análoga outros eram considerados produtivos e não podem ser lançados à vala comum do trabalho improdutivo [...]” (ROSSO, 2008, p. 32). Quando se define o trabalho como *improdutivo* não se pode incorrer no erro de considerá-lo improdutivo ao capital, pois “[...] capitalismo compra a força de trabalho improdutivo por causa de seu valor de uso imediato, e não pela sua capacidade de gerar valor novo”. (SANTOS, 2013, p. 87)

Harvey, por exemplo, considera que este debate sobre produtividade e improdutividade do trabalho tem gerado debates importantes, um tanto *tedioso* às vezes. E, por isso que

[...] na definição de Marx, como apenas esse trabalhador que produz mais-valor é considerado “produtivo”, várias atividades fisicamente produtivas (principalmente em serviços e circulação) terminam sendo caracterizadas como “improdutivas”, não importa o quão socialmente necessárias elas possam ser [...] (HARVEY, 2013, p. 165/6)

O trabalho improdutivo, dessa forma, pode ser caracterizado como trabalho produtivo, fugindo da outra ortodoxia fixada no trabalho do século XIX, “[...] desde que submetido ao capital. [...]”. (SANTOS, 2013, p. 104). Podemos então enfatizar uma tênue linha entre a produtividade e improdutividade, assim como materialidade e imaterialidade. Ao apontar isso, não queremos desconsiderar qualquer distinção que julgemos necessário. As distinções não devem aniquilar as similaridades, da mesma forma, aquilo que os aproximam não as tornam iguais, idênticos, não anulando duas distinções.

Sem dúvida, uma divisão constituída como dogma e que a ortodoxia hegemônica conduz como verdade suprema, é a própria divisão mecanicista. Esta ortodoxia está mergulhada na divisão hegemônica de setores, onde as dimensões gerais da produção de mercadorias (materiais e/ou imateriais) foram paulatinamente sendo empobrecidas, assim como ocorrera com o trabalho (produtivo e improdutivo), numa dissociação arbitrária. É justamente a partir dessa divisão liberal arbitrária, e em tese, sustentada com dados que confirmam o “[...] *aumento de postos de trabalho cuja principal especificidade é a produção de resultados imateriais*” (SANTOS, 2013, p. 11), que esta separação de trabalho material/imaterial e produtivo/improdutivo ganhou contornos perigosos.

Contornos estes que desconsideram algo que Harvey vai definir como a *produtividade do trabalhador coletivo*. O mesmo lembra que

[...] a ideia de que o que conta é a produtividade do trabalhador coletivo, e não a produtividade do trabalhador individual tem implicações para a nossa concepção da força produtiva. As maneiras em que os trabalhadores se relacionam e reforçam mutuamente um ao outro no desempenho de suas várias tarefas têm evidentemente uma influência na sua produtividade coletiva [...] (2013, p. 166)

Esta divisão, não dialética, empobrece a configuração do trabalho do século XXI, pois além de desconsiderar, em alguns casos, que o próprio trabalho na forma fordista se apresenta em grande escala em algumas regiões do planeta, como podemos comprovar via os países que formam os BRICS<sup>22</sup>, não consegue perceber que nas novas formas hegemônicas

---

<sup>22</sup> BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

em regiões centrais e desenvolvidas não se têm rupturas com o antigo padrão de produção, mas apenas uma continuidade, com mudanças, é claro, onde uma importante simbiose entre estes modelos se efetua<sup>23</sup>. Dessa forma, a expressão imaterial do trabalho é uma parte componente da produção social de valor e mais-valia e não como expressão de descontinuidade *de certas determinações do capital*. (SANTOS, 2013). Eles não são antônimos.

Em Trabalho Imaterial e Teoria do Valor, onde Santos resgata as concepções de trabalho da Economia Política<sup>24</sup>, realizando um debate a cerca da própria concepção do trabalho<sup>25</sup> e do trabalho imaterial, há a afirmativa de que as alterações ocorridas na força de trabalho não alteraram o sentido ontológico do trabalho, pois o mesmo continua sendo central no cotidiano das pessoas. Tais transformações, ao invés de sepultar a teoria do valor de Marx, na verdade a reafirmaria, com novas premissas e sujeitos.

---

<sup>23</sup> Mezsáros, em Poder da Ideologia, lembra que as diversas transformações do capitalismo impactam na força de trabalho reorganizando e reafirmando a hierarquia do trabalho, além de fragmentá-lo. Poderíamos verificar isso sob os seguintes aspectos: (1) dentro de um grupo particular ou de um setor do trabalho; (2) Entre diferentes grupos de trabalhadores pertencentes à mesma comunidade nacional; (3) Entre corpos de trabalho de nações diferentes, opostos um ao outro no contexto da competição capitalista internacional, desde a escala mínima até a mais abrangente, incluindo o potencial de colisão de interesses sob forma de guerras; (4) A força de trabalho dos países capitalistas avançados – os benefícios relativos da divisão capitalista global do trabalho – em oposição à força de trabalho comparativamente muito mais explorada do “Terceiro Mundo” e (5) O trabalho no emprego, separado e oposto aos interesses objetivamente diferentes – e em geral política e organizacionalmente não-articulados – dos “não assalariados” e dos desempregados, inclusive as crescentes vítimas da “segunda revolução industrial”. (2012, p. 353)

<sup>24</sup> Santos realiza uma caracterização sobre a concepção de produtivo e improdutivo, trazendo à luz, o pensamento dos fisiocratas, a exemplo de Quesnay, o pensamento liberal, a exemplo de Smith e o pensamento dos utilitaristas, a exemplo de Say. De acordo com Santos (2013: 61-67), “entre os fisiocratas, “formação de excedente é atribuída unicamente à agricultura e, conseqüentemente, somente o trabalho agrícola é considerado produtivo”, sendo que Quesnay, baseado nesta concepção e na certeza que a terra é a única fonte de riqueza, constatará a existência de três classes fundamentais: (1) Classe Produtiva; (2) Classe dos Proprietários (soberano, os possuidores e os dizimeiros) e (3) Classe Estéril (formas de trabalho fora da agricultura), sendo que na concepção fisiocrata, a imaterialidade do trabalho não tem espaço. (61)”

Em Smith, “[...] existe determinado tipo de trabalho que agrega valor ao objeto para o qual o trabalho é direcionado, e outro tipo de trabalho que não tem a mesma característica. O autor nomeia o primeiro tipo de *trabalho produtivo* e o segundo de *trabalho improdutivo* [...] Os salários do manufator são adiantados pelo patrão, mas nada custam a este último, uma vez que o valor dos salários é repostado juntamente com o lucro” (Oliveira, 2013:63/4), sendo que para este autor, o trabalho improdutivo não incorpora valor, logo, a riqueza está presente “[...] apenas em mercadorias cujo valor é preservado para além da produção.” (66)

Já os utilitaristas, a exemplo de Say, “enxerga uma identidade entre produção de riqueza (leia-se: produção de valor) e produção de qualquer utilidade que satisfaça alguma espécie de necessidade humana; produzir qualquer tipo de utilidade é, simultaneamente, produzir valor, de modo que o valor de troca das mercadorias é “a medida da utilidade que lhes foi dada” (Say, 1983, p.68) [...] *Tratado de Economia Política* [...]” (66/67)

<sup>25</sup> Baseado no Capítulo VI, do Capital de Marx, Santos (2013: 71-107) afirma ser possível extrair três níveis de trabalho produtivo, que seriam: (1) O *processo de trabalho sob a forma de simples produção de valores de uso*; (2) o *processo de trabalho na ordem do capital* e (3) a *exploração da capacidade de trabalho socialmente combinada*.

É bem verdade que as metamorfoses na força de trabalho impactam profundamente na própria compreensão da importância do trabalho como pôr teleológico. Como lembra Lukács (2013, p. 47), “[...] o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas -, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material. [...]” ou como Antunes (2006, p. 142) salienta,

[...] no longo percurso traçado pela *filosofia do trabalho*, o ato laborativo tem sido compreendido como expressão tanto de vida como degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão. *Érgon e pónos*, trabalho e fadiga. Momento de catarse e vivência de martírio.

Seguindo então o debate realizado por Offe, Gorz, Negri, Aznar, estamos caminhando para uma sociedade também do tempo livre. Este logo assume o papel de remodelar uma nova humanidade, agora já livre do *pecado* do fardo do trabalho e de sua mecanicidade, com um importante deslocamento do que era central antes, o trabalho, para uma nova centralidade, as atividades diferenciadas (PADILHA, 2000)<sup>26</sup>. O papel que o tempo do trabalho deveria cumprir na teoria marxiana agora seria o tempo do não-trabalho, e isso deveria, em tese, ter implicações importantes em categorias em historicamente apresentam jornadas de trabalho oficiais menores, como os bancários.

### 2.2.2 Produtividade, improdutividade, materialidade e imaterialidade no trabalhador bancário.

A caracterização do trabalhador bancário que realizamos aqui deve está submetida ao debate já realizado entre materialidade e imaterialidade, produtividade e improdutividade do capital e do trabalho. Este nos ajuda a perceber as intersecções, intercepções, difusões e disfunções. Selegrin (2013), levando em consideração a influencia da globalização neoliberal e do toyotismo na reestruturação bancária, vai nos apresentar dois tipos de bancários: um

---

<sup>26</sup> Valquíria Padilha (2000), através de sua obra *Capitalismo e Tempo Livre*, um par imperfeito, realiza uma esmiuçada pesquisa de autores do chamado trabalho imaterial/tempo livre, a exemplo de autores como André Gorz, Domenico de Masi, Claud Offe, Dumazedier. Realizaremos um debate mais aprofundado sobre a própria concepção de tempo livre, dialogando com alguns desses autores já citados, e outros, no capítulo *O Mito da Sociedade do Tempo Livre e a Implicação no Trabalhador Bancário em São Luís do Maranhão*.

antigo, que poderíamos definir como fordista, e um novo, que poderíamos chamar de fordista-toyotista.

Como veremos mais adiante, as transformações ocorridas na força de trabalho após a reestruturação produtiva neoliberal ensejaram na categoria bancária um processo de enxugamento de várias funções, algumas sendo delegadas a terceirizadas e outras, extintas. O próprio papel que os sistemas de informação, dos softwares, em geral, vão assumir na estruturação bancária influenciaram no tipo de bancária que emergia dali. Os bancários frutos do enxugamento, da intensificação, da flexibilização e da precarização se encontram em um quadro cada vez mais preocupante, como situações delicadas inclusive no âmbito da saúde.

O banco é o *locus* de desenvolvimento da força de trabalho bancária. Por isso, que o debate sobre a caracterização do tipo de trabalho exercido neste setor nos parece um pouco precipitada, principalmente quanto inserida na polarização não dialética entre trabalho produtivo e improdutivo. Como divergimos dessa orientação, de início parece acertada a afirmação de Segnini (1998), quando diz que os bancos são serviços produtivos. Ao afirmar isso, nos aproximamos também da afirmativa de Dumenil e Lévy (2010) que afirmam que o trabalho improdutivo age como supervisor do capital, ou seja, está posto na própria dinâmica existencial do núcleo do capitalismo, contribuindo para sua valorização.

Parece-nos que outro debate, sobre materialidade e imaterialidade do trabalho bancário, tem assumido uma importância tão relevante, que a dimensão do trabalho coletivo é esquecida. Como já analisamos nesta pesquisa, a análise do que se chama de trabalho material e trabalho imaterial só tem relevância significativa se, e somente se desconectar da visão antagônica entre tais categorias. O estudo da expressão material e imaterial da produção não deve anular a totalidade que se encerra na própria força de trabalho, e não fora dela.

É bem verdade que o debate fomentado atualmente tem uma riqueza incalculável por permitir que mesmo que situemos o bancário dentro do que se chama de *trabalho improdutivo*, já que o mesmo não está diretamente ligado à produção de valor, isto não decreta que o mesmo é improdutivo para o capital, já que o bancário tem papel chave na sua valorização do mesmo. Outra questão importante é perceber que mais do que nunca se exige do bancário conhecimentos dos mais diversos, algo caro para aquilo que se define por capital imaterial - que não é o irmão bom do capital material e nem seu antagônico.

Como descreveremos mais adiante, a reestruturação bancária neoliberal impactou profundamente no tipo de bancário que se exige. A natureza multifacetária das atividades fins conduz a uma alteração tanto no sujeito social dentro da agência, quanto fora dela. O conhecimento e as tecnologias de informação que se constituem como chave em algumas

áreas, tem se tornado cruciais nas transações e tarefas executadas. Mais do que antes, ao novo bancário é exigido uma dimensão mais complexa de tarefas e obrigações.

O trabalhador bancário, como expressão do trabalho improdutivo, por não gerar valor, e implicado ao trabalho chamado *imaterial* cada vez mais devido ao desenvolvimento informacional e tecnológico, é uma síntese interessante, já que o mesmo é essencialmente produtivo como agente direito entre o banco e produtor, mesmo não gerando valor diretamente. E mesmo que tenhamos de concordar que há uma diminuição numérica de bancários – que não tem similaridade com o seu fim, como aponta Aznar (1995) –, estes *mortos anunciados* não deixaram de continuar a assumir um papel crucial, tanto é que geralmente uma greve de bancários tem como tendência demorar menos por causa da pressão que gera na sociedade, principalmente para o capital.

Em sua atividade funcional o bancário exerce importância não só na forma do Estado atual, mas na própria Forma-Estado<sup>27</sup>. É na circulação, por exemplo, que se pode perceber o importante papel do trabalhador bancário. Aliado essencial da burguesia industrial, a burguesia bancária permite que a força de trabalho e meios de produção se manifestem na circulação, na forma capital-dinheiro. (SANTOS, 2013). Como bem aponta Marques e Nakatani, (2009, p. 28)

O dinheiro é capital devido à sua conexão com o movimento total do capital: é na forma dinheiro que se inicia o processo capitalista de produção, quando um empresário compra máquinas, matéria-prima e emprega mão de obra para dar início ou prosseguimento à produção de mercadorias [...]

Os trabalhadores bancários ao serem submetidos à ordem que *concretiza os valores de troca e viabilizam a apropriação dos valores excedentes pelo capital*, contribuem assim para que o capital se *constitua como importante produtor de juros*. (JINKINGS, 1996). Estes trabalhadores estariam dessa forma fundamentados em um *processo fetichizado de dinheiro gerando dinheiro*. (JINKINGS, 1996), ou seja, que a centralidade de suas atividades “[...] se dá na transferência de valores, e assim posta, exerce uma função mediadora [...]”. (SELEGRIN, 2013, p. 59)

Como categoria da classe trabalhadora que primeiramente obteve uma redução da jornada oficial do trabalho, o bancário estaria em uma condição privilegiada, e certamente deveria ser usado como parâmetro para a confirmação das teses do tempo livre e do aumento

---

<sup>27</sup> Farias (1999, p. 28/9), afirma que “O Estado é um movimento de totalização e de concretização que se situa no tempo e no espaço; é um silogismo que se compõe de três termos: a forma-Estado (generalidade), a forma de Estado (particularidade) e a forma do Estado (singularidade) [...]”.

revolucionário do trabalho autodeterminado, um mundo onde o poder da mercadoria estaria com seu tempo contado. De acordo com a literatura marxiana e marxista, “uma das peculiaridades do trabalho bancário é o seu objeto: a mercadoria-dinheiro [...]”. (JINKINGS, 1996, p. 17), e o mundo em voga é justamente onde esta mercadoria-dinheiro tem ganhado cada vez mais força.

A partir desses entendimentos tentaremos refletir de que forma este mundo da mercadoria-dinheiro se estruturou no Brasil e como o sistema financeiro brasileiro esteve intimamente ligado ao fortalecimento da fração industrial, agindo assim, com suas diferenciações, em conjunto. E, na medida do possível, demonstrar que sem o papel vanguardista do Estado, tal fração não se estruturaria e nem expandiria.

### **2.3 Estruturação e reestruturação bancárias no Brasil**

O setor bancário brasileiro foi estruturado em meados do século XX, mais precisamente a partir da segunda metade desse século. Entretanto, importante lembrar que no século XIX já tínhamos casas bancárias ou bancos comerciais, sendo que esta estrutura simples “[...] existente atendia satisfatoriamente às necessidades de crédito da economia” (TEIXEIRA, 2000, p. 26), “voltadas quase exclusivamente para as atividades mercantis urbanas [...]”. (FILHO, 2003, p. 24). O Banco do Brasil teve sua autorização de funcionamento expedida em 1808 (TEIXEIRA, 2000) e já a Caixa Econômica Federal, já no segundo império, em 1861. No que se refere aos bancos de capital privado, os primeiros começam a surgir em meados de 1858. (FILHO, 2003)

Apropriamos-nos de duas expressões da matemática para afirmar que durante o século XX e XXI a fração financeira da burguesia viu seus lucros aumentarem em uma gigantesca Progressão Geométrica (PG). Em contrapartida, quando analisamos o quadro geral salarial dos trabalhadores bancários, sua situação configura-se numa letárgica Progressão Aritmética. (PA). Voltaremos mais adiante na análise precisa da realidade específica do trabalhador bancário. Neste momento, procuraremos compreender como a estruturação bancária se efetivou, quais os processos e etapas, e quais necessidades impulsionaram tal efetivação do sistema bancário brasileiro.

A estruturação bancária então se tornou uma necessidade cada vez mais eminente, principalmente por que o Estado brasileiro na medida em que se inseria mais e mais nas

relações capitalistas mundiais, buscava tomar medidas que não inviabilizasse seus projetos. A partir disso, poderíamos sugerir três momentos que, isoladamente não teria a função do que nos propomos que é entender toda a dinâmica. Todavia, didaticamente tal fatoração nos permite entender as particularidades. Sendo assim, tais momentos seriam: *(2.3.1) Do Período germinal ao primeiro ato ou pré-estruturação bancária;* *(2.3.2). Segundo ato ou primeira reestruturação bancária e* *(2.3.3) Terceiro ato ou reestruturação bancária neoliberal.*

### 2.3.1 Do Período germinal ao primeiro ato ou pré-estruturação bancária

Estes momentos aqui elencados não apresentam datas fixas e nem dia de aniversário. Eles, em muitos momentos se interrelacionam, se complementam e se fundem. E o próprio processo de alteração se dá de forma gradativa. Outra observação importante é que em alguns desses momentos é exigido uma fundamentação maior, principalmente diante do avanço da complexidade do sistema bancário. E por fim, optamos em definir estes momentos a partir da chegada da família real, isto é, 1808, pois é neste período que surgiram a algumas medidas que ajudaram na dinâmica de circulação de capitais no Brasil, como a abertura dos portos e a autorização de criação do Banco do Brasil.

Dada esta observação metodológica importante, observa-se que no momento germinal das primeiras instituições bancárias, o Brasil era essencialmente um país agrário, com relações de trabalho fortemente escravocratas e com a força produtiva baseada no campo, principalmente na agroexportação de café. Entretanto, é importante apontar que mesmo neste contexto escravocrata, algumas medidas de cunho mais liberal, e que de certo modo, contribuiu para a estruturação da indústria e também do sistema bancário brasileiro, foram tomadas. A Lei de Terras de 1850, com os leilões públicos para obtenção de terras, e a Lei Euzébio de Queirós, do mesmo ano, que proibira o tráfico de negros escravos, permitiram um aumento das relações assalariadas no campo brasileiro, além também de liberar capitais antes preso ao tráfico. (HOLANDA, 2012).

Holanda (2012, p. 75), por exemplo, afirma que certamente este período foi um dos mais importantes das medidas liberalizantes no século XIX, lembrando que

[...] mesmo depois de inaugurado o regime republicano, nunca, talvez, fomos envolvidos, em tão breve período, por uma febre tão intensa de reformas



como a que se registrou precisamente nos meados do século passado e especialmente nos anos de 51 a 55. Assim e que em 1851 tinha início o movimento regular de constituição das sociedades anônimas; na mesma data funda-se o segundo Banco do Brasil, que se reorganiza três anos depois em novos moldes, com unidade e monopólio das emissões; em 1852, inaugura-se a primeira linha telegráfica na cidade do Rio de Janeiro. Em 1853 funda-se o Banco Rural e Hipotecário, que, sem desfrutar dos privilégios do Banco do Brasil, pagara dividendos muito mais avultados. Em 1854 abre-se ao tráfego a primeira linha de estradas de ferro do país — os 14,5 quilômetros entre o porto de Mauá e a estação do Frágoso. A segunda, que irá ligar a Corte a capital da província de São Paulo, começa a construir-se em 1855.

Holanda (2012) prossegue afirmando que estas reformas contribuíram para o aumento de crédito bancário, o que sem dúvida, levou o Império a recriar o Banco do Brasil em 1851, extinto em 1829. De toda forma, estas medidas, assim como o fim legal da escravidão em 1888, o fim do Império e início da República, em 1889, quando analisamos em si as forças produtivas e relações de produção, não se verificamos impactantes mudanças. As oligarquias regionais tinham um peso político muito grande, tendo assim toda a estrutura do Estado a serviço das atividades agroexportadoras. O sistema bancário era essencialmente insipiente, com alguns bancos nacionais (Banco do Brasil, Caixa) e, paralelo, a atuação dos bancos estrangeiros que aqui detinham o “[...] o monopólio dos financiamentos à agricultura cafeeira, devido à insuficiente poupança interno no mercado de capitais [...]”. (JINKINGS, 1996, p. 27)

A partir da década de 20 se assistiu ao surgimento de algumas medidas por parte do Estado brasileiro que reforçaram o capitalismo pelas bancas de cá e que estavam inter-relacionados com as alterações do papel do Estado após a Grande Depressão de 1929. De alguma forma, visavam modernizar o parque produtivo do Brasil devido ao aumento gradativo do capital interno. Pode-se destacar dentre estas medidas,

[...] em 1921, a criação da Carteira de Redescostos e de Inspetoria Geral de Bancos; pós-1930, o Banco do Brasil passa a ser efetivamente o agente financeiro do Governo, quando começa a coletar impostos e tributos, efetuar pagamentos e ser depositário do Tesouro Nacional; em 1931, a obtenção do monopólio das compras de câmbio em todo o país; em 1932, a criação da Caixa de Mobilização Bancária; em 1938, a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) e finalmente em 1944, o estabelecimento da Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária, através da qual o Governo passava a fiscalizar as instituições de crédito e acompanhar seu comportamento. (TEIXEIRA, 2000, p. 27)

Leopoldi (2013), vai afirmar que a estruturação do moderno setor bancário brasileiro a partir da década de 1920, onde existia já um quadro razoável, será baseado em três

pilares: (I) *um banco estatal, precisamente o Banco do Brasil, e outros bancos estatais estaduais, como o Banespa, Banco do Paraná e do Rio Grande do Sul, que foram todos estruturados em 1928;* (II) *bancos privados nacionais, com limitações territoriais, mas com uma certa solidez financeira e* (III) *os bancos estrangeiros, a exemplo do London and South American Bank, British Bank of South America e o Ciybank, todos britânicos, além de outros de Portugal, França, Itália e Alemanha.*

Estes pilares de alguma forma contribuíram para o processo de estruturação em si e fortalecimento dos bancos nacionais, seja o Banco do Brasil ou bancos privados, como podemos perceber no quadro abaixo via valores percentuais de depósito. Quando maior o montante de depósito, mais consistência e peso ganharam tais bancos.

Quadro 01 – Transformações no sistema bancário na república velha, 1905-1930. Valores percentuais dos depósitos (%)

| <b>Bancos</b>         | <b>1906</b> | <b>1914</b> | <b>1920</b> | <b>1925</b> | <b>1930</b> |
|-----------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| PRIVADOS NACIONAIS    | 45,2        | 39,6        | 54,1        | 43,9        | 29,5        |
| PRIVADOS ESTRANGEIROS | 46,9        | 34,5        | 31,5        | 29,6        | 19,3        |
| BANCO DO BRASIL       | 5,6         | 23,4        | 12,9        | 24,8        | 28,8        |
| BANCOS ESTADUAIS      | 2,3         | 2,5         | 1,5         | 1,7         | 22,4        |

Fonte: LEOPOLDI, 2013

Entretanto, é sem dúvida, a década de 1930 que assistimos a importantes mudanças, muito em consequência do novo quadro socioeconômico do país. Estas medidas contribuíram para estruturar o sistema bancário brasileiro, ainda bem incipiente; estrutura que persistiu pelo menos até metade do século XX. (FILHO, 2003). Dessa forma, é com a *crise da agroexportação de café, fortalecimento da industrialização no Brasil e da estruturação do sistema bancário brasileiro* que podemos considerar com o primeiro ato ou momento de tomadas de importantes medidas em prol do fortalecimento do sistema financeiro nacional.

A crise do modelo agroexportador possibilitou também certa liberação de capitais, o que fez com que algumas regiões do país, em especial as cidades São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte consolidassem certo parque bancário. Esta distribuição era extremamente desigual, num acompanhamento histórico da própria produção e circulação de riqueza desse

país<sup>28</sup>. Era nítido a adversidade e, o sistema financeiro, em especial os bancos, era com “[...] ‘ilhas’ setoriais de modernidade no Brasil, considerando que se inseria em um país caracterizado por déficits em diferentes áreas que se inter-relacionam; o analfabetismo [...]” (SEGNINI, 1998, p. 20), para melhor exemplificar.

Estas ilhas modernas se inseriam em uma nova etapa da economia brasileira que se deu numa clara tentativa por parte dos governos em estruturar modernamente o sistema bancário brasileiro, e o próprio fortalecimento do Banco do Brasil em décadas anteriores reforçava isso. Por força da circunstância, crise do sistema agroexportador brasileiro e pela vinculação a uma ideologia industrializante, a era Vargas<sup>29</sup> se consolidou também por ser um período de uma intervenção maior no sistema financeiro nacional. Como destaca Leopoldi (2013, p. 266), este período reafirmou

[...] uma tendência vinda do fim da Primeira República, na qual o Estado entra de forma atuante no sistema financeiro, através do Banco do Brasil, que se torna o núcleo central do sistema financeiro nacional. É o único banco com uma rede de agências pelo interior do país e é o maior agente de fomento à agricultura e à indústria. Além disso, através da política de realimentação financeira dos bancos privados via redesconto do Banco do Brasil, o Estado já coloca em funcionamento um germe de banco central. [...]

A circulação de capitais no Brasil deu uma guinada no período da Segunda Guerra Mundial e após este confronto, o que sem dúvida gerou uma renda interna maior, com o fortalecimento da industrialização, via substituição de importação, conduzindo assim a uma mudança importante no cenário do quantitativo de bancos. Como destaca Leopoldi (2013, p. 268),

Quando terminou o período Vargas, com a derrubada do Estado Novo, ficava claro o fato de que a ação do Estado havia ajudado a consolidação de um setor financeiro nacional, revertendo o peso que as empresas estrangeiras tinham no mercado. Mas além da ação protecionista e nacionalista da política financeira dos ministros da Fazenda de Getúlio Vargas [...] o Estado firmava posição como o banqueiro comercial através do Banco do Brasil, o banco mais importante do país e o mais presente em todos os estados da federação.

---

<sup>28</sup> Mesmo considerando uma maior dispersão dos bancos a partir de 1930, como aponta Leopoldi, ainda era possível verificar o peso Rio-São Paulo, que concentravam 55% dos estabelecimentos bancários. (2013)

<sup>29</sup> Vargas governará o Brasil entre 1930-1945, sendo que em 1937 realiza um golpe de Estado, surgindo assim o Estado Novo, muito influenciado pela ideologia fascista. Retorna, via eleição, em 1951, se suicidando em 1954.

Então este período aqui analisado vai contribuir para o fortalecimento dos bancos nacionais, em especial o Banco do Brasil, que detinha neste contexto aqui analisado, sozinho, mais de 35% total dos depósitos, o que também gerou um “[...] processo de concentração bancária no Brasil [...]” (JINKINGS, 1996, p. 29), onde os bancos menores e mais fracos foram sendo incorporados, inclusive pelo Banco do Brasil. Este fenômeno de concentração pode ser comprovado com a extinção ou anexação de quase 154 *bancos*. (JINKINGS, 1996), que incluíam não só bancos em si, mas casas bancárias.

Neste ambiente de fortalecimento do sistema bancário brasileiro acompanhado de uma forte concentração, e com uma complexidade maior, o governo via que as estruturas até ali existentes já não contemplava aquele momento. Por conta disso,

[...] mas também por ser o Brasil signatário do Acordo de Bretton Woods (1944), que sob a égide da ONU, pretendeu regular as finanças internacionais que emergiram da II Guerra Mundial, o Brasil criou, em 1945, a SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito para cumprir uma parte importante daquele acordo [...] (FILHO, 2003, p. 24)

A criação então da (SUMOC) pode ser considerada a mais importante medida no século XX até então. Em conjunto com o Banco do Brasil, esta superintendência exercia a função parecida com a de um Banco Central<sup>30</sup> que ainda não existia. (TEIXEIRA, 2000). Ela “[...] constituiu-se como embrião do futuro Banco Central que veio, finalmente, a ser autorizado seu funcionamento em 1964<sup>31</sup> [...]” (FILHO, 2003, p.25), efetivamente em 1965. Ainda na década de 1950, o governo refletindo a emergência de novas necessidades, como a de *suprir o mercado financeiro com crédito de médio e longo prazo* (TEIXEIRA, 2000), decide criar o BNDE (hoje BNDES), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, em 1952.

Estas mudanças do sistema bancário, muito devido à ação estatais, vão certamente exigir cada vez mais de trabalhadores. É, entretanto, um quadro social em que predominava na grande parte da população o analfabetismo e com uma grande densidade populacional na

---

<sup>30</sup> De acordo Leopoldi, o maior obstáculo para a criação do Banco Central veio do Banco do Brasil, pois este “[...] temia perder a importante função que vinha exercendo desde os anos 1920 [...]”. (2013, p. 266)

<sup>31</sup> De acordo com (FILHO, 2003: 25), “[...] entre a criação da SUMOC e a do Banco Central, a economia brasileira passa por profundas mudanças. Nesse meio tempo, ela se torna muito mais diversificada e complexa. O seu setor dinâmico (e “moderno”) desloca-se das atividades agroexportadoras para o mercado interno (FURTADO, 1959), a sua indústria avança a ponto de produzir bens de consumo duráveis e de capital. Entretanto, o sistema bancário não acompanhou essa evolução e situava-se aquém das exigências do setor diretamente produtivo. Essa é a raiz das mudanças institucionais porque vai passar o setor financeiro após 1964 [...]”.

área rural. Havia uma hegemonia absoluta dos bancos nas capitais dos estados, logo, nas áreas urbanas. Este quadro certamente contribuiu com que os trabalhadores que ingressavam na carreira fossem bem seletos, em muitos casos, de famílias abastadas. Estes trabalhadores ingressavam na carreira via “[...] indicação de clientes ou de funcionários graduados, não havendo concurso público nem mesmo nos bancos estatais [...]”. (JINKINGS, 1996, p. 31).

Os bancários assumiam, naquele contexto, um papel de relevância que ia para além do espaço de trabalho. A indicação assim de nomes era fruto desse processo ostensivo de controle. Estes bancários acabavam por possuir certo *capital simbólico*. (GRUN *apud* JINKINGS, 1996). A figura do bancário neste ambiente, por mais que fosse um trabalhador, hierarquicamente se encontrava mais acima, tanto devido aos seus rendimentos que eram bem maiores do que um operário de uma gráfica, seja por conquistas que analisaremos nesta pesquisa, como a jornada de trabalho de 6 horas. Contudo, ao destacar isso não implica o seu não reconhecimento como trabalhador, tanto que importantes embates entre bancário e banqueiros se processaram durante estes quadros até aqui analisados.

O controle do banqueiro sobre o bancário era exercido via gestão paternalista que logicamente estava “[...] presente também em outros setores da economia, no contexto de uma sociedade industrial emergente [...]” (SEGNINI, 1998, p. 58). A organização do espaço de trabalho, as agências, era fruto de seu tempo. E neste tempo, o controle sobre os trabalhadores bancários era exercido externamente, com a presença de gerentes que cumpriam um papel central para que as atividades definidas gerencialmente fossem cumpridas.

As agências existentes e altamente concentradas nos centros urbanos apresentavam um quadro de serviço restrito. Isso é fruto do próprio nível de desenvolvimento das atividades burguesas no solo brasileiro, que ainda caminhava para consolidar seu parque industrial. É com a complexificação do capitalismo no Brasil que os bancos vão se especializar cada vez mais em serviços essenciais para o novo tempo de produção de mercadoria. Em uma relação diretamente proporcional, foi a necessidade do mercado que ditava a qual tipo de organização de atividades bancários os bancos deveriam se adaptar. Isso não implica que os bancos sejam meros receptores, pelo contrário, eles são peças centrais nas constituições de formas de organização de produção de mercadorias (materiais e imateriais), inclusive em muitos casos, estando à frente na introdução de novas formas de organização de produção e reprodução de riqueza<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> “A informatização bancária precedeu à informatização industrial em função das especificidades do processo que caracterizam o trabalho nos bancos, cuja “matéria prima” é constituída por papeis com números e dinheiro. Assim, decorre em primeiro lugar que a grande massa de informações que se encontra sob a forma numérica

Para melhor caracterizar como então funcionavam as agências, cabe refletir sobre a citação abaixo:

[...] desenvolviam-se sob a supervisão do gerente, encarregado prioritariamente do aspecto comercial da empresa, e do contador, responsável pelo serviço administrativo, além das chefias intermediárias, como subgerente, subcontador, chefe de expediente. Os demais funcionários (escriturários) distribuíam-se nos setores de conta corrente, cadastro, desconto de títulos e contabilidade, ocupados com o controle a escrituração dos papeis de circulação, executando em geral atividades de suporte ao atendimento dos clientes. Aos caixas, que trabalhavam em local fechado com guichê de acesso aos clientes, cabia simplesmente ao recebimento dos depósitos e o pagamento dos cheques, o que tornava extremamente limitado o conteúdo de seu trabalho. (JINKINGS, 1996, p. 29)

O período de consolidação de parque bancário que estamos tratando como primeiro ato ou estruturação bancária principiante vai se processar como o curso da *vitória da razão na organização bancária*. (SEGNINI, 1998). O trabalho bancário se submetia cada vez mais às razões da racionalização e teve um papel importante naquele contexto. Podemos afirmar que a forma de organização da atividade bancária estava em concordância com as condições materiais e imateriais do sistema bancário. Esta “vitória da razão” se processou principalmente entre os anos 1930 e 1960. Essa racionalização se deu concomitantemente com uma lenta mecanização bancária. (SEGNINI, 1998)

### 2.3.2 Segundo ato ou primeira reestruturação bancária

Vai ser notoriamente com o golpe militar-civil-empresarial de 1964 que as possibilidades de uma reforma bancária conservadora e concentradora se mostraram possível. Na verdade, “[...] as reformas introduzidas no período de 1964/1967 são consideradas unanimemente o verdadeiro ponto de inflexão para o sistema financeiro nacional [...]”. (FILHO, 2000, p. 27). Cabe, entretanto lembrar que existiam debates importantes organizados por sindicatos dos bancários do Brasil em prol de reformas progressistas, que visassem, por exemplo, taxaço das grandes fortunas. Os setores empresariais do campo e da cidade tentava barrar qualquer tentativa de reformas progressistas (justamente este foi um dos grandes

---

constitua, por si só, um modelo de representação real com os quais os sistemas informáticos trabalham. Em segundo lugar, a “matéria prima” dos bancos, o dinheiro, demanda um elevado grau de eficiência e controle, possível através dos sistemas informatizados”. (SEGNINI, 1998, p. 85/6)

motivos do golpe que depôs, em 1964, João Goulart) e os movimentos sociais e sindicais, como Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Regiões, colocavam-se na frente em prol de democratizar a riqueza do país, exigindo atitudes concretas do então presidente. (FONTES, MACEDO e SANCHES, 2013)

O golpe militar-civil-empresarial consolidado em 1964 foi uma importante aliança entre uma burguesia nacional, que vinha se consolidando cada vez desde o primeiro governo de Vargas, e a burguesia internacional, que desde o governo de JK abocanhava pedaços rechonchudos do território econômico brasileiro. Visando desenvolver no Brasil “[...] o capitalismo monopolista e dar suporte ao capital industrial e comercial, o governo brasileiro pós-64 implantou a chamada Reforma Bancária, que marcaria intensamente o processo de acumulação capitalista no Brasil”. (JINKINGS, 1996, p. 38). Justamente por isso que

[...] a Reforma Bancária (Lei nº 4595, de 31.12.1964) e, em seguida, a Reforma do Mercado de Capitais (Lei nº 4728, de 14.7.1965) e o Plano de Ação Econômica do Governo (1964/66) [foram] mecanismos legais de controle e fiscalização, pelo Estado, das instituições públicas e privadas do sistema financeiro, [onde] estabeleciam na captação e aplicação de recursos a médio e longo prazos; institucionalizavam a correção monetária na remuneração de aplicações para incentivar a poupança, dentre outras medidas. (JINKINGS, 1996, p. 39/0)

O capital assim vai perpetuando sua expansão na forma monopolista, auxiliado estrategicamente pela política econômica dos militares. (SEGNINI, 1998). É nítido que as políticas adotadas pelos militares visavam garantir que o novo tempo que garantisse ao setor bancário, por exemplo, segurança de expansão e consolidação. O Estado brasileiro foi importantíssimo para que o sistema bancário pudesse especializar suas funções, fazendo com que tal sistema ficasse mais complexo, principalmente o Sistema Financeiro como todo. As políticas adotadas no período ditatorial brasileiro pós-64 contribuiu para que nas décadas seguintes ocorresse uma especialização das atividades bancárias e financeiros no Brasil, um processo de aceleração da concentração bancária<sup>33</sup>, algo que já vinha ocorrendo em escala diferente desde o pós-Segunda Guerra Mundial. (JINKINGS, 1996).

---

<sup>33</sup> “O papel do Estado como impulsionador do processo de concentração e oligopolização do sistema financeiro nacional pode ser ilustrado através do exemplo do Bradesco. Segundo Liliana Segnini (1988), esta instituição financeira foi a mais beneficiada pelas políticas estatais de estímulo à realização de fusões e incorporações e à abertura de novas agências pós-64, tornando-se o maior conglomerado financeiro privado do país. Enquanto em 1964 possuía cerca de 4 mil funcionários, em 1985 o Bradesco empregava 159 mil, ao mesmo tempo em que aumentava seu número de agências, de duzentas para 1916”. (JINKINGS, 1996, p. 42)

“Para se ter uma ideia quantitativa desse processo, em 1966 havia 225 sedes de bancos, sendo que a quarta parte dos depósitos à vista estavam sob o controle de seis bancos; em 1974, dos 75 bancos que restaram do processo

Como importante impulsionador do fortalecimento do sistema financeiro brasileiro, a então ditadura “[...] proporcionar um novo padrão de financiamento da economia [...]” (TEIXEIRA, 2000, p.47), encarregando-se em introduzir, além das mudanças já citadas aqui, outras, como: (a) *fim da centralização de arrecadação de impostos e taxas, que antes estavam a cargo somente dos bancos*; (b) *intervenção do Estado a favor do grande capital*; (c) *criação do FGTS*; (d) *a homogeneização dos procedimentos contábeis, efetuada pelo Banco Central do Brasil*. (JINKINGS, 1996). Com estas alterações<sup>34</sup>

[...] os bancos passaram a exercer funções múltiplas, tanto na qualidade de bancos comerciais, como de bancos de investimentos, administradores de carteiras e fundos de ações, *leasing*, sociedades de créditos imobiliários, corretoras, seguradoras e distribuidoras. (SEGNINI, 1998, p. 78)

Estas mudanças libertaram os bancos do regionalismo, dando uma dimensão maior tanto de suas atividades, quanto da territorialidade. (SEGNINI, 1998). O desenvolvimento de bancos nacionais estava dentro do espírito da política dos militares, de controle nacional, de ampliação das relações capitalistas via grandes projetos na Amazônia e Nordeste, que exigia um arcabouço bancário forte, nacional e adaptado àquele novo momento, mas também estava em acordo com os novos ventos vindo do norte, que não *moviam moinhos*, mas engendrava mais riqueza ao capital mundial.

Neste período os bancos nacionais aprofundavam uma diversificação de suas atividades e paralelo a isso, via-se o surgimento de outras instituições não-bancárias que fortaleceram o sistema financeiro nacional. Estas instituições (bancárias e não-bancárias) estavam inseridas dentro da intensa fusão e incorporação em que o capital financeiro se encontrava, o que contribuiu para que alguns bancos assumisse um peso maior, inclusive com

---

de fusões, somente os dois maiores passaram a controlar o mesmo percentual dos depósitos à vista, ou seja, um quarto”. (SEGNINI, 1998, p. 79)

<sup>34</sup> “São essas condições organizacionais que vão possibilitar (e estimular) a automatização bancária no Brasil [...] CEAB [...] as “três forças motrizes básicas da automação bancária” foram: (a) aumento de mercado, com possibilidade de atração de maior número de clientes (com crescimento da captação de recursos) através da oferta de novos produtos e de melhor qualidade, sob a égide da “eficiência e rapidez”; (b) agilização do fluxo de informações para a administração, facultando uma aplicação dos recursos disponíveis com maior prontidão e, portanto, incrementando a rentabilidade dos bancos; (c) redução de custos, através do aumento da produtividade do trabalho”. (SEGNINI, 1998, p. 44/5).

Caberia lembrar ainda que este contexto possibilitará também “a criação de um sistema de créditos especializados no atendimento ao setor das empresas produtivas, a partir das regulamentações dos bancos privados de investimentos e dos bancos estaduais de desenvolvimento, e a institucionalização do Sistema Financeiro da Habitação [...]”. (TEIXEIRA, 2000, p. 36)



expansão dos bancos nacionais, estatais e privados, para estados ainda não atendidos por tal rede.

Estas alterações permitiram que o sistema bancário começasse a assumir uma importância cada vez maior, inclusive decisória das políticas macroeconômicas. É sabido que a então ditadura foi instalada com apoio entusiásticos dos banqueiros, a exemplo do governador de Minas Gerais da época, Magalhães Pinto. Os bancos vão sem dúvida também aumento sua participação do PIB nacional, o que prova da importância das medidas dos militares em prol do sistema bancário concentrador. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 1 – Evolução da participação do setor bancário no PIB nacional

| Ano  | Participação do setor bancário no PIB |
|------|---------------------------------------|
| 1955 | 3,36                                  |
| 1959 | 2,16                                  |
| 1960 | 2,71                                  |
| 1964 | 2,98                                  |
| 1965 | 3,43                                  |
| 1966 | 3,73                                  |
| 1967 | 3,84                                  |
| 1968 | 4,08                                  |
| 1969 | 4,42                                  |
| 1970 | 6,021                                 |

Fonte: IBGE *apud* Filho, 2003: 27/8

O sistema bancário brasileiro inicia a década de 1970 com uma estrutura bem mais consolidada, década esta que está envolta de importantes transformações no seio do capitalismo. Com a reestruturação produtiva neoliberal do capital, este neologismo para a ação mais vampiresca da burguesia mundial, os bancos vão assumir importância fundante, tanto que é este setor um dos que mais rapidamente se adaptou as premissas neoliberais que atingiram a força de trabalho. Esta reestruturação também permitiu uma expansão territorial dos bancos, pois o próprio ideário neoliberal esteve casado organicamente com a intensificação da internacionalização do capital (SEGNINI, 1999), um ideal no fundo

fragmentador (HARVEY, 1992). É com esta contextualização que podemos analisar de que forma estas mudanças impactaram no setor bancário e em sua força de trabalho.

### 2.3.3 Terceiro ato ou reestruturação bancária neoliberal.

Uma característica importante do regime do capital após sua última grande reestruturação produtiva vai ser justamente a expansão territorial do capitalismo para regiões onde estas relações eram bastante incipientes ou até mesmo inexistentes. A globalização ou mundialização do capital, com seu dogma neoliberal, permitiu um “[...] crescimento internacional das empresas, mormente no caso das indústrias, acarreta[ndo] inevitavelmente o crescimento paralelo das atividades bancárias [...]” (TEIXEIRA, 2000, p. 96).

Tais alterações também contribuíram para importantes transformações na força de trabalho, com incremento cada vez maior de novas tecnologias e da expansão de entidades também não-bancária do sistema financeiro internacional. Os bancos brasileiros já haviam rompido com os limites regionais, ainda no contexto da ditadura militar, e dessa forma permitiu que a rede bancária estivesse organizada em todas as unidades federativas brasileiras. Entretanto, uma nova condição o sistema bancário brasileiro se encontrou, devido principalmente ao papel que as transnacionais bancárias assumiram no território nacional, além também da ultrapassagem da fronteira nacional por parte dos bancos brasileiros.

O processo que conduziu os bancos brasileiros a romper com os limites nacionais se deu antes mesmo da introdução das políticas neoliberais no Brasil através da *implantação direta no estrangeiro e/ou também constituindo com outras instituições bancárias de outros países, de alianças*. (TEIXEIRA, 2000). Entretanto, é no contexto da mundialização das receitas neoliberais, na América Latina precisamente a partir dos anos 1990, que esta expansão se torna intensificada, com bancos nacionais se localizando em outros países e até outros continentes, assim como bancos estrangeiros se expandindo como nunca em solo nacional.

Estas transformações no sistema bancário modificaram o papel do bancário dentro desse sistema, visto que tais alterações estavam acompanhadas sistematicamente pela substituição da força de trabalho humana por hardwares e softwares. Como bem afirma Segnini (1998, p. 61),

[...] o trabalho bancário foi no decorrer deste século sofrendo alterações impostas pela dinâmica das relações entre o capital-financeiro e a dinâmica de reprodução do capital. Sendo assim, as mudanças no trabalho bancário referem-se às mudanças observadas no papel atribuído ao sistema financeiro no processo de expansão do capita, neste século, tanto no país como me nível internacional.

Com este processo, a economia brasileira e seu sistema financeiro nacional se subordinavam cada vez mais aos ditames dos organismos financeiros mundiais, e o papel que começa a cumprir o FMI e o Banco Mundial se torna mais evidente. O quadro de neoliberalização da economia nos conduz as seguintes situações: primeiro, um aumento da participação dos bancos estrangeiros no setor, visto que hoje inclusive estão entre os cinco que mais lucram, como o Santander e HSBC; segundo, uma expansão dos grandes bancos nacionais para o exterior, a exemplo do Itaú, Bradesco e Banco do Brasil; e por fim, o endividamento externo, através da participação dos bancos privados nacionais como intermediadores financeiros em escala internacional. (MINELLA *apud* JINKINGS, 1996, p. 21), algo que certamente faz a alegria dos banqueiros.

Estas transformações no âmbito do sistema mundial do capital impactaram no sistema bancário, realizando assim aquilo que poderíamos chamar de segunda reestruturação bancária ou reestruturação bancária neoliberal ou *terceiro ato*. Resumidamente, poderíamos destacar que

[...] a redução dos custos operacionais se deu através da intensificação do uso do capital instalado, com o objetivo de racionalizar e otimizar o uso dos equipamentos de informática. A partir de 1986 destaca-se o desenvolvimento das redes locais, da interligação dos sistemas abertos e dos canais de telecomunicações. Dessa maneira foi possível aumentar a integração e agilização da comunicação de dados entre todas as instâncias do banco, do banco com o sistema financeiro e do banco com o cliente [...] foi possível dar suporte à proposta centrada na qualidade dos serviços prestados e expandir o autoatendimento, mesmo à distância – *home bank e office bank*; fechamento de agências e exclusão do sistema financeiro das pequenas contas correntes consideradas não-rentáveis; novas formas de organização do trabalho [...] (SEGNINI, 1998,p. 96)

A força de trabalho sofreu impactos importantes com a globalização neoliberal, o que como já destacamos aqui, vai atingir o setor bancário de forma mais intensa. É dentro disso que podemos arriscadamente afirmar que surge assim um *novo bancário*, com dilemas antigos e muitos novos incorporados. Este *novo bancário* está marcado pela tônica do desemprego, visto que foi a categoria que mais sofrera baixa durante a década de 1990, da terceirização, que já vinha ocorrendo desde os anos 1960, precarização, que se acentuou com

novas demandas e obrigações, além da intensificação<sup>35</sup>, diante de uma exigência cada vez maior. (HIRSCH, 2009).

As novas formas de organização do trabalho foi o carro chefe do fordismo/toyotismo bancário. Esse processo enxugou a força de trabalho, ao mesmo tempo em que os bancos assumiram cada vez mais funções, ampliando as especializações de suas atividades. O bancário assim se tornava multifacetário, polivalente, e ao mesmo tempo, tinha agora de competir com todo um conjunto de tecnologia. Estava agora inserido numa estrutura cada vez mais complexa

É bem verdade que com a ditadura militar que a estrutura bancária brasileira se tornou mais complexa. Segundo Jinkings (1996) até os anos 1960, os bancos apresentavam *estrutura bastante simples*, com direção geral e gerências. Ainda segundo esta autora, “[...] na matriz do banco realizavam-se os serviços de administração geral, divididos entre a alta direção, a contadoria [...] a inspetoria [...] o departamento de pessoal, a central de câmbio e a tesouraria [...]”. (1996, p. 29). Com as mudanças ocorridas a partir da reestruturação neoliberal, assistimos a uma acelerada extinção de cargos, fusões de outros e ampliação das terceirizações, atingindo até mesmo atividades fins. Estas mudanças são percebidas quando se depara com alguns cargos como tesoureiro, chefe de serviços, que foram abolidos, e outros, mais toyotizados, como a polivalência de gerentes. (HIRSCH, 2009).

### 2.3.3.1 Sobre as terceirizações dos serviços-meios e fins no setor bancário

As formas de organização do trabalho bancário são em muitos casos frutos do seu tempo, e isso significa que com o avanço tecnológico muitos cargos foram extintos dentro das agências e outros foram delegados a setores terceirizados. Esse processo de racionalização do trabalho bancário esteve “[...] sempre vinculado a mudanças tecnológicas e organizacionais que objetivaram atender a uma permanente expansão das operações financeiras e à redução dos custos através da divisão e intensificação do trabalho [...]”. (SEGNINI, 1998, p. 60)

---

<sup>35</sup> No capítulo Tempo de trabalho bancário: a luta pelo controle do tempo de trabalho dos bancários do Banco do Brasil e Caixa de São Luís do Maranhão, precisaremos mais sobre os conceitos precarização e intensificação, à luz de autores como Standing (2012), Braga (2013) e Alves (2000;2005 e 2014).

Este processo de terceirização não se inicia com o toyotismo bancário e sua reestruturação bancária, apesar de ser a partir daí que ganha consistência. Para compreendermos melhor isso,

[...] processo de terceirização bancária iniciou-se, de forma tímida, com os Decretos 1.212 e 1.216, de 1960, que permitiam aos bancos contratar empresas de segurança terceirizadas. Posteriormente, a Lei 7.102, de 1983, revogou os decretos e disciplinou a terceirização dos serviços de vigilância bancária e de transporte de valores. (HIRSCH, 2009, p. 75)

Hirsch (2009) lembra que durante todo este período, uma forte disputa entre sindicatos de um lado e banqueiros e o Estado do outro foi travada, em muitos casos tendo que se resolvido no âmbito da judicialização. Um exemplo que este autor cita se refere aos cargos de compensação de cheques e de processamentos de dados, que foram delegados a terceiros, levando a uma leva de demissões. Enfim,

[...] a maioria dos bancos terceirizou estes serviços, mas o judiciário, em um primeiro momento, através da Súmula 239 aprovada pelo TST, reconheceu que este serviço correspondia à atividade-fim dos bancos e, por consequência, enquadrou estes trabalhadores como bancários. (HIRSCH, 2009, p. 76)

Todavia, posteriormente,

O serviço de tesouraria, que se constitui das atividades relativas ao saque ao Banco Central ou ao Banco do Brasil; à coleta de cheques para os bancos e sua preparação à compensação, bem como à contagem de notas e sua organização e amarração, preparando e facilitando a tarefa dos trabalhadores bancários, também seguiu o caminho das terceirizações. (HIRSCH, 2009, p. 78)

A extinção de cargos foi drástica no setor bancário. A reestruturação bancária neoliberal, ao terceirizar de um lado, eliminando vários cargos, do outro, contribuía assim com a precarização e intensificação tanto do trabalhador terceirizado quanto do trabalhador bancário. Sem dúvida, o peso, por exemplo, que teve a introdução dos sistemas de informação alterou a própria intersubjetividade do bancário como trabalhador. Como descreve Hirsch (2009, p. 78),

O atendimento dos clientes na agência, na década de 1990, quase que totalmente realizado pelos caixas, escriturários e atendentes, aos poucos foi deslocado para o auto e o tele-atendimento, implantado em todos os bancos,

inclusive com horário mais elástico de atendimento. Apesar do acesso aos dados sigilosos dos clientes, os serviços de tele-atendimento são realizados por empresas de prestação de serviços e, por consequência, estes trabalhadores não são reconhecidos como trabalhadores bancários. Seguindo a lógica capitalista, com o serviço de tele-atendimento, os bancos minimizaram os gastos com a força de trabalho e com unidades de custo reduzido, não tão bem localizadas como as agências bancárias e com menor preocupação de segurança.

Atualmente se alastrou em todo território nacional a correspondência bancária<sup>36</sup> que realizam atividades antes executadas pelo próprio banco. Curiosamente a correspondência bancária efetua serviço-fim<sup>37</sup>, e não meio, logo acaba por ferir a própria legislação existente atualmente sobre terceirização. Justamente por isso que convergimos com a observação de Hirsch que diz que

Deste modo, as terceirizações no setor bancário extrapolam as tradicionais terceirizações de outras atividades econômicas e, ainda, na maior parte das vezes, conseguem amparo da legislação e da Jurisprudência, mesmo com o teor das Súmulas 239 e 331 do TST. (2009, p. 80)

### 2.3.3.2 Sobre a modernização tecnológica

Da mesma forma que o setor bancário foi local de privilégio desenvolvimento da terceirização, a tecnologia também se desenvolveu muito bem no âmbito dos bancos. As descobertas no âmbito computacional e sua rápida capacidade de evolução permitiram que os bancos atingissem um nível de atividades operacionais que usufruem profundamente os sistemas informacionais e a própria rede internacional de computadores. A introdução dessas tecnologias mais modernas se deu em quatro momentos:

[...] a introdução da tecnologia de base microeletrônica no sistema financeiro nacional [...] quatros momentos distintos, de acordo com Sônia Laranjeira (1993): o primeiro, no início dos anos 60, com a criação de centros de

<sup>36</sup> Sobre isso, cabe observar que “a Resolução do Banco Central n. 2640/1999, posteriormente revogada pela 2.707/2000, mas com teor semelhante, deslocou a própria atividade bancária (atividade-fim) para terceiros. Estas Resoluções do BACEN preveem igualmente em seu artigo 1º” (HIRSCH, 2009, p. 79)

<sup>37</sup> Existe hoje tramitando no Congresso nacional um projeto de lei que regulariza a terceirização para serviços-fins. Tal projeto tem sido alvo de críticas de várias centrais sindicais, tanto das governistas (CUT, Força Sindical, CTB), quando das oposicionistas (CSP-Conlutas, Intersindical). O projeto de Lei de número 4330, é de autoria de Sandro Mabel.

processamento de dados (CPDs) baseados em computadores de grande porte; o segundo, chamado automação de “vanguarda”, nos primeiros anos da década de 80, com a implantação do sistema *on line*, que interconecta as diversas agências do banco em tempo real; o terceiro, iniciado em meados de 80 e considerado automação de “retaguarda”, “constitui-se na atualização de terminais nas agências bancárias ligadas ao computador central, permitindo o fortalecimento de dados, em rede, para o conjunto das agências do banco”; o quarto, finalmente, constituído a partir do final dos anos 80, “caracteriza-se pela captura e transferência eletrônica de dados externamente às agências bancárias, ou seja, nas residências, nas lojas, nos escritórios”. (JINKINGS, 1996, p. 46)

Todo este novo quadro fez com que os bancos no século XXI atingissem um desenvolvimento tecnológico invejável. Os bancos, como importante instituição do mundo das mercadorias, não estaria alheia aos ventos atuais do capitalismo. É justamente por isso, que os *bancos passaram por intenso processo de reorganização operacional e de trabalho*. (JINKINGS, 2006). A própria onda de desestatização<sup>38</sup> dos bancos regionais e centralização de bancos, acompanham a dinâmica do desenvolvimento tecnológico. Os bancos começaram a travar uma batalha frontal pelo uso de softwares que possibilitasse maior margem de lucro e menor uso de força de trabalho vivo.

Os bancos na era da hegemonia neoliberal estão baseados em uma intensificação da microtecnologia, cada vez mais internacionalizados<sup>39</sup>. A fração burguesa financeira assume papel de grande relevância, agudizando uma concorrência feroz, tanto no âmbito nacional quanto no âmbito internacional. Este processo, enfim, estimula “[...] a concentração e a centralização de capital no setor, ao promover liquidações, privatizações, fusões ou incorporações de bancos [...]”. (JINKINGS, 2006, p. 190).

Dessa forma, podemos enfatizar que é no setor bancário que muito das tecnologias mais desenvolvidas encontraram local sagrado para se aperfeiçoarem. A própria invasão de hardwares e softwares altamente desenvolvidos afetara significativamente a força de trabalho bancária, mas não a eliminando como aponta Aznar (1995). O desenvolvimento tecnológico poderia assim desembocar em uma condição mais favorável ao trabalhador bancário, na medida em que aqueles que continuaram a exercer a função bancária teriam em

---

<sup>38</sup> Sobre as privatizações, cabe lembrar que “a Medida Provisória nº 1.514/96 e o Programa de incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), criado em fevereiro de 1997, possibilitaram a utilização de recursos do governo federal para reestruturar os bancos públicos estaduais considerados deficitários e prepará-los para a privatização”. (JINKINGS, 2006, p.191)

<sup>39</sup> Sobre a internacionalização dos bancos, “[...] segundo o relatório, em dezembro de 1997 os bancos com controle estrangeiro no Brasil respondiam por 12,82% dos ativos totais do sistema bancário nacional, enquanto no final de 2003 esse percentual alcançava 20,73% (Bacen, 2004)”. (JINKINGS, 2006, p.190).

suas mãos este coquetel tecnológico, possibilitando mais tempo liberado de suas atividades<sup>40</sup>. Teríamos assim as condições de trabalho menos exaustivo e rotineiro e com mais tempo de não trabalho.

Obviamente, que própria jornada de trabalho do bancário, hipoteticamente, ajudaria a ser este trabalhador, uma síntese importante, um objeto social crucial, já que reúne a tecnologia de ponta dentro do capitalismo, apresenta uma interseção entre materialidade e imaterialidade do capital, e, sobretudo, apresenta um tempo de trabalho oficialmente menor, possibilitando assim um maior tempo liberado. É dentro dessa situação hipotética que tentaremos discutir jornada e controle do tempo de trabalho no capítulo posterior.

### **3 TEMPO DE TRABALHO BANCÁRIO: A luta pelo controle do tempo de trabalho dos bancários do Banco do Brasil e Caixa de São Luís do Maranhão.**

*O capitalismo recorre à força, mas, também, educa a gente no sistema.*

Ernesto Che Guevara  
O socialismo e o homem em Cuba

No capítulo anterior, procuramos refletir sobre o processo produtivo que impactou sobre a força de trabalho, a partir (I) das transformações diante da crise (e não fim) do sistema fordista e do fortalecimento do viés flexibilizante (já inerente, mas não tão intensificador) do capital; (II) as transformações no seio do capitalismo e o fortalecimento da fração financeira do capital ( e não sua supremacia absoluta); (III) as transformações na força de trabalho (não seu fim, mas sua metamorfose, diversificação e ampliação) e (IV) a reestruturação bancária a partir do novo aparato ideológico instituído pelas classes dirigentes. Seguindo então o raciocínio desenvolvido até aqui, analisaremos neste capítulo a jornada de trabalho, precisamente a do setor bancário, procurando se apropriar de suas experiências sindicais, além de refletir de que forma o patronato buscou (e busca) garantir o controle sobre o tempo do bancário.

---

<sup>40</sup> Para uma análise crítica do fetichismo tecnológico, importante lembrar que “a análise de Gorz (e também de Habermas) conduz a um determinado tipo de “fetichismo tecnológico”, pois o desenvolvimento tecnológico passa a ser visto como uma entidade que foge ao controle dos homens [...]”. (PRIEB, 2005, p. 64)



Dessa forma, para melhor analisar o tempo de trabalho dos bancários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal de São Luís procuramos identificar os processos e as organizações que contribuíram para êxito na redução da jornada de trabalho. Somos sabedores que uma jornada diminuída não implica menos trabalho, ainda mais nestes tempos de intensificação e precarização do trabalho. Por isso, que ao refletir sobre estes processos, inevitavelmente também analisaremos o controle ideológico que cada vez mais se perpetua com sutileza e *adesismo*.

### **3.1 Bancários: entre a jornada de trabalho especial e o seu real tempo de trabalho**

O controle sobre o tempo de trabalho sempre constituiu, aos olhos do patronato, algo essencial, seja no taylorismo, seja no fordismo e também naquilo que se chama de acumulação flexível. Não partimos da hipótese de que hoje o controle do tempo é inexistente ou enfraqueceu-se, pois, como trataremos mais adiante, as formas de controle desse tempo se aperfeiçoaram, e, concordando com Standing (2013), *fortaleceram-se, sendo inclusive efetivada atualmente com certo arrocho*. A defesa de uma redução da jornada de trabalho, dessa forma, ganha uma dimensão nova, principalmente diante das atuais formas de controle do tempo e de apropriação intensificada da intersubjetividade do bancário.

É sabido que a luta pela redução da jornada de trabalho sempre constitui um debate importante e que no contexto do nascimento do capitalismo tinha enorme relevância. (MUSTO, 20114). Marx, por exemplo, ficava estarrecido com as longas jornadas de trabalho que homens, mulheres e crianças eram submetidos. A regulamentação, em outras palavras, o controle do tempo de trabalhado, se constituía assim algo central para o bom ordenamento do regime do capital que se apresentavam cada vez mais totalizante, mas também significava manter por mais tempo vivo a força de trabalho que se deteriorava.

Para Marx, o debate em torno do tempo de trabalho era crucial, pois sabia que consistia num avanço também na consciência dos trabalhadores e que tal debate possibilitava a bandeira tática de redução da jornada de trabalho. Tal proposta era humanamente urgente. Por isso mesmo,

[...] de importância central na teoria do valor, o tempo de trabalho constitui, para Marx, o conceito-chave para a compreensão do processo de acumulação

e dos mecanismos de exploração do capital, seja por meio da extração da mais valia-absoluta, com o alongamento da jornada, seja utilizando o desenvolvimento das forças produtivas e a consequente redução do tempo de trabalho necessário para a extração da mais-valia relativa, como acontece mais intensamente nos dias atuais. (GRAZIA, 2007, p. 23)

Inevitavelmente, um dos confrontos mais imediatos entre capital e trabalho tem sido justamente em torno da luta pela redução da jornada de trabalho, pois é através do tempo de trabalho abstrato que a burguesia fomenta a natureza do capital. Como bem destaca Grazia (2007, p. 18),

A história das lutas pela redução da jornada, a partir do século XIX, confunde-se com a história da própria classe operária em seu embate com a classe dos proprietários dos meios de produção, com o objetivo de colocar freios à apropriação do trabalho excedentes. Foi também, em grande parte, por meio da redução de jornada que se conseguiu minimizar o desemprego resultante dos avanços tecnológicos do passado [...]

Marx, no seu livro I do Capital, dedica-se também a analisar o processo do trabalho, e em consequência disso, a jornada de trabalho, a relação entre redução da jornada e prolongamento da jornada com a maquinaria, e de que forma, a intensificação do trabalho se constituiria como uma arma da burguesia. Tanto isso que como lembra Marx, ao mesmo tempo em que “[...] a revolta crescente da classe operária obrigou o Estado a reduzir à jornada normal de trabalho [...]” (2013, p.482), os capitalistas lançaram-se “[...] com todo o seu poder e plena consciência à produção de mais-valor relativo por meio do desenvolvimento acelerado do sistema da maquinaria [...]” (2013, p.482)

Entretanto, de qualquer forma, foi a partir da pressão da organização operária que o Estado e os capitalistas tiveram que regulamentar a jornada, limitando o trabalho infantil e das mulheres<sup>41</sup> e reduzindo, gradativamente, a jornada normal. Marx lembra que

[...] a regulamentação da jornada de trabalho se apresent[ou], na história da produção capitalista, como luta pela limitação da jornada de trabalho, um embate que se trava entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. (2011, p. 273)

A luta de classes que se avolumava durante os séculos XIX e XX expressa o confronto direto pelo controle da objetividade e subjetividade do trabalhador. O resultado

---

<sup>41</sup> De acordo com Marx (2013, p. 468), “[...] o trabalho forçado para o capitalista usurpou não somente o lugar da recreação infantil, mas também o trabalho livre no âmbito doméstico, dentro de limites decentes e para a própria família”.

desse confronto também resultou em importantes vitórias da classe trabalhadora, e tais derrotas da burguesia levou a mesma a procurar aperfeiçoar suas técnicas de controle, produtividade, intensidades e compromisso com os interesses do mundo burguês. O taylorismo e o fordismo foram suas primeiras importantes experiências que convergem com estes objetivos. A cientifização da produção alimentou as formas de coerção e dominação.

Sabemos que o controle eficaz é aquele cada vez mais ideologizado, e que isso não se dá apenas no momento em que os sujeitos se tornam trabalhadores em si. Como força de trabalho em potencial, estes devem ser educados para tal mundo, tanto que a lógica do tempo social burguês está diluída nas mais diversas atividades sociais do mundo. A escola e o lazer, por exemplos, seguem a cronometria do capital. O tempo de trabalho e o tempo de não trabalho encontram nas normas jurídicas e na moral burguesa um local de sustentação, em muitos casos ambos agindo em conjunto.

Em Marx há uma nítida compreensão de que não há efetividade do tempo livre preso ao reino da necessidade, ou que o tempo de não trabalho não deságua automaticamente no tempo livre do mundo do trabalho, algo que discutiremos no próximo capítulo. Entretanto, o mesmo lembra que “[...] um homem que não tem tempo livre de que disponha, um homem cuja vida inteira – afora as interrupções meramente físicas pelo sono, refeições etc. – esteja absorvido pelo seu trabalho para o capitalista, é menos do que uma besta de carga.” (MARX, 2005, p. 78).

Justamente por isso que um dos debates importantes travados na Primeira Internacional dos Trabalhadores girava em torno também da jornada de trabalho, que para os comunistas, só poderia ser obtida pela luta sindical, algo que outros setores tinham desacordo. (MARX, 2005), (MUSTO, 2014). Sabemos que o processo de controle do tempo era também constituído de uma formatação dos sujeitos desprovidos, os fazendo crer que a sua funcionalidade era ser produtor de bens e serviços. Reduzir o trabalhador “[...] a mais miserável subsistência da vida física [...]” (MARX, 2008, p. 141) era de grande valia para que este mesmo trabalhador *aceitasse* “[...] não ter nenhuma outra carência de atividade [...]”. (MARX, 2008, p. 141). Neste sentido, o capitalismo

[...] faz do trabalhador um ser insensível e sem carências, assim como faz de sua atividade uma pura abstração de toda atividade; cada luxo do trabalhador aparece a ele, portanto, como responsável de todas as carências – seja como fruição ou externalização de atividade – aparece a ele como luxo [...] (MARX, 2008, p. 141)

Como se percebe, a condição humana do mundo burguês é a de reduzir ao máximo a força de trabalho a sua função essencial para o capitalismo, ou, como Marx nos lembra, de se apresentar inferiormente a uma *besta de carga*. Um homem fragmentado, incompleto, abandonado em seu próprio não sentido, conduzido a mais barbárie existêcia, como mero coadjuvante em um mundo em que ajuda a produzir bens e serviços, todavia, ao realizar tais tarefas, o torna menos homem, mais mundo. Um mundo onde cada vez mais o culto à vitória põe uma forte nuvem sobre a imensidão *derrotada*.

A instrumentalização dos trabalhadores deve ser cronometrada, e por isso mesmo que a fixação quase doentia pelo cumprimento dos horários, um totalitarismo do tempo social burguês, se constitui como um verdadeiro atrofiamento das potencialidades humanas.<sup>42</sup> Trabalhar, enfim, na esfera do capital, é um fardo histórico ou como Bloch (2006) nos lembra, é tão esgotante como a fome. Isso, todavia, não anula a possibilidade de emancipação relativa no âmbito do mundo do trabalho via processos conflituosos e contraditórios.

O tempo social burguês, que não é o único tempo, nem ontem, nem hoje, é fruto de um longo percurso de aniquilamento ou tentativa de desaparecimento de qualquer outra forma de organização social que colocasse em risco do seu modo de ser. O totalitarismo do relógio está subordinado a um interesse social, de uma classe. Como bem destaca Elias (*apud* CARDOSO, 2009, p. 31), para se entender o tempo de trabalho na sociedade capitalista, é preciso “entender também como o tempo passou a exercer, sob a forma de calendários, relógios ou agendas, uma forte coerção que se prestou eminentemente a suscitar o desenvolvimento de uma autodisciplina nos indivíduos, e da qual parece impossível escapar [...]”.

É interessante perceber que acerca do tempo de trabalho, o trabalhador, ao destinar parte de sua vida ao mundo do trabalho, seja dentro do espaço de produção de bens e serviço, seja fora dele, acaba por ver atrofiadas cada vez mais suas possíveis potencialidades,

---

<sup>42</sup> Mais sobre o processo de degradação social e humana do trabalhador, vê as seguintes citações, onde constam: “[...] na medida em que ele reduz a carência do trabalhador à mais miserável subsistência da vida física e sua atividade ao movimento mecânico mais abstrato; ele diz, portanto: o homem não tem nenhuma outra carência de atividade, nem fruição; pois ele proclama também esta vida como vida e existência humanas; na medida em que ele calcula a vida (existência mais escassa possível como norma e, precisamente, como norma universal: universal porque vigente para a massa dos homens, ele faz do trabalhador um ser insensível e sem carências, assim como faz de sua atividade uma pura abstração de toda atividade; cada luxo do trabalhador, aparece a ele, portanto, como responsável de todas as carências - seja como fruição ou externalização de atividade - aparece a ele como luxo [...]” (MARX, 2008, p. 141)

“[...] E tudo aquilo que tu não pode, pode o teu dinheiro: ele pode comer, beber, ir ao baile, ao teatro, sabe de arte, de erudição, de raridades históricas, de poder político, pode viajar, pode apropriar-se disso tudo para ti, pode comprar tudo isso; ele é a verdadeira capacidade. Mas elem que é tudo isso, não deseja senão criar-se a si próprio, comprar a si próprio, pois é tudo isso, não deseja senão criar-se a si próprio, comprar a si próprio, pois tudo o mais é, sim seu servo, e se eu tenho o senhor, tenho servo e não necessito do seu servo. Todas as paixões e roda atividade têm, portanto, de naufragar na cobiça [...]”. (MARX, 2008, p. 142)

arruinadas pela busca incansável de obtenção de riqueza. Este mundo, dessa forma, transforma necessidades criadas em castigos, pois ao mesmo tempo em que pelas mãos dos trabalhadores se é criado espaços e produtos socializados, tais trabalhadores são tolhidos de desfrutarem desse mundo.

Como apontamos acima, a margem de autonomia que é possível adquirir, mesmo limitada, permitiu que os trabalhadores da Europa e dos EUA do século XIX tomassem as ruas em defesa da redução da jornada. No século XX, por exemplo, várias categorias também começaram a se organizar questionando as jornadas abusivas e as condições insalubres de trabalho no Brasil. Uma categoria da classe trabalhadora que obteve resultados importantes em torna da jornada de trabalho no século XX vai ser a bancária, muito fruto de sua organização sindical.

Os resultados positivos de uma categoria são frutos não só das condições materiais disponíveis em determinado momento, mas, precisamente, de sua capacidade organizativa, seja via sindicatos ou outras formas de enfrentamento. Quando se analisa o caso dos bancários, inevitavelmente, o papel que seus sindicatos cumpriram foi decisivo. Justamente por isso, a análise do tempo de trabalho dos bancários sem refletir apropriadamente a germinal organização sindical e de que forma as conquistas foram obtidas, nos parece equivocada.

### 3.1.1 Sindicatos, jornada de trabalho e as mudanças do Brasil pós-Crise de 1929.

A luta dos trabalhadores, ao longo da história, sempre teve dois protagonistas importantes, o partido e o sindicato. Não entraremos aqui no debate sobre os problemas acerca dos partidos de esquerda e dos sindicatos, já que não é nosso objeto de análise, mas temos uma posição clara de que se os trabalhadores obtiveram conquistas históricas, que hoje inclusive, têm sido atacadas por sucessivos governos neoliberais, foi exatamente por ter sindicatos e partidos organizados em defesa de seus interesses.

Ainda sobre os sindicatos, caberiam, precisamente, algumas considerações de como eles surgiram no Brasil e de que forma vão contribuir para a conscientização cada vez maior dos trabalhadores. Antes, também seria importante lembrar que não defendemos a impossibilidade de surgimento de outras ferramentas organizativas, pois se assim fosse,

estariamos negando a própria dialética da luta de classes. Explicado isso, caberiam algumas sucintas considerações sobre os sindicatos.

De início, podemos caracterizar os sindicatos como “[...] associações criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos atenuante.” (ANTUNES apud Sindicato dos Bancários de Itabuna e região, 2014). Luxemburgo, em polêmica com Bernstein, afirma que os sindicatos têm como “[...] função mais importante [...] em ser do lado dos trabalhadores, o meio de realizar a lei salarial capitalista, isto é, a venda da força de trabalho por seu respectivo preço de mercado [...]” (LUXEMBRUGO, 2011, p. 24). E finaliza afirmando que as duas funções centrais dos sindicatos seriam *a luta salarial e a luta pela redução do tempo de trabalho*.

É interessante perceber, que os sindicatos são, em tese, organizações que surgem justamente para impedir certos abusos que inflijam à legalidade trabalhista ou para que existam formas regulamentadoras de organização entre a força de trabalho e o capital. Uma forma de proteger os trabalhadores dos excessos, seja pelo patronato, seja pelo Estado. Marx, em Salário, Preço e Lucro, em polêmica com os setores antissindicalistas da I Internacional, vai afirmar que

[...] os Sindicatos (*Trade Unions*) funcionam bem como centros de resistência contra as investidas do capital. Fracassam parcialmente por um uso não-judicioso do seu poder. Fracassam geralmente por se limitarem a uma guerra de guerrilha contra os efeitos do sistema existente, em vez de simultaneamente tentarem mudá-lo [...] (2005, p. 90)

Seja na visão de Marx, seja na visão de Luxemburgo, apesar das distinções existentes, nos colocam na perspectiva de que (1) os sindicatos são essenciais para a organização dos trabalhadores e (2) que sua luta imediata é contra os *efeitos do sistema*, (3) tendo a defesa da redução da jornada como uma bandeira constante, mesmo consciente de que ela cumpre um papel relativo na efetivação da liberdade do trabalhador. Então assim (4) somente com o fim do regime do capital o trabalhador será senhor de seu tempo e (5) que indiretamente ou não, os sindicatos não podem deixar de ter isso como horizonte a própria supressão do regime capitalista. Obviamente que isso não tem nenhuma proximidade com a defesa de sindicatos revolucionários ou vermelhos, algo que Trotski já criticava em seu Programa de Transição (superando também a visão equivocada que o mesmo tinha a cerca da necessidade de subordinação dos sindicatos ao Estado soviético).

Dessa forma, com estes entendimentos, os sindicatos se constituíram ao longo de sua história como ferramenta de classe central para a garantia de direitos. A organização das lutas sindicais no Brasil vai se avolumando a medida que as relações salariais aumentam. Sempre é importante lembrar que ainda no século XIX, a experiência da greve na fazenda do senador Vergueira, um dos mais influentes senadores naquele tempo, em 1853<sup>43</sup>, foi um grande marco. Esta greve teve como marco o primeiro confronto direto entre capital e trabalho. Mas é no início do século XX que as lutas vão se avolumar, com jornais operários<sup>44</sup> circulando no chão da fábrica e com agitações políticas. E isso tem relação direta com as transformações econômicas, sociais e culturais que o Brasil vai passar entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Precisamos destacar que grandes transformações foram estas, e alguns acontecimentos nos permitem entender melhor, como por exemplo, o surgimento em 1922 do Partido Comunista do Brasil (PCB), a realização da Semana de Arte Moderna – marco divisor da arte brasileira –, ainda em 1922 e o início da Coluna Prestes, em 1925 (que se estendeu até 1927), dão uma dimensão que o Brasil estava mergulhando em uma conjuntura mais conturbada e criativa. Mas, se tem um fato macroeconômico que foi decisivo para a economia brasileira, sem dúvida, foi a Crise da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, que conduziu a economia capitalista a sua maior recessão até então e empurrou economias agroexportadoras, como a brasileira, a uma crise nunca vista.

O Estado Novo, instaurado em 1937, por Vargas, cumpriu um gigantesco papel impulsionador da política industrializante nacional. O contexto para tais políticas era carregado de uma politização maior em setores da sociedade brasileira, com avanços na organização sindical dos trabalhadores. Como destaca Oliveira: “[...] apesar de somente na década de 50 a participação da indústria na renda nacional superar a da agricultura, já nos

---

<sup>43</sup> As mudanças importantes iremos assistir a partir do fim da escravidão que já era bem visível, mas não tão aceitável, até pelos mais ardorosos defensores do trabalho escravo. Assim, o próprio papel da propriedade privada da terra assumirá novas proporções que serão apresentadas e oficializadas pela Lei de Terras de 1850. (MARTINS, 1986). Duas mudanças significativas serão a alteração da forma de obtenção de terras no Brasil, que agora será via leilões públicos, e segundo, o incremento de uma força de trabalho imigrante, que se localizará nas fazendas de café, como em São Paulo.

Em 1856, ocorrera a Revolta dos Parceiros, na fazenda do importante senador Vergueira, em Limeira, São Paulo, justamente feita pelos imigrantes revoltados com as péssimas condições, o que mostrava que assim como os negros, os imigrantes não aceitariam as precárias condições. (MORISSAWA, 2001)

<sup>44</sup> Os principais jornais operários do início do século XX: A Guerra Social, A Lanterna, a Plebe, a Barricada, A voz do trabalhador, etc. CASADEI, Eliza Bachega. A Função Revolucionária da Mulher: Representações do Feminino nos jornais operários e anarquistas do início do século XX. Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/>> Acesso em: 30 de out de 2014.

anos 30 iniciou-se o processo de expansão capitalista via industrialização no Brasil.” (in JINKINGS, 1996, p. 26)

Para se ter uma noção, levando em consideração a distribuição setorial do Produto Interno Bruto (PIB) Brasileiro, entre 1910-1950, verifica-se que a participação da agricultura caiu de 35,8% em 1910 para 24,3% em 1950; a indústria saiu de 14,4% em 1910 e pulou para 24,1% em 1950, e os serviços mantiveram uma constância, de 50,2% em 1910 para 51,6% em 1950. (LEOPOLDI, 2013). Como é possível enfim verificar através desses dados, o setor industrial aumentou na mesma proporção que diminuiu o setor primário. Em relação ao setor de *serviços*, no geral, existia certa *hipertrofia do terciário*, sendo uma rara exceção os bancos, mesmo ainda com uma ausência de sistema bancário nacional.

Com um direcionamento maior ao setor industrial, com um quantitativo maior de capitais circulando em cidades como São Paulo, “crescia em importância o setor terciário da economia, à medida que se implantavam serviços diversos nas cidades, em apoio ao processo de acumulação capitalista [...]” (JINKINGS, 1996, p. 26). Havia, nitidamente, o surgimento de um novo quadro social e econômico, e com ele, uma necessidade nova que deveria ser cumprida pelos bancos então existentes. Como destaca Jinkings,

[...] a expansão do mercado interno exigia o aperfeiçoamento do sistema de crédito e o fortalecimento dos bancos nacionais em face dos estrangeiros, que detiveram nas primeiras décadas do século o monopólio dos financiamentos à agricultura cafeeira, devido à insuficiente poupança interna no mercado de capitais [...] (1996, p. 27)

É dentro desse novo quadro social, político, econômico e cultural do Brasil que várias organizações sindicais surgiram, outras se fortaleceram. Os bancários até então sem organização sindical finalmente constituíram suas ferramentas, e, justamente, num momento de grandes desafios como a extensiva jornada de trabalho, os sábados como dia efetivo de trabalho e as condições de insalubridade e periculosidade.

### 3.1.1.1 A dialética da jornada de trabalho dos bancários

A conquista da jornada de trabalho dos bancários de 6 horas remonta ao período de nascimento dessa categoria no Brasil, num tempo em que a economia brasileira se encontrava predominantemente no campo, apesar de um processo de inflexão que ocorreu a



partir da década de 1930. Tendo as cidades como habitat materno, os bancos eram naquele contexto bem restritos e altamente concentrados territorialmente. É exatamente com a expansão das relações capitalistas em solo tupiniquim que a rede bancária se consolida e se expande.

Notoriamente, a política de maior apoio às indústrias<sup>45</sup>, com uma circulação maior de capitais no Brasil, exigiu uma rede bancária mais estruturada, e para isso, exigia-se também uma maior força de trabalho inserida nas agências, que naquele contexto era o local exclusivo de atividades bancárias. Quando nos deparamos com os dados, por exemplo, onde em 1922 existiam 67 bancos com 182 agências e/ou sucursais e já no final dos anos 1930<sup>46</sup> já existiam 227 bancos e 751 agências e/ou sucursais, (VIEIRA *apud* JINKINGS, 1996, p. 27), percebemos de que forma estas mudanças ocorreram.

Diante das grandes transformações do Brasil nas primeiras décadas do século XX e da organização sindical dos trabalhadores, podemos então situar de que forma os sindicatos de trabalhadores bancários começaram a surgir. O seu surgimento está estritamente ligado à luta por maior controle do tempo de trabalho, tanto que as reivindicações dos trabalhadores naquele contexto estavam mais ligadas à redução da jornada do que aumento salarial. E, era em São Paulo, local de maior concentração de bancos, que este debate se tornava essencial. Justamente por isso que foi lá que eles se organizaram inicialmente através de associações mutualistas. (FONTES, MACEDO e SANCHES, 2013, p. 11).

Em 1923 surgiu o embrião organizativo dos bancários que se apresentava como Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo. O Brasil vinha de duas décadas anteriores de importantes lutas, como a de Canudos (1896/97), do Contestado (1912/16) e da Coluna Prestes (década de 1920), que colocavam de lados opostos setores camponeses, indígenas, quilombolas e trabalhadores paupérrimos, e do outro, o patronato do campo e da cidade. Mas, certamente, foi a Greve Geral de 1917<sup>47</sup> – onde os trabalhadores dos

---

<sup>45</sup> Isso, obviamente não quer dizer que o Estado brasileiro abandonara o campo. O Estado brasileiro manteve os subsídios ao campo, e compreendia a importância dele para a economia nacional, e, sobretudo, para os interesses da classe dirigente. A própria existência de movimentos camponeses fortes, como as Ligas Camponesas, e a repressão desencadeada pela Ditadura Civil-Militar demonstra o quanto o campo continuou como local de importância crucial.

<sup>46</sup> Após este importante crescimento de bancos durante a década de 1930, na década seguinte ocorrerá um processo que culminará com uma maior concentração bancária, o que levará a diminuição de bancos. Como destaca JINKINGS (1996, p. 28/9), “é interessante notar que, no decorrer dos anos 40 [...] A competição por um mercado ainda reduzido ocasionava a gradativa diminuição do número de bancos, ao mesmo tempo em que aumentavam as agências bancárias [...] do pós-guerra, em 1945, que se intensifica o processo de concentração bancária no Brasil: naquele ano foram extintos 154 bancos em relação ao ano anterior [...]”.

<sup>47</sup> . Reivindicações dos grevistas da Greve Geral de 1971: (a) que sejam postas em liberdade todas as pessoas detidas por motivo de greve; (b) que seja respeitado do modo mais absoluto o direito de associação para os

setores industriais e de comércios paralisaram suas atividades em São Paulo – que impulsionou diversas categorias, incluindo a bancária, a se organizar coletivamente.

Quando analisamos as reivindicações dos grevistas de 1917<sup>48</sup>, dentre tantas, a questão da *jornada de trabalho de oito horas e semana inglesa* eram pontos essenciais, ainda mais diante dos abusos, do uso de crianças menores de 14 anos, de trabalhos noturnos, da exploração do trabalho feminino, dentre outros tantos problemas. Além de compreenderem que a jornada de trabalho era extorsiva, os trabalhadores brasileiros assistiam aos ventos que traziam notícias de conquistas na Europa e nos Estados Unidos<sup>49</sup> e, desse modo, não aceitavam mais aquela condição de superexploração.

São Paulo, que no século XIX, já despontava como importante polo agroexportador de café vai também se tornar importante polo industrial do país. Devido a isso, surge como principal polo bancário brasileiro e no decorrer do século XX e início do século XXI, da América Latina. Pignatari vai chamá-la de acrópole, numa alusão as acrópoles gregas que serviam como local de referência religiosa. (*apud* SEGNINI, 1998). E, dessa forma, é ali que teremos o *locus* germinal da luta sindical bancária, por ser a catalisadora de várias mobilizações de diversas categorias de trabalhadores.

O embrião sindical bancário surgido em 1923 entrou na década de 1930 envolvido num turbilhão social e político que conduziu a então associação bancária a assumir uma posição mais firme em direção aos direitos dos trabalhadores bancários. O acúmulo também de experiência e lutas dela permitiu que em 1931 ela se constituísse com um cunho mais sindical, permitindo o surgimento do primeiro sindicato dos bancários no Brasil. (BARRETO, 2012). A partir de 1933, a Associação passou a se chamar Sindicato dos Bancários de São Paulo (FONTES, MACEDO E SANCHES, 2013).

---

trabalhadores; (c) que nenhum operário seja dispensado por haver participado ativa e ostensivamente no movimento grevista; (d) que seja abolida de fato a exploração do trabalho de menores de 14 anos nas fábricas, oficinas etc. (e) que os trabalhadores com menos de 18 anos não sejam ocupados em trabalhos noturnos; (f) que seja abolido o trabalho noturno das mulheres; (g) aumento de 35% nos salários inferiores a 5\$000 e de 25% para os mais elevados; (h) que o pagamento dos salários seja efetuado pontualmente, cada 15 dias, e, o mais tardar; (i) dias após o vencimento; (j) que seja garantido aos operários trabalho permanente; (l) jornada de oito horas e semana inglesa; (m) aumento de 50% em todo o trabalho extraordinário. Disponível em: < <http://www.projeto memoria.art.br/>> Acesso em: 30 de out de 2014.

<sup>48</sup> Caberia mencionar que neste ano ocorrera a primeira revolução operário-camponesa, a Revolução Russa, que derrubara, em fevereiro daquele ano o czarismo, que era um dos últimos resquícios do absolutismo na Europa. Alguns meses depois, em outubro daquele ano, os revolucionários dirigidos pelo bolchevismo derrubam o governo interino encabeçado pela burguesia liberal e os socialistas *reformistas*. Mais informações sobre a Revolução Russa, vê em: FERRO, Marc. A revolução russa de 1917. Editora Perspectiva. 1974. São Paulo; TRAGTENBERG, Maurício. A Revolução Russa. Editora Faísca. 2007. São Paulo e TROTSKY, Leon. Lições de Outubro. São Paulo. José Luís e Rosa Sundermann, 2007. (Série coleção 10, nº 7)

<sup>49</sup> Para se ter uma ideia, a jornada de trabalho de 8h diária foi regulamentada na França em 1919. Disponível em: <operamundi.uol.com.br> Acesso em: 20 de dez de 2014.

O primeiro sindicato bancário também iniciou uma frente de atuação não mais só corporativa, mas, também solidária com outras categorias, e isso se comprova com a própria participação desta entidade na Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo (JINKINGS, 1996), uma confederação de várias categorias de trabalhadores, que estará à frente de muitas lutas em seu tempo. Então, o caráter mais conservador da década de 1920 deu lugar a um caráter de mais unidade entre as diversas categorias.

Diversas bandeiras vão ser levantadas por estes trabalhadores bancários, como a precarização das condições de trabalho. Com um quadro de insalubridade estarrecedor, as doenças se avolumavam, causando prejuízos à saúde do bancário. Este quadro de precárias condições sanitárias, em conjunto com outros problemas, certamente era um caldeirão fervente. Com a extensão dos bancos e das relações trabalhistas bancárias, o controle do tempo se constituiria uma bandeira que deveria ser defendida de forma mais intensa.

Uma crítica constante que se fazia a jornada de trabalho bancária estava ligada ao quadro da saúde desses trabalhadores. A jornada era profundamente estafante, “[...] especialmente durante a elaboração do balanço, e incluía o trabalho aos sábados, extintos somente em 1962”. (CÂNEDO *apud* JINKINGS, 1996, p. 30). Não muito diferente das outras categorias, os bancários tinham que enfrentar uma sociedade ainda bastante conservadora, com um controle oligárquico muito grande, com um patronato e com uma incipiente mídia que combatiam abertamente qualquer tentativa de organização sindical. Então, qualquer reivindicação já era caracterizada pela grande mídia, como antissistema<sup>50</sup>.

Um problema latente entre os bancários era a questão da salubridade que acarretava adoecimentos desses trabalhadores. Por consequência, muitas das mobilizações que ocorriam tinham como reivindicação esta demanda. Como observou Barreto (2012),

[...] a primeira grande mobilização dos bancários pouco menos de 10 anos de sua criação foi a greve deflagrada na cidade de Santos/SP, em 18 de abril de 1932, tendo como objetivo a reivindicação não apenas de melhorias salariais, mas, sobretudo, das condições sanitárias, porque era grande a incidência de tuberculose no setor bancário, à época. [...]

Cada mobilização era, de certo modo, um desafio organizativo, pois exigia mais engajamento e também direcionamento a algumas bandeiras que eram questões de

---

<sup>50</sup> Isso faz nos lembrar da observação de Marx, em 18 Brumário, se referindo as propostas de setores da burguesia e da pequena burguesia, ou até mesmo, de parcela do operariado, que mesmo sendo propostas intrassistema, eram acusadas de “socialista”. A citação precisa é a seguinte: “[...] toda reivindicação ainda que da mais simples reforma financeira burguesa, do liberalismo mais vulgar, do republicanismo mais formal, da democracia mais trivial, é simultaneizada como “socialismo” [...]”. (MARX, 2006, p. 27)

sobrevivência da própria categoria, como reprodução natural da força de trabalho. Assim, em 1933, as lutas realizadas pelos bancários assumiam uma postura mais incisiva em prol, por exemplo, da jornada de trabalho de seis horas, além da regulamentação do trabalho noturno, criação de uma caixa única de aposentadorias e pensões e o contrato coletivo de trabalho. (FONTES, MACEDO e SANCHES, 2013, p. 12). A própria conquista da jornada especial de trabalho dos bancários terá o Sindicato dos Bancários de São Paulo como protagonista. (BARRETO, 2012b)

Quando se analisam aqueles 10 anos de existência de uma organização bancária, notoriamente temos que perceber a evolução progressista das bandeiras assumidas, algumas, inclusive, cada vez mais afrontando os interesses de classe dos banqueiros e do Estado brasileiro. Este movimento embrionário se consolidou como importante representante desse setor via greves e via os direitos conquistados. Sem dúvida, podemos também refletir que a própria mudança de caráter social da sua entidade, com um diálogo construtivo e solidário com outras categorias permitiu tais avanços na consciência de classe.

O resultado imediato dessa organização vai ser justamente, ainda em 1933, a conquista da jornada de trabalho de 36 horas semanais, através do Decreto-lei (nº. 23.322 de 3/11/1933). (CANEDO, 1986)<sup>51</sup>, pois naquele tempo ainda se trabalhava aos sábados. Esta conquista, sem dúvida, deixa um ensinamento importante a esta categoria. Reunindo cada vez mais bancários e compreendendo que na mobilização era possível mais conquistas, em 1934, novamente os bancários realizavam mobilizações nas principais capitais do país, sempre canalizada por São Paulo, o que permitiram novas conquistas, dentre elas:

[...] a aposentadoria aos 30 anos de serviço e 50 anos de idade, estabilidade no emprego ao se completarem dois anos de serviço e a criação de uma caixa de aposentadoria e pensões dos bancários brasileiros, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários – IAPB<sup>52</sup>, sendo mantida a dos

---

<sup>51</sup> Mais informações sobre este ponto, ver Cãnedo (1986, p.17) quando o mesmo afirma que “[...] as alterações feitas pelo Governo provisório elaborado por Comissão Paritária tornou a jornada de seis horas inviável na prática, o que foi sentido por algumas lideranças como desrespeito à atividade sindical”. (17) ou “nada garantia a jornada de 6 horas. Os sindicatos não tinham direito a fiscalização das leis trabalhistas (a carga da DET) e eram fracos perante as empresas que não os reconheciam como entidades autônomas e por isso mesmo não aceitavam nem mesmo os delegados sindicais em seu interior [...]”.

<sup>52</sup> Reivindicação conquistada na greve nacional de 1934, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários funcionou até 1966, quando foi extinto pela ditadura e unificado no Instituto Nacional de Previdência Social [...] o IAPB – o único dos institutos previdenciários que recebia a parte referente à contribuição patronal – era responsável pelas aposentadorias, pensões, auxílios-maternidade, auxílio-enfermidade, assistência médica, assistência hospitalar, carteira de empréstimos e carteira predial. Os bancários sempre fizeram da sua participação na administração do IAPB um ponto de honra [...]”. (FONTES, MACEDO e SANCHES, 2013, P. 15).

funcionários do Banco do Brasil. (FONTES, MACEDO e SANCHES, 2013, p. 12)

Os bancários de São Paulo, entretanto, tiveram que lidar, a partir de 1934, com outra organização sindical que se chamava Sindicato dos funcionários bancários, graças a Constituição daquele ano que instituiu o pluralismo sindical. Enquanto o Sindicato dos Bancários reunia a base dos bancários, em especial dos bancos públicos, o Sindicato dos Funcionários dos Bancos reunia altos funcionários ligados às caixas privadas de previdência. (FONTES, MACEDO E SANCHES, 2013).

A organização sindical exerceu o papel de canalizador no embate entre *direitos iguais e opostos*. É com esta compreensão que assistiremos nas cidades e regiões mais industrializadas o surgimento de outros sindicatos de trabalhadores bancários. O sindicato dos bancários do Rio de Janeiro, por exemplo, surgiu em um contexto de disputa com São Paulo como principal polo concentrador de capital. Era no Rio de Janeiro que a capital federal ainda se situava.

Outros dois importantes sindicatos bancários surgiram, um em Minas Gerais, e outro, no Rio Grande do Sul, situados em dois estados que apresentavam uma importância não desprezível. A história do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e Região Metropolitana, como bem destaca o sindicato, “[...] se confunde com a história do Brasil, de Minas Gerais e de Belo Horizonte [...]”, sendo criado em 1932, em pleno governo de Vargas. “Dos primeiros tempos de afirmação numa jovem Belo Horizonte, até a deflagração da primeira greve, em 1946 [...] foram anos de muitos conflitos”, como frisa o sindicato. (SEEB de BH e Região Metropolitana, 2014). Já o SindBancários de Porto Alegre e Região (que antes representava todo o Estado do Rio Grande do Sul, “[...] foi fundado em 18 de janeiro de 1933, em uma Assembleia Geral que contou com 185 bancários”. (SindBancários Porto Alegre e Região, 2014). Tendo como base mais de 12 mil bancários/as, este sindicato destaca dentre suas conquistas ao longo de sua história, a *jornada de 6 horas*.

A dinâmica de lutas dos trabalhadores demonstra que é um erro acreditar que o patronato e governos se sensibilizam com a realidade dos explorados, dominados e humilhados. Por isso, quando se analisa este pacote de conquistas na primeira metade da década de 1930, é preciso compreender que tais conquistas acabam por adquirir duas funções cruciais: (a) uma, que tem relação com as condições objetivas do trabalhador, como por exemplo, trabalhar em tere duas horas a menos do que antes, o que pode abrir outra perspectiva; (b) segundo, que tem relação com a intersubjetividade do trabalhador que com

tais vitórias é educado de uma forma diferente, pois permite assim que o pêndulo da consciência social avance para a esquerda, numa clara vitória sobre o controle ideológico burguês.

Compreendemos que as conquistas e os direitos, como frutos da dialética da luta de classes, não são cláusulas pétreas para as burguesias e o Estado. Hoje, com o avanço das políticas neoliberais no mundo, comprova-se isso mais do que nunca. Estas conquistas podem ser reforçadas diante de uma conjuntura favorável, com assenso das mobilizações dos trabalhadores ou atacadas e retiradas, num quadro organizativo de refluxo e dissenso das lutas.

No caso bancário, quando se analisa as importantes conquistas na primeira metade da década de 1930, alguns poderiam não compreender quais fatores levaram a perda de alguns desses direitos no início da década posterior. Getúlio Vargas, ao instaurar a ditadura em 1937, endureceu com os sindicatos e organizações de esquerda, inclusive colocando na ilegalidade o Partido Comunista do Brasil (PCB) e começa a flertar com fascismo<sup>53</sup>. A estabilidade de 2 anos, que foi uma grande conquista da greve de 1934, foi extinta via Decreto-Lei nº 2.474, de 1940 e ratificado através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943. (CÂNEDO, 1986). Foi sem dúvida a contra-greve de 1934.

No Estado Novo, Getúlio Vargas começa um processo de *enquadramento* dos sindicatos, o que foi reforçado com a Constituição de 1937 e com a CLT, que subordinaram os sindicatos ao Ministério do Trabalho, sendo por ele tutelados. Estas medidas, isto é, o fim da estabilidade e a dependência ao Ministério do Trabalho, também desencadearam uma importante reação por parte dos bancários. Segundo CÂNEDO (1986, p. 32), esta retomada do movimento sindical se deu também em consequência de

[...] dois acontecimentos: 1) a entrada no Brasil na guerra, em 1942; 2) o término, neste mesmo ano, nos termos da Constituição de 1937, do mandato presidencial de Getúlio Vargas. Os fatos seguintes são consequências diretas destas duas situações.

Sem dúvida, mesmo não obtendo a estabilidade novamente, nunca mais o sindicalismo bancário foi o mesmo. Mesmo com intervenções por parte do governo e banqueiros, os bancários buscaram se legitimar como protagonistas de muitas lutas. Muitos outros sindicatos bancários começaram a surgir, como resultado das conquistas e dos desafios.

---

<sup>53</sup> A Constituição Brasileira de 1937 foi batizada de constituição polaca, devido à influência que a constituição polonesa exerceu. Naquele contexto, a Polônia era governada por um governo fascista.

Já na década de 1960, a maioria absoluta dos sindicatos dos bancários estavam organizados no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)<sup>54</sup>.

Outra grande conquista dos bancários foi o fim do trabalho aos sábados e a constituição oficial da jornada de 30 horas semanais, em 1962. Fruto direto de décadas de organização e mobilização, naquele ano, vários sindicatos e categorias organizavam lutas e paralisações importantes visando reformas de base. Em um ambiente assim conturbado, onde a luta de classes se mostrava mais aguda, os bancários tiveram positivamente um grande avanço, o que vai influenciar até mesmo nas futuras demandas da categoria. A extinção do trabalho aos sábados veio através de acordo entre o governo e o sindicato dos bancários de São Paulo, entretanto, “[...] no final daquele mesmo ano, a conquista era transformada em lei válida para todo o território nacional, com a aprovação do projeto de autoria do deputado Salvador Losacco, ex-presidente do Sindicato”. (FONTES, MACEDO e SANCHES, 2013, p. 20).

### *3.1.1.2 A organização sindical bancária do Maranhão e a luta pela efetivação da jornada de trabalho*

O certo é que a organização sindical no Maranhão sempre teve um peso muito grande no campo. Quando analisamos o período do surgimento do SEEB-MA, percebemos que este estado era predominantemente agrário, com a população em sua maioria vivendo no campo, com algumas poucas manchas urbanas, mas sem nenhum dinamismo industrial. Quando se analisa, por exemplo, o século XIX, este estado apresentou breves momentos de *euforia* e inserção no mercado mundial, justamente no momento em que se insere na economia mundial através do algodão. Isso se deu, centralmente, em alguns momentos bem particulares, como: *independência dos EUA em relação à Inglaterra e a Guerra de Secessão*. (CORREIA, 2006)

Galeano, também descreveu este momento da economia maranhense, em *As Veias Abertas da América Latina*, quando o mesmo afirma que

---

<sup>54</sup> CGT: Confederação Geral dos Trabalhadores surgiu em julho de 1962. A fundação ocorreu após décadas de tentativas de organização, através da unidade entre o Pacto de Unidade e Ação (PUA), *a mais importante e poderosa de todas as uniões horizontais*, que estava centrada mais nas estatais, com setores não-estatais. A reunião de função ocorreu na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.memoriasindical.com.br](http://www.memoriasindical.com.br)> Acesso em 02 de jan de 2015.

[...] o porto de São Luis do Maranhão, que dormira uma longa sesta tropical apenas interrompida por vários navios durante o ano, foi bruscamente despertado pela euforia do algodão: os escravos negros afluíram às plantações do Norte do Brasil, e entre 150 e 200 navios partiam cada ano de São Luiz carregando um milhão de libras de matéria-prima têxtil [...]. (2001, p. 107)

Passando, enfim, estes poucos momentos de euforia, o Maranhão passou praticamente quase a totalidade do século XX a margem da economia brasileira e mundial, sendo usada apenas como exportador de força de trabalho, seja para o ciclo da borracha entre o século XIX e XX no norte, seja para o sudeste com a industrialização e expansão industrial de São Paulo. A presença assim do grande capital era inexistente, pelo menos até meados dos anos de 1970, e o que existia de industrial era bem localizado e profundamente disperso, sem grande relevância para a economia nacional.

A economia maranhense predominantemente estava focada no campo. Este campo, precisamente, com o governo de José Sarney, a partir de janeiro de 1967, passou por profundas transformações. Como descreve Asselinin (1983, p. 129), este *novo* dirigente

[...] assumia a direção do destino do Estado em janeiro de 1967. Era o ‘Maranhão Novo’, o ‘Maranhão Carajás’ que já se esboçava. Foi o tempo da criação da infraestrutura, que permitiu a atração dos capitais sulistas e estrangeiros. Foi o tempo da construção das estradas que cortaram o Estado, ligando, em primeiro lugar, a capital, São Luis, com as capitais vizinhas, e depois penetrando nas regiões do Pindaré e do Tocantins.

Com a Lei nº 2979, decretada em 19 de junho de 1969, um novo cenário se desenhou na economia maranhense. E esta medida legal tentou assim atrair empreendimentos para o campo<sup>55</sup>. Como aponta o artigo 13 dessa lei, a concessão de terras públicas estava condicionada a demonstração da cooperação com empreendimento de relevância social e iniciativa pioneira, isto é, contribuir, dessa forma, para a vinda de grandes projetos para este estado. Podemos então afirmar que tal lei garantiu a legitimidade e a legalidade do avanço desses empreendimentos no campo, o que também gerou uma forte reação dos camponeses<sup>56</sup>.

<sup>55</sup> Em depoimento à CPI do Sistema Fundiário, implantada dez anos após a implantação da Lei de Sarney, um importante deputado ruralista, Magno Bacelar, hoje prefeito de Coelho Neto, em depoimento à CPI do Sistema Fundiário em 1979 afirmou que “as terras foram vendidas não com o objetivo de lucros para o Estado, mas com o objetivo de carrear empresários e recursos para o Maranhão”. (Jornal da Terra, CPT, sem data)

<sup>56</sup> Sobre a Comarca e luta do campo Segundo Wagner e Mourão (1976, p. 24) “a partir de 1974 empreende-se a nível oficial um esforço de redefinição da política agrária, explicitamente voltada, agora, para a criação de uma base jurídica e infraestrutural que viabilize os grandes projetos agropecuários”.



Algo também de grande relevância, principalmente por inserir o estado na divisão internacional do trabalho, vai ser o surgimento do Programa Grande Carajás, que teve o Maranhão como parte essencial. Outro importante empreendimento foi a implantação da Alumar, um consórcio de capital majoritário pertencente à transnacional Alcoa. Todos estes empreendimentos foram criados no início da década de 1980, o que resultou no aumento populacional em São Luís e na força de trabalho assalariada. (DURANS, 2008)

Quando se analisa a estruturação bancária no Maranhão e o surgimento da organização bancária, é preciso se atentar para o fato que mesmo marginal na economia brasileira, ocorreram tentativas, poucas, é bem verdade, de se organizar um setor bancário neste estado. É sabido que somente no século XX, precisamente, a partir da segunda metade, o Maranhão assistiu a sua estruturação bancária, embora em séculos anteriores tenham ocorrido tentativas de estabelecimentos bancários.

As primeiras tentativas remontam o final do século XVIII, entretanto acabaram não vigorando (VIVEIROS, 1992). Após décadas sem qualquer iniciativa, em “[...] 1827 a ideia voltou a bailar, quando se fundou, por iniciativa do negociante Joaquim José de Siqueira, a ‘Sociedade Agronômica para Colonização de Estrangeiros, Comissões e Bancos’ [...]”. (VIVEIROS, 1992, p. 268). Tinha, além da função racista de trazer branco com o intuito de *melhoramento racial*, a de estabelecer crédito para a lavoura.

Sem surtir os efeitos desejados, o certo é que só em 1841, via lei, o presidente da província autorizou o funcionamento do Banco Maranhense, que assim como as outras experiências de instituições de estabelecimento bancário, acabou não avançado. Surge, então, uma terceira tentativa, em 1869 o Banco Comercial teve sua autorização de funcionamento expedida. Uma década depois, outro banco surge, o Banco Hipotecário, que teve sua autorização de funcionamento expedido em 1877. Estas últimas experiências também fracassaram, muito devido ao pouco capital circulante no estado. O nosso Estado acabou por ser servido pelas caixas econômicas e de monte socorro (VIVEIROS, 1992).

Dessa forma, quando se analisa o surgimento dos bancos no estado, temos que ter em mente a realidade socioeconômica, a particularidade, pois foi justamente por isso que as tentativas no século XIX não vigoram. Pela pouca importância na produção de riqueza nacional, o processo de surgimento de bancos foi tardio e com pouca velocidade. Para termos uma ideia, enquanto o primeiro banco surgiu em 1917, através da agência Deodoro do Banco do Brasil, outros bancos federais públicos foram surgir apenas em 1959, através do Banco do Nordeste, e em 1970, através da Caixa Econômica Federal.

Mesmo com um único banco, os bancários compreendiam a urgência de organizar um sindicato que pudesse garantir os direitos dos trabalhadores. Enquanto vários sindicatos surgiam na década de 1930, diante de um aumento das mobilizações, no Maranhão isso respinga como luz para que os bancários daqui compreendessem a necessidade de se organizar sindicalmente. De acordo com José Maria, presidente do SEEB-MA (Gestão 2013-2015),

O SEEB-MA foi fundado em 02/04/1935 e sempre foi de base estadual, contudo a região metropolitana de São Luís sempre foi a área de maior concentração de bancários. Cerca de 55% dos bancários maranhenses estão distribuídos nas dependências dos municípios de São Luís, S.J Ribamar e Paço do Lumiar.<sup>57</sup>

É importante perceber, como o dirigente sindical destaca em outra parte da entrevista, que o SEEB-MA surge após a vitoriosa greve nacional de 1934, num momento em que existiam apenas 10 sindicatos dos bancários. Quando se analisa os objetivos iniciais desse sindicato diante o seu surgimento, consta-se: *a luta contra as injustiças, a exploração sofrida, o arrojo salarial e o desemprego*. (SEEB-MA, 2014). Mais adiante, o referido dirigente sindical lembra que a efetivação da jornada de 36 horas semanais só se deu devido a pressão do sindicato.

Como Cãnedo (1986) lembra, a conquista do direito às 6 horas pelo governo federal não implicava efetivação, pois além da fraca fiscalização por parte de órgãos governamentais, os sindicatos eram muitas vezes impedidos de realizar tal procedimento. Por isso, que a organização sindical vai surgir justamente levantando a bandeira pelo respeito à jornada oficial, algo que naquele momento era extremamente desrespeitada.

Como afirma Zé Maria, Presidente do SEEB-MA,

[...] a jornada oficial era de 6 horas, contudo, de fato o trabalho era excessivo extrapolando esse limite e com tempo limitadíssimo para alimentação, razões para o aparecimento da tuberculose no meio dos bancários. Embora, algumas funções dentro dos bancos já tivessem regulamentada a jornada de 6 horas. Aí começa a luta pela extensão da jornada de 6 horas para contínuos, serventes e demais trabalhadores em bancos, o que veio a acontecer em 1957.<sup>58</sup>

---

<sup>57</sup> Entrevista realizada em 31 de outubro de 2014, na sede do SEEB-MA, localizada na Rua do Sol, Centro, São Luís-MA, às 15h20min, com o Presidente do Sindicato, Zé Maria.

<sup>58</sup> Entrevista realizada em 31 de outubro de 2014, na sede do SEEB-MA, localizada na Rua do Sol, Centro, São Luís-MA, às 15h20min, com o Presidente do Sindicato, Zé Maria.

### 3.2 Os mecanismos ideológicos e a captura da intersubjetividade do trabalhador bancário

Sabemos que o sistema do capital é dinâmico, totalizador e de uma capacidade de controle absorvente (MESZÁROS, 2011). Dessa forma, toda alteração que não rompa com os paradigmas do capital reforça de alguma forma a premissa de que um dos principais objetivos dos gerenciadores do capital não é só obter a força de trabalho material, mas sua intersubjetividade, sua obediência, sua cegueira, para nada ver, e sua visão, para ver somente aquilo que é conveniente ao sistema burguês. Isso só é possível devido ao caráter ideológico do regime, que transforma o desejo burguês no desejo coletivo e as letras mortas das leis em valor universal, transforma valores de classe em valores universais.

O debate a cerca da ideologia ganha contornos dificultosos a partir da crise que atinge o pensamento marxista. Os ideólogos do fim da ideologia transformaram isso como um mantra que foi acatado na academia como uma simples mudança de roupa. Eagleton definiu o discurso da supressão da ideologia como uma *farsa* e relembra que tal discurso vai encontrar sustentação mais recente nos teóricos do fim da história, que consideram a “[...] ideologia inerentemente fechada, dogmática e inflexível [...]” e no pensamento pós-moderno, que a define como “[...] teleológica, “totalitária” e fundamentada em argumentos metafísicos” (1997, p. 11/2).

Sobre esta visão ideológica da *não-ideologia*, Meszàros lembra que

A verdade é que em nossas sociedades tudo está “impregnado de ideologia”, quer percebemos, quer não. Além disso, em nossa cultura liberal-conservadora o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar - ou desvirtuar - suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como “normalidade”, “objetividade” e “imparcialidade científica” (2012, p. 57).

O caráter massificador da ideologia se mostra mais ainda hoje, com as formas de controle do tempo de trabalho que com a acumulação flexível assumem uma posição cada vez mais eficaz. O caráter ostensivo do controle da vida do trabalhador o torna cada vez subjugado ao capital, tanto que mesmo fora do seu local de trabalho, acaba se mantendo conectado com tal mundo e suas artificialidades. Nunca é tarde lembrar que em linhas gerais “[...] a reprodução da força de trabalho ocorre essencialmente fora da empresa”.

(ALTHUSSER 1996, p. 107), ou seja, “[...] através do sistema educacional capitalista e de outras instâncias e instituições”. (ALTHUSSER, 1996, p. 108).

É bem verdade que nos dias atuais, com a fusão fordismo/toyotismo, como veremos a seguir, esta reprodução se tornou mais presente ostensivamente dentro dos espaços de trabalho. Entretanto, esta afirmativa de Althusser não perde a validade, ao contrário, ela encontra sentido quando também percebemos que o capital mais do que nunca tem recorrido aos meios de comunicação, à indústria da cultura, ao lazer, à *economia do ócio criativo*, para se perpetuar e se agigantar.

Essa reprodução faz com que os objetivos de classe da burguesia sejam assumidos como sendo dos trabalhadores, ou como lembra Eagleton, “o que induz os homens e mulheres a confundir-se, de tempos em tempos, com deuses ou vermes é a ideologia [...]” (1997, p. 12). Esta confusão faz com que não haja distinção entre os projetos e ideais tão conflitantes, o que tem sido uma meta muito bem propagada e acertada por parte da burguesia no capitalismo contemporâneo.

Sem dúvida, isso tem relação com a capacidade truncada que se inseriu no seio da academia e dos movimentos sociais. Então, o discurso da *responsabilidade profissional*, por exemplo, que é uma ideia não-autônoma, surge no contexto da reestruturação produtiva neoliberal. Cardoso (2009, p.28) lembra que “[...] quanto mais a imagem ligada à palavra ou à ideia se separa e torna-se autônoma em uma sociedade, mais ela é aceita como a realidade em si mesma [...]”. No caso aqui citado, a ideia de responsabilidade coletiva da empresa se torna autônoma na medida em que a burguesia tem a capacidade de fazer com que esta ideia não seja mais vista como originária de uma classe, mas que pertença a todas.

Retornando a Althusser, este prossegue afirmando que “[...] a reprodução da força de trabalho revela, como sua condição *sine qua non*, não apenas a reprodução de sua “qualificação”, mas também a reprodução de sua submissão à ideologia dominante ou da “prática” dessa ideologia [...]”. (1996, p. 109). Então, sua qualificação, isto é, sua formação cultural, ética, moral, baseada nos valores universais da burguesia, não seria efetivamente eficiente se não ocorresse paralelo à reprodução da aceitação, da dominação e do convencimento coercitivo.

Mészáros (2012) está convencido de que as condições históricas são determinadas através de diversos aparatos, e que elas cumprem um papel fundante, apesar de sabermos que nem sempre as ideologias convergem tal qual imaginamos com determinadas épocas. Foi assim com os valores burgueses que já existiam - não hegemônicos -, ainda quando imperava a moral aristocrático-feudal. Mas, ao se desmoronar o velho mundo, o mundo burguês exigiu

imediatamente que seus valores se tornassem universais e intrínsecos aos sujeitos sociais. Nascemos seres sociais, ou seja, seres potencialmente burgueses.

Por isso, Meszàros (2012, p. 67) lembra que “[...] as principais ideologias levam a marca muito importante da *formação social* cujas práticas produtivas dominantes [...] elas adotam como definitivo quadro de referência [...]”. Algo que sem dúvida converge com a perspectiva de Marx e Engels (1997). Tanto que, como lembra Silva (2013, p. 146), “[...] entender a ideologia como uma *formação social*, isto é, como algo que ocupa um lugar específico na sociedade e que se determina pela estrutura material dessa sociedade, foi o que Marx fez [...]”

Em síntese, então, podemos afirmar que os valores, por exemplo, sobre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, são categorias variáveis, e não absolutas. Elas são historicamente determinadas e situadas. Elas dependem, em último caso, das condições objetivas impostas (diretamente ou indiretamente) por uma classe social. “O que Marx expressadamente nos indica é que as *relações de produção* que se dão no plano da produção material são as *mesmas relações* que se dão no plano da produção ideológica. [...]” (SILVA, 2013, p. 151). Ora, elas então são variáveis à medida que a sociedade é dinâmica e que nela impera a luta de classes.

É preciso, entretanto, lembrar que em uma mesma *formação social* existem várias ideologias, por mais que algumas sejam dirigentes ou dominantes, o que não implica que elas sejam quantitativamente maiores. Isso se explica justamente por que quando se considera a ideologia, não se está relacionando a uma concepção meramente ligada ao sentido da dominação ou controle, pois, como elemento intrínseco da luta de classe, as classes subalternas tentam, a todo o momento, com diferenças de escalas e níveis, hegemonizar ou até mesmo impor suas ideologias.

Com este entendimento, caberia trazer novamente Meszàros (2012, p.67) que afirma que “devemos diferenciar [...] três posições ideológicas fundamentalmente distintas [...]”, que inclusive convive atritamente na atual formação social burguesa. Estas posições seriam (1) *a que apoia e defende o status quo, a ordem estabelecida*, o que, contraditoriamente, encontra apoio em vários setores oprimidos, justamente pelo estado de coisa da sociedade do capital; (2) *a que consegue constatar o anacronismo da sociedade de classe, mas que não consegue ultrapassar a mera crítica*, ficando em certa medida, em contínua interpretação do mundo e a que (3) *visa à superação concreta da sociedade de classes*, ultrapassando assim a mera crítica, tentando não só interpretar o mundo, mas transformar o mundo.

Acerca do caráter ideológico de qualquer formação social, precisamente a moderna, nela está embutido um processo de legitimação de discursos, de concepções de mundo, sobre o trabalho, sobre o tempo, etc. Por isso, nos parece acertada a posição de Therborn (2014, 02), quando diz que “[...] a formação dos seres humanos por toda ideologia conservadora e revolucionária, opressiva ou emancipatória, segundo qualquer critério, envolve um processo que é simultaneamente de sujeição e de qualificação. [...]”.

Dentro desse processo de sujeição e qualificação, nos é apresentado por Therborn (2014, p. 03) três questões de grande relevância. De acordo com este autor, (1) é a partir desse processo que se adquire uma identidade; (2) nos estruturamos e nos normatizamos a partir das concepções apresentadas como certo ou errado, bom e ruim (o trabalho, por exemplo, de amaldiçoado pelo judaísmo assume um caráter libertador pelo protestantismo) e (3) nos é permitido também, pela própria natureza dialética desse processo, definir o que julgamos possível e impossível ou no que querem que julgemos. E, Therborn (2014, p. 04) ainda lembra que é “[...] a totalidade destes três modos de interpelação constitui a estrutura elementar do processo ideológico de sujeição – qualificação [...]”.

Diante do processo de *sujeição e qualificação*, podemos perceber, ao refletir o quadro do capitalismo contemporâneo, o quanto a identidade, muito ligado ao caráter fragmentador e individualizado desses tempos, tem se constituído como identidade universal e não historicamente determinada e situada. O convencimento de que o que é aparente é real e o que é real é racionalmente necessário nos leva lembrar daquilo dito por Hegel de que “tudo o que é real é racional; e tudo o que é racional é real” (*apud* Engels, p.05, 2010).

No capitalismo contemporâneo, não seria exagero afirmar que a atual etapa de (des) organização do capital tem uma carga ideológica nunca vista na história do capitalismo. Então, bem diferente do fim da ideologia, teríamos sua massificação. Alves (2011), por exemplo, diante das particularidades atuais do regime do capital, vai inclusive defender de que estaríamos diante de um *capitalismo manipulatório*, a qual teria uma grande ideologia orgânica, o toyotismo.

Podemos, sem receio de cair em algum equívoco, afirmar que nunca o processo de subsunção subjetiva da classe trabalhadora foi tão bem organizado e efetivado do que nestes tempos. Ora, se assim como Eagleton (1997, p. 14) lembra que “[...] uma prova de que ninguém é, ideologicamente falando, um tolo completo, é o fato de que as pessoas ditas inferiores devem realmente aprender a sê-lo [...]”, isso se faz de forma muito bem aperfeiçoada e apaixonante. Todavia, algo de paradoxal pode nos apresentar, pois ao mesmo tempo em que a ideologia orgânica atual do capital tenta mostrar que determinada empresa

para ser *vitoriosa* é preciso da *colaboração* de todos, e que *qualquer um* pode atingir um cargo superior, isso está carregado de uma elaboração do mundo hierarquizado, pois no fim dos contos, não há espaço para todos no paraíso.

Alves (2011, p. 46) afirma que hoje há uma “[...] imprescindibilidade do “engajamento” moral-intelectual dos operários e empregados na produção do capital [...]”. Esta ideologia orgânica do capital conduz os trabalhadores a acreditarem que somente se engajando cada vez mais no jogo coletivo do capital seria possível atingir uma condição social melhor, ou, garantir uma ampliação de seu tempo como empregado. Estamos assim num estágio onde o capital acaba *mobilizando toda a subjetividade ou consciência do trabalhador, seu corpo e sua mente*. (ALVES, 2011).

Quando falamos desse quadro, não estamos enfim descartando o papel potencialmente subversivo da classe trabalhadora. É bem verdade que estamos em uma situação em que os trabalhadores estão num estágio de profunda individualização, todavia, isso não descarta que também há sinais importantes de ascenso. A greve dos garis no Rio de Janeiro, em 2014, a greve dos servidores públicos federais em 2014 e as constantes greves dos bancários, como a última, nos permitem entender que não existe controle absoluto. A subjetividade dos sujeitos que produzem riqueza não está totalmente fadada ao prisma do capital.

O toyotismo, como lembra Alves (2011, p. 60), “[...] é a expressão plena de uma ofensiva ideológica (e material) do capital na produção [...]”, por isso mesmo é considerada por este autor como a mais radical e interessante forma de organização do capital pelo mundo. Gramsci (*apud* ALVES, 2011, p. 62), ao analisar o taylorismo e Taylor em si, aponta que este rompeu “[...] o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador [...]”. Justamente por isso, ao definir o toyotismo como taylorismo às avessas, Alves (2011) vai lembrar que um objetivo sagrado no atual estágio do capitalismo é se apropriar em sua totalidade da mente do trabalhador.

Mais do que nunca, o arcabouço ideológico e manipulatório, que transforma ostensivamente os interesses dos patrões em interesses dos trabalhadores, é cinicamente imposto, ou como fábula, tentando ideologicamente apresentar uma possibilidade fantasiosa, ou como tragédia, quando esta possibilidade finalmente não é atingida. Alves (2011, p. 65), por isso mesmo, afirma que “[...] O cérebro dos operários e dos empregados não está mais livre, como no taylorismo-fordismo [...]”. A sujeição ideológica, com as formas gerenciais modernas de extração da totalidade do homem-que-trabalha, se processa em cada espaço das

empresas, seja em um supermercado, seja em uma fábrica de cerveja ou em uma agência bancária.

Caberia, entretanto, lembrar que esta tal *liberdade da mente* no contexto do taylorismo-fordismo deve ser vista no âmbito relativo, pois não existe liberdade de consciência no capitalismo. Alves, certamente, ao analisar corretamente a particularidade do toyotismo (fordismo/toyotismo), que impõe um controle cada vez mais ostensivo e diário, entretanto, acaba por desconsiderar que essa capacidade é inerente ao próprio capital.

O próprio Alves (2014, p. 57) vai lembrar que “[...] a manipulação do capital permeia não apenas a instância da produção, mas também a do consumo e do tempo livre de operários e empregados [...]”, o que não pode ser visto como algo surgido nos dias atuais. O mais apropriado é afirmar que esta manipulação se aprofundou e se ampliou, ganhando dimensões até então desconhecidas e inexistentes. Hoje, por exemplo, o uso do tempo de não trabalho em atividades voluntárias, onde o empregado é *convidado* a participar, é uma forma vergonhosa de extensão do controle. Justamente por isso que não é exagero o que Neto (2013, p. 134) lembra que há uma superioridade do toyotismo no controle dessa subjetividade e que há uma “[...] a violência com que esse novo modelo se apropria do tempo de trabalho [...]”.

Eagleton, se baseando nos ensinamentos de Althusser, afirma que a ideologia “[...] refere-se principalmente a nossas relações afetivas e inconscientes com o mundo, aos modos pelos quais, de maneira pré-reflexiva, estamos vinculados à realidade social. [...]”. (1997, p. 30). Alves traz uma citação de Matheus E. May, um representante direto do arcabouço toyotista, onde o mesmo afirma que um dos objetivos das empresas é “fazer o melhor para entender a natureza humana e como a mente funciona [...]” (ALVES, 2014, p. 58). Isso, vale tanto para o cliente ou consumidor quanto para o empregado ou trabalhador.

Esta capacidade de controle ideológico também se encaixa naquilo que Eagleton (1997, p. 13) fala sobre a capacidade do opressor em fazer com que o oprimido sinta-se amado. Ou seja, “[...] o opressor mais eficiente é aquele que persuade seus subalternos a amar, desejar e identificar-se com seu poder [...]”. É notório que nem sempre este controle se processa como as classes dominantes almejam. De qualquer forma, quando nos deparamos com o quadro organizativo de luta social e sindical dos bancários, é perceptível que há um refluxo, que é refletido, por exemplo, na pouca participação das atividades dos sindicatos.

Este caráter ideológico é bem verdade não é uma novidade desses tempos, apesar de ter assumido particularidades e até ampliado sua capacidade manipulatória. Como bem destaca Engels (2010, p. 69-70), ao refletir sobre a situação dos operários na Inglaterra no século XIX, dizia:



[...] quem garante ao operário que, para arranjar emprego, lhe basta boa vontade para trabalhar, que a honestidade, a diligência, a parcimônia e todas as outras numerosas virtudes que a ajuizada burguesia lhe recomenda são para ele realmente o caminho da felicidade? Ninguém. [...] Sabe que se tem hoje meios para sobreviver, pode não os ter amanhã.

As diversas difusões existentes são prontamente respondidas por uma capacidade criativa do capital em garantir sua vida absoluta sobre os trabalhadores. E ela se dá inclusive utilizando-se da criatividade dos trabalhadores e todo seu saber-fazer. O que se define como acumulação flexível também é a acumulação organizativa desse saber histórico, que a burguesia soube transformar a seu favor. As lutas contra a rigidez do fordismo foram absorvidas pelo capital e resolvidas a partir de seus interesses, assim como as formas burocráticas de gerenciamento foram sendo substituídas pelas formas colaborativas e menos pesadas.

O controle do tempo, dessa forma, deve ser visto como um controle de todas as tarefas, com o intuito de evitar as porosidades, os tempos ociosos. Um dos mantras do toyotismo é *evitar os desperdícios*, mas isso deve ser levado ao seu sentido mais amplo e real, pois dentro dessa lógica o que se procura é o aperfeiçoamento “[...] dos mecanismos de eliminação do desperdício de tempo de trabalho [...]” (NETO, 2013, p. 135).

Uma particularidade do toyotismo no que se refere ao controle é o próprio papel que o gerente se situa. Podemos afirmar que a figura em geral do gerente taylorista-fordista foi internalizado na formação desses trabalhadores, transformando todos em colaboradores, ou gerentes dos seus colegas e gerentes de si próprios. O sucesso assim da empresa é visto como seu sucesso. Se em parte, podemos concluir, que de fato, para que aquele trabalhador receba o seu salário, tal empresa não pode estar falida, em outra, a perversidade ideológica o faz nulo e se dilui no compromisso finalista que não é seu. Não é seu projeto de classe. Assume-se o discurso da sua classe antagônica, ou pior, ela acaba não a vendo como classe antagônica.

Rosso (2008, p. 86) lembra que existem duas operações que no toyotismo são eficientes, que conduzem a certo convencimento por parte dos trabalhadores das propostas do patronato. A primeira operação seria a *universalização dos objetivos do patronato assumidos pelos trabalhadores* e a segunda operação seria *dissimulação das práticas coercitivas e de controle*:

Uma primeira consiste em apresentar o sistema objetivando o bem geral de todos, numa tentativa muito frequente no campo das ideologias de apresentar o particular como geral, como universal. O sistema taylorista busca a máxima prosperidade para todos. O toyotista procura reduzir a zero o desperdício. Nisso consiste a operação. Um elemento particular, a melhoria da produtividade da empresa, é apresentado como de interesse universal ou nenhum desperdício. A reorganização visa o bem comum. O interesse da empresa, a sua vantagem, coincide com o de todos. Encontramos ainda uma segunda operação de convencimento dos trabalhadores. Tal operação tem um sentido de dissimulação [...]

Para além dessas duas operações que efetivamente ganham contornos eficientes para o capital, Alves (2011, p. 59) lembra que o toyotismo se tornou um valor universal para o Capital por, em primeiro lugar, “[...] as suas condições histórico-ontológicas originárias determinarem suas próprias possibilidades de universalização [...]”, e em segundo lugar, por ter se tornado “[...] adequado à nova técnica da produção capitalista, vinculada à Quarta Revolução Tecnológica, a revolução das redes informacionais, que exige uma “nova subjetividade do trabalho.”

Analisando as mudanças da força de trabalho bancária diante das impactantes transformações da reestruturação bancária neoliberal, Hirsch (2009) descreve de que forma o discurso ideológico do particular como universal e a dissimulação no incremento das readaptações (enxugamento de força de trabalho), impacta sobre toda a categoria bancária. Segundo este autor,

Na categoria bancária, torna-se evidente que as novas práticas gerenciais trazem efeitos maléficos ao trabalhador no aspecto físico e principalmente mental, pois a atividade bancária é executada sob forte pressão, representada pelo grande volume de trabalho em ritmo acelerado, com metas de captação e de vendas de produtos pré-estabelecidas e ditadas de forma unilateral, com prazos exíguos. Ao mesmo tempo, as novas formas de gerenciamento estimulam a competitividade entre os trabalhadores. De forma concomitante, diminuiu-se o quadro de pessoal. Essas exigências do ambiente laboral vêm gerando múltiplos sentimentos e sensações, tais como: medo, incertezas, ansiedade, angústia e tristeza. A ansiedade ante uma nova tarefa, o medo de não saber realizá-la, a avaliação constante do desempenho sem o devido reconhecimento, a requisição da eficiência técnica, da excelência, da criatividade e da autonomia geram tensão e incertezas. (2009, p. 48)

Estas novas formas gerenciais nem sempre são percebidas imediatamente, o que, em tese, em alguns casos, é vista como avanço. Da mesma forma, o avanço tecnológico, todavia, por causa de uma recepção acrítica, as alterações são precisamente fruto da necessidade não do trabalhador, mas do patrão. E ela vem carregada de intensificação e precarização do bancário.

### 3.2.1 Tecnologia, precarização e intensificação da sujeição ideológica ao capital.

#### 3.2.1.1 Precariedade, precarização e intensificação da força de trabalho.

A força de trabalho bancária sofreu no Brasil, durante a década de 1990 um duro golpe. Com a reestruturação toyotista bancária, assistimos ao enxugamento dessa força, e com isso, o aumento da intensidade do trabalho conduziu, inevitavelmente, a sua precarização. Todavia, antes de avançarmos na caracterização dessa intensificação e precarização, seria salutar uma rápida passagem sobre alguns autores que tem usado muito brilhantemente estes conceitos.

Autores como Standing (2013), Braga (2012), Alves (2000), tem realizado um fértil debate acerca do conceito de precariedade. Assim como Rosso (2008), com o seu conceito de intensificação, tem permitido, com suas diferenças, esmiuçar o processo de desgaste da força de trabalho que não se dá apenas no âmbito objetivo, mas hoje, principalmente, subjetivo, pelo menos em setores como o bancário. Justamente por isso, por permitir uma abrangência de todo o ser social que trabalha, que tais categorias se tornam relevantes.

O livro *O Precariado*, de Standing, é, sem dúvida, uma importante contribuição sociológica ao efeito atual de precarização da força de trabalho. No prefácio do livro, tal autor lembra que o precariado seria uma classe em formação, e que tal grupo apresenta uma dupla identidade, isto é, tanto vítima quanto herói, e que as diversas flexibilidades<sup>59</sup> acarretadas pelas políticas neoliberais de desmonte do Estado de Bem Estar foram decisivas. Continua afirmando que o crescente precariado estaria abaixo daquilo que ele define como *elite*,

---

<sup>59</sup> Uma reivindicação neoliberal que se consolidou na década de 1980 foi a de que os países tinham de perseguir “a flexibilidade do mercado de trabalho” [...] A flexibilidade tinha muitas dimensões: flexibilidade salarial significava acelerar os ajustes a mudança na demanda, especialmente para baixo; flexibilidade vínculos empregatício significava habilidade fácil e sem custos das empresas para alterarem os níveis de emprego, especialmente para baixo, implicando uma redução na segurança e na proteção do emprego; flexibilidade do emprego significava ser capaz de mover continuamente funcionários dentro da empresa e modificar as estruturas de trabalho com oposição ou custo mínimos; flexibilidade de habilidade significava ser capaz de ajustar facilmente as competências dos trabalhadores. (STANDING, 2013, p. 22)

*assalariados, proficians e núcleo*<sup>60</sup>. Logo, o precariado seria “[...] um exército de desempregados e um grupo separado de pessoas hostis socialmente desajustadas, vivendo às custas da escória da sociedade [...]”. (STANDING, 2013, p. 25). Todos os outros grupos teriam algum tipo de privilégio, em escalas diferentes.

De acordo com este autor, o *precariado* não teria vínculo algum empregatício, não apresenta nenhuma garantia legal. De qualquer forma, então este grupo, com *status truncado*, se caracteriza, principalmente, por ser fruto da falência das garantias do Estado social. Alves lembra que esta corrente em que Standing se localiza “[...] tem tratado a precarização do trabalho como sendo o movimento de desconstrução da relação salarial constituída no período histórico do capitalismo pós-guerra [...]” (2013, p. 85), logo, a “[...] precarização do trabalho seria entendida como o desmonte de formas reguladas de exploração da força de trabalho como mercadoria [...]” (2013, p. 85). O precariado seria uma classe sem relação com o aparato salarial oficial. Disso, gera-se uma geração *sem futuro*, que seria a nova classe perigosa, formada tanto por velhos trabalhadores quanto por uma juventude *sem futuro*.

Braga (2012), que também usa o mesmo conceito em seu livro *A Política do Precariado* procurou realizar um processo distinto de definição do que seria este precariado. Segundo Braga, “[...] a crescente deteriorização da proteção aos assalariados acusou a incômoda presença de uma fração de classe espremida entre a permanente ameaça de exclusão social e o incremento da exploração econômica: o ‘precariado’. [...]” (2012, p. 16). E tentando caracterizar este conceito, recorre inicialmente tanto a Standing quanto a Castel. Sobre eles, Braga afirma que tanto um quanto o outro “[...] compartilham a mesma compreensão sociológica segundo a qual a precariedade corresponderia a uma condição exterior à relação social [...]” (2012, p. 16).

Braga (2012, p. 16) salienta que estes dois autores partem de uma premissa de que se não fosse o neoliberalismo, “[...] a institucionalização da cidadania por meio da relação salarial certamente substituiria a precariedade pela proteção social”. E, tentando delimitar sua definição de precariado, o mesmo afirma que:

---

<sup>60</sup> Em *Precariado*, Standing afirma “Em termos gerais, enquanto as classes antigas persistem em partes do mundo, podemos identificar sete grupos [...] “elite” [...] Abaixo da elite vêm os “assalariados”, que ainda ocupam emprego estável integral [...] Os assalariados estão concentrados em grandes corporações, agências governamentais e na administração pública, incluindo o serviço público”. Prossegue afirmando que Ao lado dos assalariados, em mais de um sentido, está (até agora) um grupo menor de *proficians*. Esse termo combina as ideias tradicionais de “profissional” (*professional*) e “técnico” (*technician*) [...] Os *proficians* equivalem aos *yeomen* (pequenos proprietários de terras com direitos políticos), cavaleiros e *squires* (nobres rurais) na Idade Média [...] abaixo dos *proficians*, em termos de renda, está um “núcleo” retraído de trabalhadores manuais, a essência da velha “classe trabalhadora” [...]” (2012: 24)

[...] ao contrário, entendemos que em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital, a precariedade é constitutiva da relação salarial. Consequentemente, o precariado não deve ser interpretado como o antípoda do salariado, seu “outro” bastardo ou recalcado. Na realidade, ele é a própria condição de existência do salariado: tanto na Europa ocidental quanto nos Estados Unidos, o compromisso fordista mostrou-se bastante eficiente em proteger a fração profissional, branca, masculina, adulta, nacional e sindicalizada da classe trabalhadora, à custa da reprodução da fração proletária não qualificada ou semiquificada, feminina, negra, jovem e imigrante. (BRAGA, 2012, p. 17)

Por fim, Braga lembra que o conceito de *superprodução relativa*, de Marx, pode ser identificado, nos dias atuais, com o precariado ou proletariado precarizado, e insiste nisso a partir de três razões, onde o mesmo: (1) *localiza o proletariado no coração do modo de produção capitalista*; (2) *situa histórica e relacionalmente como parte integrante da classe trabalhadora* e (3) *situa o precariado como uma dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho*.<sup>61</sup> Estas definições trazem o conceito de precariado para dentro da estrutura totalizante da força de trabalho do capitalismo. Algo que, de alguma forma, vai dialogar com Alves em seu *Novo e Precário Mundo do Trabalho*, com algumas diferenças.

Alves, então, vai caracterizar o processo de reestruturação produtiva, através da mundialização do capital e tendo, enfim, o toyotismo como momento importantíssimo, algo que vai “[...] impulsionar, em sua dimensão objetiva, as metamorfoses do trabalho industrial e a fragmentação<sup>62</sup> de classe [...]” (2005, p. 65). Surge, assim, um *novo e precário mundo do trabalho*. O toyotismo, mesmo não sendo “[...] a casualidade central das metamorfoses da classe operária industrial [...] contribui, certamente, para que elas ocorram, com maior intensidade e amplitude [...]”. (ALVES, 2005, p. 70).

A partir desse processo, ocorrerá uma cisão na *estrutura da classe operária*, com *operários polivalentes* e os *demais operários industriais, o subproletariado tardio*. (ALVES, 2005). Teríamos, na hegemonia toyotista, um mercado de trabalho dual bem adequado à realidade atual. (justamente por isso, a tese do fim do fordismo é infundada). Esta superproletarização tardia ou precariedade do trabalho assalariado, por exemplo, seria uma

<sup>61</sup> BRAGA também faz a distinção entre precariado e paupérrimo. Afirma que “[...] os trabalhadores precarizados são uma parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica.” Já, “ao cair para o pauperismo, esses trabalhadores deixam de cumprir qualquer função relevante relacionada à exploração econômica de classe, conformando-se com aquilo que Marx chamou de ‘asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva’”. (BRAGA, 2012, p. 19)

<sup>62</sup> “[...] Não podemos deixar de salientar a importância da fragmentação de classe em seus aspectos étnicos, de gênero, culturais e etários, que se acentuavam nas últimas décadas, impulsionada não apenas pelo complexo de reestruturação produtiva, mas pela mundialização do capital (Ianni, 1994) [...]”. (ALVES, 2005, p. 66)

consequência direta da mundialização do capital, que atingiria não só os setores definidos como tradicionais/desprotegidos, da indústria e dos serviços, entretanto, também setores modernos. (ALVES, 2005).

Ao precisar mais a realidade brasileira, o marco seria a década de 90, que assistiu a uma subsunção maior do Brasil ao processo de mundialização do capital. Isso permitiu, enfim, que o processo de flexibilização, retirada de direitos, se avolumasse, conduzindo, assim, a uma precarização e insegurança maior. (ALVES, 2005, p. 247-48). Isso, no viés de raciocínio do autor, atingiu até mesmo o núcleo *integrado da classe trabalhadora*, isto é, os que *mantém vínculo formal de emprego* ou na visão de Standing (2013), um setor com certos privilégios em relação à classe em formação.

É bem verdade que a concepção de Alves (2000; 2005; 2013; 2014) dialoga mais profundamente com a concepção de Braga (2012), pois ambos partem da análise intrínseca da força de trabalho, o que nos parece mais apropriado. Todavia, há um diálogo com Standing (2013) que não deve ser desconsiderado, ainda mais quando Alves (2013, p. 86) afirma que

[...] a precarização do trabalho que ocorre hoje, sob o capitalismo global, seria não apenas “precarização do trabalho” no sentido de precarização da mera força-de-trabalho como mercadoria, mas seria também “precarização do homem-que-trabalha”, no sentido de desefetivação do homem como ser genérico.

Prossegue apontando que “[...] a precarização do trabalho e a precarização do homem-que-trabalha implica na abertura de uma tríplice crise da subjetividade humana: a crise da vida pessoal, crise de sociabilidade e crise de autorreferência pessoal”. (ALVES, 2013, p. 87). A primeira se vislumbra na autobarbarização-familiar, a segunda se mostra via barbarização das relações na sociedade e a terceira pela autobarbarização-grupal. Apropriando-se dessas colocações, podemos apontar que o ser social como todo, em sua totalidade, encontra-se atacado pelo capital mais fortemente.

É justamente por isso que todo o debate em torno do tempo do não trabalho que não analise, apropriadamente, a relação dialeticamente conflituosa com o tempo de trabalho se torna insuficiente, pois as condições de barbarização do trabalhador, do ser social que trabalha, tem sido algo sustentavelmente importante, e não podem ser deixadas de lado no entulho do passado.

Caracterizadas, enfim, as formas de se apropriar do conceito de precariedade, que por mais distintas, não se anulam, cabe realizar uma rápida caracterização do que estamos tratando de intensificação. O trabalho, na forma capitalista, é ontologicamente intensificador,

ou, “[...] é uma condição intrínseca a todo o trabalho concreto e está presente em todo o tipo de trabalho executado, em maior ou menor grau [...]”. (ROSSO, 2008, p. 20). Todavia, é importante termos a capacidade de realizar a distinção entre o que se quer definir hoje com a intensidade do trabalho, ainda mais nestes tempos de avanço sistemático da tecnologia.

Rosso (2008) compreende que a definição de intensificação só é possível para quem trabalha, o que o aproximaria precisamente de Braga (2013) e do próprio Marx, no livro I do Capital. E que, para melhor se apropriar desse conceito, é preciso analisar o empenho físico, intelectual ou psicológico, ou, como o autor reafirma, combinando os três. Logo, esta definição é importante, pois nos permite entender que quer seja o trabalhador da construção civil, quer seja o bancário, há formas distintas de intensidade que devem ser consideradas.

Intensificação vem do processo de intensidade do trabalho, e seria interessante uma pequena distinção com outro conceito, produtividade, que não estaremos utilizando nesta pesquisa. Como bem destaca Rosso (2008, p. 29)

[...] intensidade e produtividade são conceitos diferentes com conteúdos distintos e que a noção de intensidade desvela o engajamento dos trabalhadores significando que eles produzem mais trabalho, ou trabalho de qualidade superior, em um mesmo período de tempo considerado e que a noção de produtividade restringe-se ao efeito das transformações tecnológicas.

Marx (2013) fazia uma relação importante entre aumento da intensidade do trabalho e o avanço da maquinaria, o que tranquilamente poderia fazer o paralelo com todo o arcabouço tecnológico de ponta. Tal autor afirma que o processo de diminuição à força da jornada de trabalho vai conduzir o capital, via maquinaria, a intensificar o trabalho. Como bem destaca:

[...] assim que a revolta crescente da classe operária obrigou o Estado a reduzir à força do tempo o tempo de trabalho e a impor à fábrica propriamente dita uma jornada normal de trabalho, ou seja, a partir do momento em que a produção crescente de mais-valor mediante o prolongamento da jornada de trabalho estava de uma vez por todas excluída, o capital lançou-se com todo seu poder e plena consciência à produção de mais-valor relativo. (MARX, 2013, p. 482).

Marx, no livro I do Capital, vai tratar em um subcapítulo da *intensificação do trabalho*. Analisando os efeitos da maquinaria acerca da jornada de trabalho, sem nenhum fetichismo com a tecnologia daquele contexto, lembra que a redução da jornada de trabalho, resultado da pressão operária, vai conduzir os capitalistas a buscarem obter mais-capitalismo

com um tempo diário menor da jornada do trabalho. Este mais-capitalismo seria justamente a intensificação, permitindo assim que os operários obtivessem a mesma produção (para isso, trabalho intensificado), em alguns casos, até mais, com o um tempo menor nas fábricas.

Analisando sobre a intensificação, Marx (2013, p. 483) questiona de que forma o trabalhador é intensificado. E, dessa forma, lembra que a “o primeiro efeito da jornada de trabalho reduzida decorre da lei óbvia de que a eficiência da força de trabalho é inversamente proporcional a seu tempo de operação. Assim, dentro de certos limites, o que se perde em duração ganha-se no grau de esforço realizado [...]”.

Marx, ainda no mesmo livro, vai apresentar duas *variações simultâneas na duração, força produtiva e intensidade do trabalho*, a primeira, definida por *força produtiva decrescente do trabalho com simultâneo prolongamento da jornada de trabalho*, e a segunda como que ele define por *intensidade e força produtiva do trabalho crescentes e simultânea redução da jornada de trabalho*. Esta última nos parece mais próxima daquilo que queremos aqui analisar, e justamente por isso, duas citações que explicam esta variação seriam importantes. Na primeira, Marx (2013, p. 596) diz

A força produtiva aumentada do trabalho e sua intensidade crescente atuam uniformemente na mesma direção. Ambas ampliam a massa de produtos obtida em cada período de tempo. Ambas reduzem, assim, a parte da jornada de trabalho necessária para que o trabalhador produza seus meios de subsistência ou o equivalente a eles.

Já na segunda variação, Marx (2013, p. 597) afirma que “quanto mais cresce a força produtiva do trabalho, tanto mais se pode reduzir a jornada de trabalho, e, quanto mais se reduz a jornada de trabalho, tanto mais pode crescer a intensidade do trabalho [...]”. Como é possível constatar, parece-nos que esta tese se comprova cada vez mais nos dias atuais. Por isso que a compreensão de que a luta pela redução da jornada de trabalho deve estar casada com a luta contra o capital é acertada.

Ora, a partir dessa caracterização do que se compreende por precariedade e intensidade, penso que podemos nos apropriando dessa reflexão, realizar uma analogia acerca da condição de trabalhador dos bancários. De início, podemos apontar algumas questões importantes: (a) seja na definição de Standing, seja na de Braga ou na de Alves, os bancários estariam tangenciados com suas noções de precarizados e (b) que com o aumento da tecnologia, há certa elevação da produtividade do trabalho bancário, todavia, com um aumento maior de engajamento, com qualidades maiores, num período idêntico ao anterior, isso acarreta uma intensificação de sua condição de trabalho.



### *3.2.1.2 Trabalho precarizado e intensificado diante do avanço tecnológico no setor bancário a partir da década de 1990*

Standing (2013, p. 40) lembra que “o mundo digitalizado não tem respeito pela contemplação ou reflexão [...]”. Quando analisamos o atual quadro conjuntural da força de trabalho mais avançada, isto é, que apresentou nas últimas décadas um forte incremento tecnológico, nos deparamos com uma realidade muito próxima do que Standing chama de precarização. É, sem dúvida, um fato que o processo de intensificação da sujeição e a captura da intersubjetividade dos trabalhadores, como os bancários, se inserem também nisso. A não reflexão e não contemplação são anulações perigosas, pois atomizam mais e mais os sujeitos sociais, os coisificando de uma forma nunca vista. É um processo que reduz a vida do trabalhador (ALVES, 2013) ou do homem-que-trabalha, atacando o próprio ser genérico homem (ALVES, 2014).

É curioso perceber que ao mesmo tempo em que se alavancam mais ainda métodos modernos de gerenciamento e softwares cada vez mais vanguardistas, temos a sensação de uma redução perigosa da vida humana a um aparato material que o conduz a uma coisificação contemporânea. E justamente o setor bancário se constituiu como vanguarda de tecnologia. Para termos uma ideia disso, a tecnologia usada no setor bancário brasileiro é referência mundial, às vezes bem mais avançada do que daquela encontrada em países da União Europeia, como a Espanha.

O incremento tecnológico nos bancos brasileiros, considerados como de ponta, vai está inserida na própria tentativa de reconfiguração da organização de funcionamentos das agências, onde “[...] a reconfiguração organizacional resultava na redução de níveis hierárquicos e no rearranjo de cargos e funções, com a ampliação da área comercial”. (FONTES, MACEDO e SANCHES, 2013, p. 41), e com utilização dos cargos e funções para outros fins mais ligadas a ampliação do tempo de trabalho.

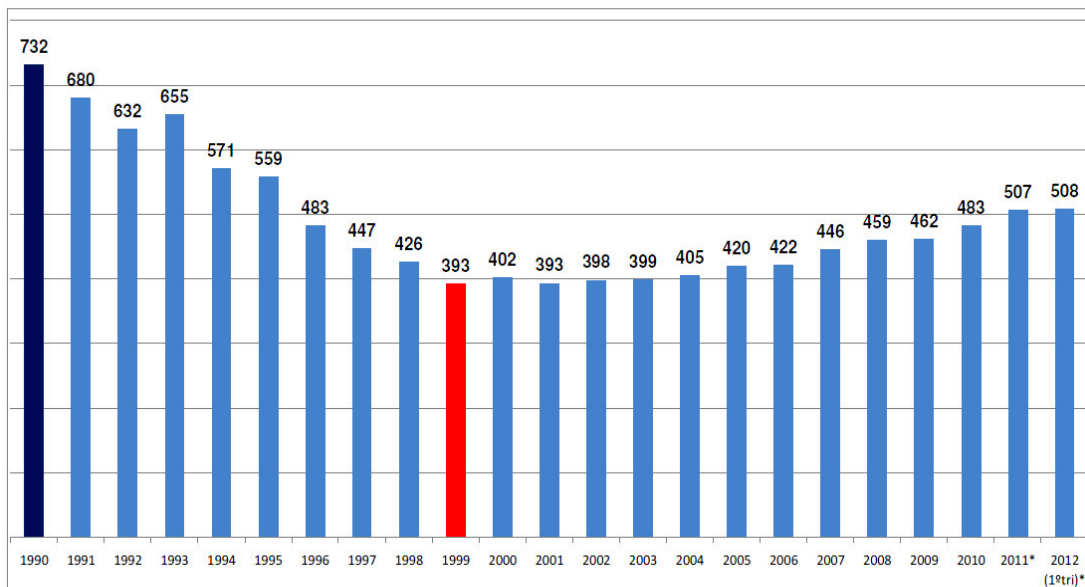
Em um longo, mais importante relato, o sindicato dos bancários de São Paulo descreve um pouco este processo. Segundo esta entidade,

[...] a tecnologia de ponta empregada pelo sistema financeiro permitia a reorganização do processo de trabalho e a multiplicação dos produtos

oferecidos. Com o apoio da telemática, desativaram-se os grandes centros de processamento de dados, de serviço e de compensação de cheques, que reuniam numerosos contingentes de assalariados. Simultaneamente, os centros administrativos concentravam mais bancários e assumiam mais tarefas vitais ao funcionamento das instituições financeiras. Delineava-se, assim, o esvaziamento do atendimento realizado nas agências bancárias e o fortalecimento do atendimento eletrônico, por meio de centrais telefônicas, terminais de autoatendimento, internet e sistema *homebanking*. Paralelamente à troca do tipo de atendimento, ocorria a progressiva substituição do papel-dinheiro pelo cartão magnético. (FONTES, MACEDO e SANCHES, 2013, p. 40)

Aznar (1995, p. 36) corretamente analisa que o avanço tecnológico em algumas áreas, como o setor bancário, vai impactar profundamente naquela força de trabalho. O referido autor faz o questionamento de “como imaginar que o cartão bancário com memória, que faz débitos em nossas contas e credita automaticamente na do comerciante, não reduza progressivamente a legião de bancários [...]”. A prova disso é que quando analisamos o quadro dos bancários na década de 1990, década em que os banqueiros e governos intensificaram a tecnologia no sistema bancário brasileiro, percebemos uma redução drástica. Como se pode observar no gráfico abaixo,

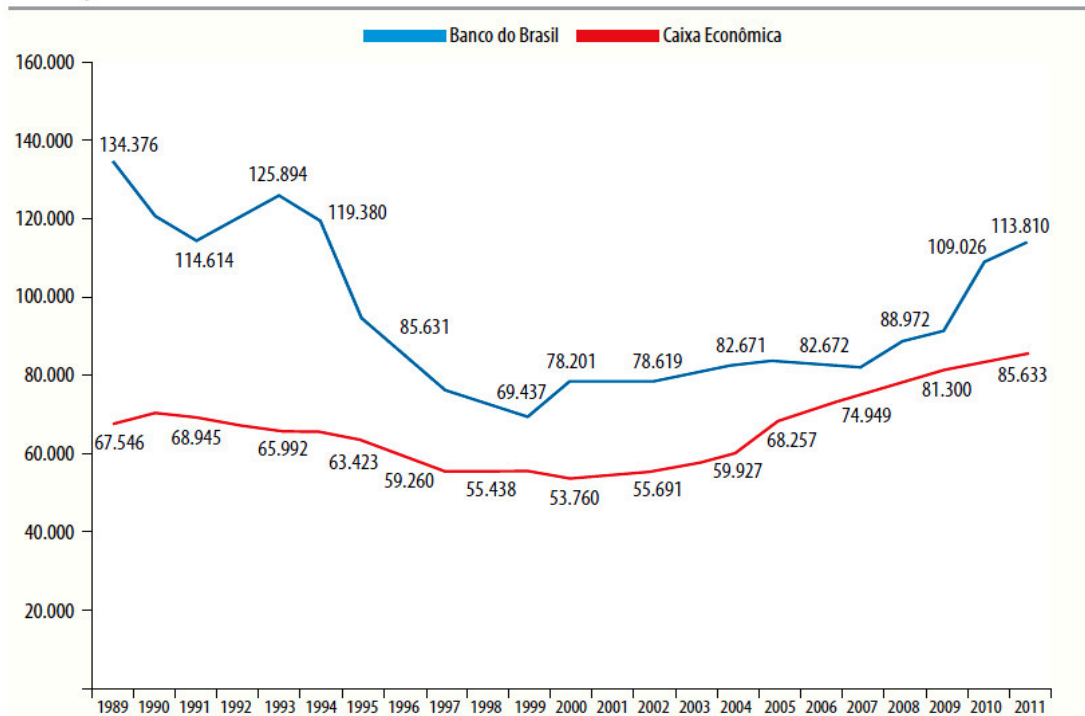
Gráfico 01 – Evolução do estoque de emprego bancário no Brasil – 1990 a 2012



Fonte: FONTES, MACEDO e SANCHES. 90 anos fortalecendo a democracia. Bancários de São Paulo 1923-2013. Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região. São Paulo. 2013.

Quando analisamos a tabela que trata exclusivamente dos bancários do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, verificamos algo parecido com o gráfico acima.

Gráfico 02 – Evolução do emprego no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal – 1989-2011



Fonte: Demonstração Financeiras do Banco do Brasil. Elaboração: DIEESE – Subseção SESE/Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região

O mesmo Aznar (1995), entretanto, ao constatar corretamente esta drástica diminuição na realidade europeia, algo que ocorrera aqui também, como o gráfico acima demonstra, apresenta um testamento apocalíptico. Vejamos.

Tomemos o exemplo dos bancos, que estão condenados a tornar-se a “siderurgia do amanhã”, como escrevia com intuição Michel Godet, há muito tempo. É evidente que em breve ninguém irá mais ao banco para retirar dinheiro ou para examinar seu extrato, porquanto existem os cartões bancários e o Minitel. A proliferação das agências bancárias em cada esquina, fechadas a metade do tempo, não tem sentido. Pelo contrário, vê-se desenvolver uma relação bancária qualitativa, ligada à consulta de poupança, de planos de aposentadoria, de aplicações, em créditos etc. Estes novos serviços sofisticados constituem a única chance de salvaguardar o emprego desta profissão. Isto supõe bancos abertos mais tempos, especialmente à noite, ao sábado, e mesmo aos domingos, permitindo a cada um para aí se deslocar, fora de seus horários de trabalho. Neste caso, o recurso ao trabalho em equipe parece evidente. (AZNAR, 1995, p. 151)

Entretanto, se for verdade que as máquinas e suas formas mais modernas possíveis assumem papel incomparável, com uma subjetividade cada vez mais interligada a estes avanços, é desprovida de comprovação qualquer forma de sociedade em que os homens deixariam de assumir papel central na condução dessa locomotiva desigual. Um tanto carregado do fetiche tecnológico, o que acaba sendo uma característica dos teóricos do tempo livre (algo que trataremos no próximo capítulo), este autor apresenta algumas questões interessantes que exigem algumas considerações.

É bem verdade que a força de trabalho tem diminuído bastante na Europa, todavia, cabe observar que “[...] os fluxos de capitais permite que em determinados países haja uma redução da participação do trabalho vivo dentro [...] ao mesmo tempo em que em outros países a utilização da força de trabalho aumenta [...]” (AMORIM, 2013. p. 504). Algo que tratamos ao analisar a crise do capitalismo da década de 1970.

Um dos grandes problemas hoje enfrentados pelos bancários é justamente o número diminutivo de força de trabalho nas agências, o que acarreta vários problemas que tentaremos apresentar mais adiante. E a receita que o Aznar apresenta para preservar esta força de trabalho é enganosa, pois a ampliação do tempo de funcionamento à noite e aos sábados pode, na verdade, perpetuar o prolongamento da jornada oficial de trabalho<sup>63</sup>. Logo, para *salvar* os bancários de sua eminente *extinção*, em vez de defender a redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, proposta inclusive que Aznar considera irreal, o mesmo defende a ampliação do horário e dos dias de funcionamento dos bancos.

Sabemos, que “[...] as novas tecnologias possibilitaram a transferência para o *trabalho morto (máquinas)* de parte significativa da capacidade intelectual do trabalhador (*máquinas inteligentes*) [...]” (SEGNINI, 1998, p. 52). E esta transferência não anula a presença do bancário, mas o remodela, fazendo com que este hoje tenha de se responsabilizar por mais tarefas do que antes. O mito sobre o avanço tecnológico ser o libertador do homem do *reino da necessidade* apenas tem reforçado nos bancários o caráter ideológico deste reino que os adoecem cada vez mais, e que o tem escravizado mais num processo intensificador e precarizante.

---

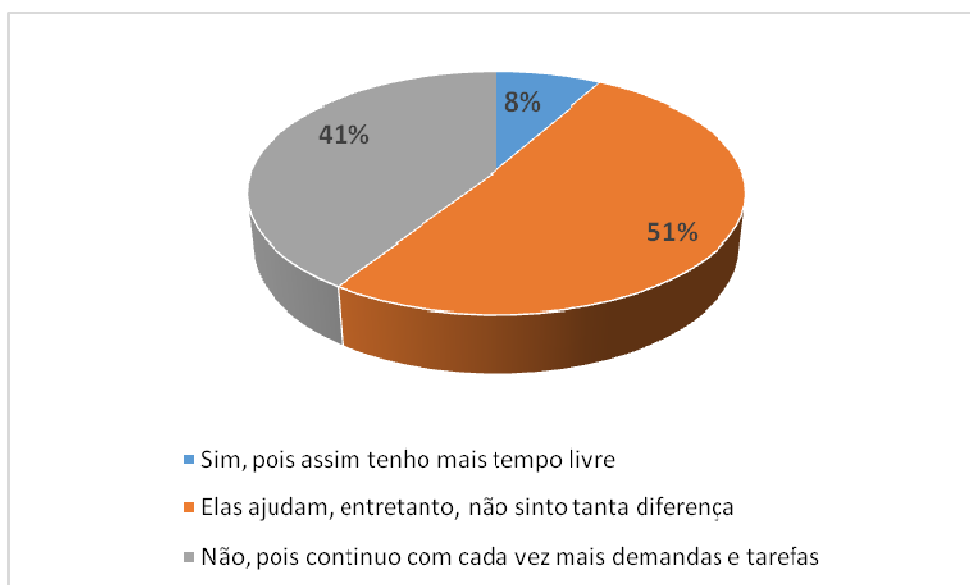
<sup>63</sup> De acordo com o diretor Eloy Natan, este debate sobre o horário de funcionamento dos bancos é algo presente na categoria, pois o mesmo reconhece que para boa parte da população, principalmente a trabalhadora, os horários são incompatíveis com suas realidades. Entretanto, isso deve ser debatido não a partir dos interesses dos patrões, mas a partir do debate da categoria e a sociedade, para que no fim, não ocorra mais intensificação e precarização dos bancários. Entrevista realizada em 20 de jan de 2015, na sede do SEEB-MA, rua do Sol, Centro. São Luís-MA.

É com esta compreensão e por lidar com isso cotidianamente, seja como bancário, seja como dirigente sindical, que o presidente do Sindicato dos Bancários do Maranhão, Zé Maria, afirma que

[...] a automação não reduziu a necessidade da força humana. Tem-se aumentado o número de bancarização (aumento de pessoas que necessitam dos serviços bancários). Embora esta automação e informatização tenham sido implantados muito eficientes, isso de forma nenhuma tem sido um instrumento de redução da necessidade de bancários. O que acontece é que os bancos tem deixado estrangular sua capacidade, não tem contratado funcionários na mesma quantidade do crescimento de sua base de clientes, e tem tentado justificar o nível de tercerização com a abertura de caixas eletrônicos, correspondente bancários, que executam os trabalhos específicos de uns bancários, mas que são desprovidos de uma série de direitos, assim como de segurança. Sem os benefícios sociais<sup>64</sup>

Este quadro apresentado por este dirigente sindical encontra respaldo na percepção em que cada bancário tem do seu local de trabalho. Questionados se *consideram que as novas tecnologias introduzidas nos bancos permitiam que os mesmos desfrutassem de mais tempo livre dentro das agências*, as respostas foram as seguintes, de acordo com o gráfico abaixo.

Gráfico 03 – Você considera que as novas tecnologias introduzidas nos bancos permitem você desfrutar de mais tempo livre dentro das agências?



Fonte: Questionário aplicado nas entrevistas com bancários.

<sup>64</sup> Entrevista realizada na sede do SEEB-MA, localizada na Rua do Sol, Centro, em 12 de out de 2014, com o diretor do SEEB-MA, Enock Bezerra.

Pelo resultado acima, podemos fazer algumas conclusões preliminares. A primeira é que a maioria absoluta não considera que as novas tecnologias permitem uma ampliação do tempo liberado, ou seja, ela não atenua o trabalho. 51% dos bancários entrevistados consideram que continuam trabalhando da mesma forma, logo, eles não diminuiram suas tarefas. E 41% apontam que têm trabalhado mais ainda, isto é, com uma carga de demandas e responsabilidades maiores ainda.

Logicamente, que aqui não se está defendendo o retorno às formas rudimentares de trabalho, entretanto, considerando que a tecnologia é sim um avanço significativo, todavia, ele não é redentor e nem é algo que desligado da crítica ao metabolismo do capital, vai trazer benesses profundas a classe trabalhadora.

Sabemos que o espaço de trabalho hoje, com o avanço tecnológico, tem ultrapassado os limites físicos. O trabalhador bancário, em muitos casos, permanece interligado ao trabalho, ou devido às preocupações inerentes das atividades a serem cumpridas ou desenvolvidas, ou através de constante aperfeiçoamento, ou até mesmo na esfera sindical, já que mesmo no âmbito do sindicato, o trabalhador continua ligado ao seu espaço de trabalho. Justamente por isso, que concordamos com a tese de que a subjetividade do bancário continua sendo controlada, direta ou indiretamente, mesmo fora da sua jornada oficial de trabalho.

O ambiente atual dos bancos também contribui para a intensificação do trabalho. Há uma intensidade que afeta diretamente a força de trabalho, que é submetido a metas cada vez mais ostensivas. Rosso lembra que tanto o trabalho material quanto o imaterial faz uso da faculdade intelectual, inclusive situa os bancários como uma dessas categorias que é mais exigido. (ROSSO, 2008). Com o avanço tecnológico, esta faculdade tem sido expropriada de forma ostensiva. O diretor do sindicato, Enock Bezerra, bancário da Caixa Econômica Federal há 25 anos, quando reflete a relação entre tecnologia e trabalho, afirma que

Com a automação dos bancos, ocorreu uma intensificação do trabalho. A produtividade aumentou muito gerando sobrecarga de trabalho principalmente nas unidades fins das empresas, pois apesar do aumento de funcionários, ocorreu aumento de agências e a CEF absolveu uma série de novas demandas e atividades que tem sobrecarregado muito. Gerando intensificação e adoecimento.<sup>65</sup>

---

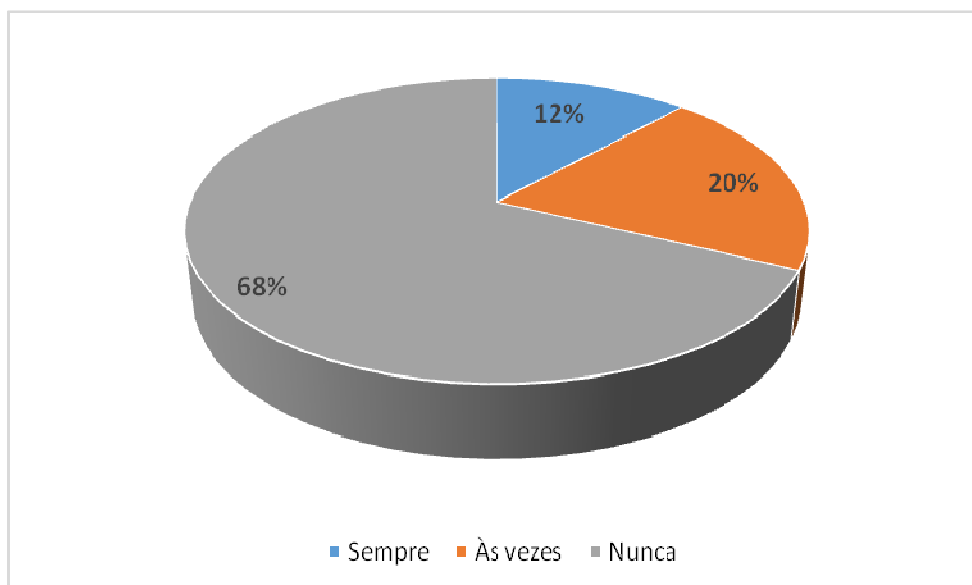
<sup>65</sup> Entrevista realizada na sede do SEEB-MA, localizada na Rua do Sol, Centro, em 12 de out de 2014, com o diretor Enock Bezerra.

Rosso (2008), por exemplo, vai também defender que ocorrera uma intensificação diante das novas demandas que cada bancário assume. O referido autor vai afirmar que:

[...] a intensidade é, portanto, mais que esforço físico, pois envolve todas as capacidades do trabalhador, sejam as de seu corpo, a acuidade de sua mente, a efetividade despendida ou os saberes adquiridos através do tempo ou transmitidos pelo processo de socialização. Além do envolvimento pessoal, o trabalhador faz uso de relações estabelecidas com outros sujeitos trabalhadores sem as quais o trabalho se tornaria inviável [...] (ROSSO, 2008, p. 21)

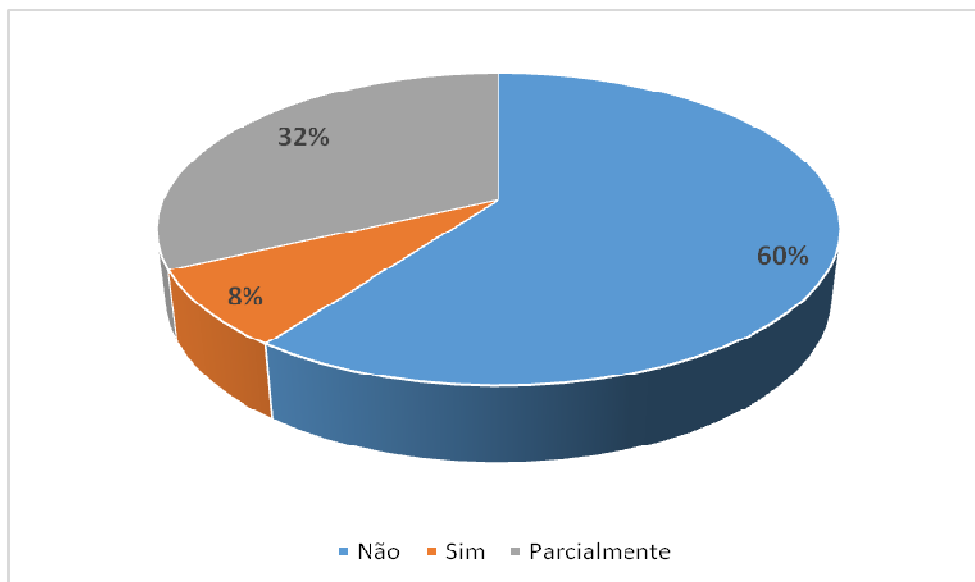
Então, o avanço tecnológico trouxe novas demandas aos bancários, os tornando cada vez mais trabalhadores polivalentes, advindos da própria automação do trabalho. (NETO, 2013). Esta polivalência ou multitarefeiros é um efeito nocivo ao bancário, e que atrelado às metas estabelecidas pelos bancos, se constituem como verdadeiros venenos a estes trabalhadores. Ao refletir, precisamente, sobre as metas, é interessante observar os gráficos abaixo.

Gráfico 04 – As metas estabelecidas nos bancos são discutidas pelos funcionários?



Fonte: Questionário aplicado nas entrevistas com bancários.

Gráfico 05 -- As metas estabelecidas são consideradas por vocês realistas?



Fonte: Questionário aplicado nas entrevistas com bancários.

É perceptível ao analisar estes dois gráficos que as metas são frutos do processo de expropriação cada vez maior do tempo de trabalho dos bancários, e da busca de lucros cada vez mais exorbitantes. Como não seria de se estranhar, cerca de 68% dos bancários afirmam que estas metas não são discutidas com seus funcionários, o que em tese contraria o discurso toyotista de participação dos trabalhadores nas diversas decisões da empresa. Certamente, algo tão caro a um banco, não poderia ser democraticamente posto em debate.

Outra informação que extraímos desses gráficos é a porcentagem daqueles que consideram as metas estabelecidas pelos bancos de irrealistas, na casa dos 60%. Ainda cabe mencionar que 32% dos bancários consideram tais metas parcialmente realistas, isto é, não totalmente, e apenas 8% consideram que as metas apresentadas estão dentro daquilo que cabe a um bancário realizar.

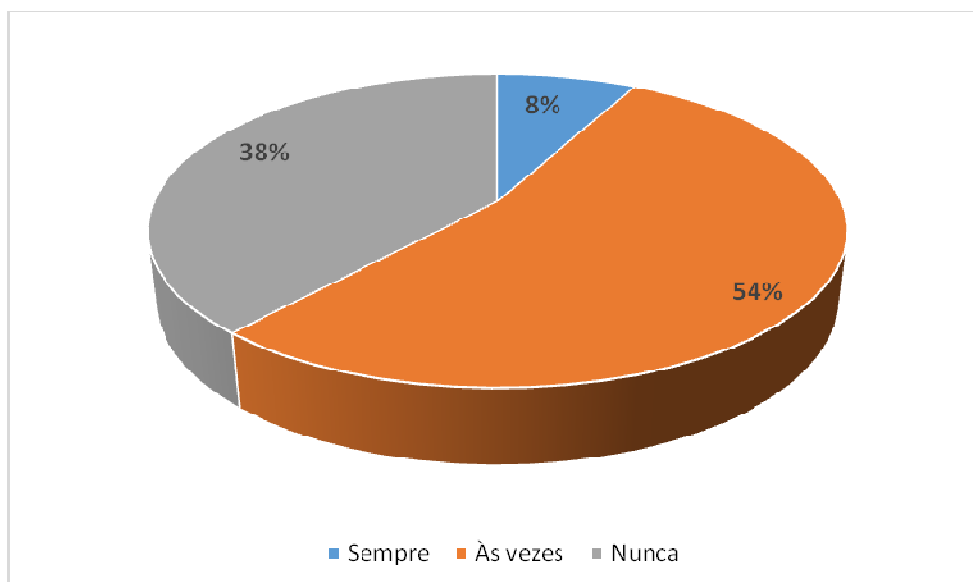
O cumprimento das metas cada vez mais irrealistas, ao mesmo tempo em que levam os bancos a lucrarem absurdamente, conduz a uma pressão que se dá tanto por parte dos seus superiores quanto por necessidades profissionais e salariais. Para termos uma compreensão dos lucros dos bancos, basta olharmos o balanço do primeiro semestre de 2014 dos bancos, onde o Itaú lucrou R\$ 9,3 bilhões, o Bradesco R\$ 7,2 bilhões, o Banco do Brasil R\$ 5,5 bilhões e o Santander R\$ 2,9 bilhões.



Estas metas, como não são discutidas democraticamente, vêm de cima para baixo, e, certamente, vários mecanismos são usados para o *engajamento* desses funcionários. Já tratamos nesta pesquisa do caráter ideológico do toyotismo e de sua capacidade gerencial de captura cada vez mais da subjetividade dos trabalhadores, neste caso, dos bancários. Entretanto, paralelo ao discurso ideológico, há também a pressão dos superiores, que, por sua vez, recebem pressão de seus superiores para que determinadas metas irrealistas sejam cumpridas.

Como podemos observar abaixo, o seguinte gráfico sintetiza a realidade em que se encontram os bancários diante seus superiores.

Gráfico 06 – Você é ameaçado (veladamente ou não) de descomissionamento ou de impedimento de ascensão pelo não cumprimento das metas?



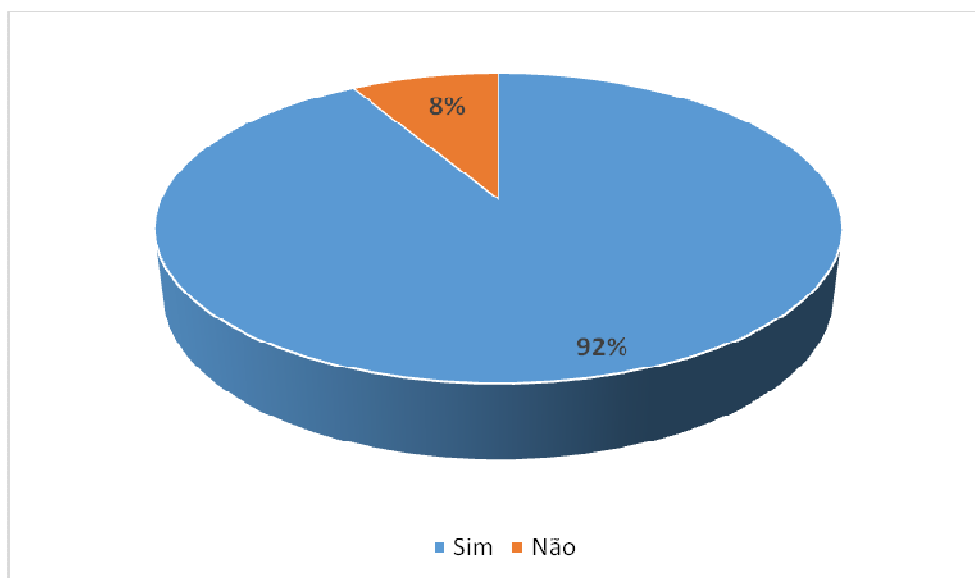
Fonte: Questionário aplicado nas entrevistas com bancários.

Como é possível observar nas informações acima, mais da metade dos bancários entrevistados afirmam que em algum momento já sofreram alguma ameaça. Levando em consideração aqueles que afirmam que estas ameaças são constantes e cotidianas, chegamos a praticamente 1/3 dos bancários assediados.

A engrenagem dos bancos tem sido intensificada. Com agências cada vez mais modernas, com incrementos de softwares especializados em determinadas necessidades, de olho sempre aberto ao mercado consumidor, as responsabilidades decaem cada vez mais nas costas de um número de bancários que não avança proporcionalmente. Tem ocorrido aumento da bancarização, de agências, mas sempre com um quadro reduzido de funcionários. E,

sobretudo, as tarefas e obrigações se tornam fardos. O gráfico abaixo pode nos situar melhor sobre esta realidade.

Gráfico 07 – Você considera que durante os últimos anos as obrigações, tarefas e atividades dentro dos bancos têm aumentado?



Fonte: Questionário aplicado nas entrevistas com bancários.

Para uma esmagadora maioria de bancários, o que assistimos nos últimos anos; períodos de aumento de tecnologia nos bancos, de automação sistemática, de ampliação da rede bancária pelo território nacional, inclusive em São Luís do Maranhão; foi um aumento absurdo de tarefas e obrigações, que estão dentro do perfil de bancário, multitarefa e polivalente, que a ideologia orgânica atual do capital necessita.

### *3.2.1.3 Tempo de trabalho bancário e redução do homem que trabalha às formas mais reduzidas de vida*

Um das principais bandeiras do movimento sindical bancário no início do século XX, precisamente no seu nascedouro, era a luta contra as condições degradantes de trabalho. Naquele contexto, além das jornadas de trabalho estafantes, com horários até no sábado, havia um problema espacial, isto é, os locais eram carregados de problemas de insalubridade e periculosidade. O adoecimento era constante, o que acarretava demandas maiores aos que

permaneciam, o que gerava problemas futuros a estes bancários. Hoje, em pleno século XXI, superou-se, em parte, os problemas relacionados à insalubridade, entretanto, os problemas relacionados a periculosidades e de esgotamento são cada vez mais intensificados.

Uma caracterização crucial do trabalhador bancário é que o mesmo lida com a pressão tanto por parte de seus superiores quanto do público, seja pessoa física ou jurídica. E estão submersos a um controle que associa sutileza com coerção. Há uma responsabilidade hiperbolizada sobre tais trabalhadores, o que sem dúvida, traz consequências à sua vida. Estes trabalhadores

[...] estão em interação com as determinações econômicas sobre a vida das pessoas ou empresas que atendem. Isso sem dizer sobre sistemas de classificação que os bancos internamente mantêm, normas e regulamentações financeiras nacionais, sistemas e dispositivos comunicacionais de base microeletrônica, determinações sobre metas de vendas e operações sobre produtos financeiros, formas específicas de conduta e atendimento, postura e asseio pessoal determinados. Sua venda assim se torna outra, apesar do termo ‘venda’. (SELEGRIN, 2013, p. 62)

Já caracterizamos nesta pesquisa de que forma a fração financeira do capital assumiu um papel importante no mundo burguês. E isso, sem dúvida, coloca a força de trabalho que lida com estas operações num turbilhão cada vez mais acentuado. Justamente por isso, “[...] a cobrança exercida sobre a força de trabalho que labuta no ramo de bancos e finanças é também enorme [...]”. (ROSSO, 2008, p. 150). As metas, por exemplo, de acordo com os dados apresentados junto aos bancários, são consideradas abusivas (irrealistas e antidemocráticas), o que sem dúvida acarreta vários problemas, inclusive de saúde. De acordo com entrevista realizada junto ao SEEB-MA, este constatou que

[...] todos os bancos públicos sucumbiram a lógica de lucro a qualquer custo, e isto termina por esquecer que tem que oferecer condição de trabalho ideais, assim como contingente ideal de funcionários a sua agências. a gente tem acompanhado. No ano de 2013, os 6 maiores bancos, tiveram o lucro líquido de 56 bilhões de reais. Só no primeiro semestre de 2014, um lucro de 28 bilhões, sendo que todos os bancos reduziram o seu quadro de funcionários. Quer dizer, cada bancário, mais explorado, mais assediado, com mais adoecimento físico e psicológico, o que acarreta no afastamento desses bancários e absorção dos trabalhos do bancário doente pelos outros que permanecem.<sup>66</sup>

---

<sup>66</sup> Entrevista realizada com dirigente sindical do SEEB-MA em 23 de Nov de 2014

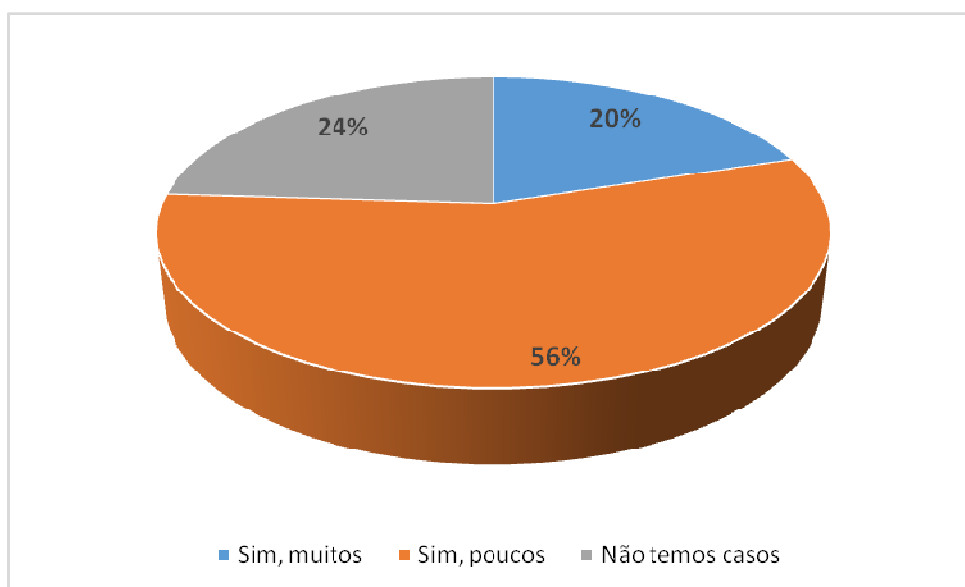
Rosso nos lembra de que “[...] como a pressão por resultados cada vez maiores se generaliza no mundo das finanças, a carga de trabalho aumenta sobre os ombros dos empregados [...]”. E a resposta por parte do governo sempre está aquém do exigido. Na última greve dos bancários, em 2014, os grevistas exigiam por parte do governo Dilma mais concursos para suprir as demandas das agências. O acordo firmado entre governo e os bancários foi da contratação de 2.000 trabalhadores, que estariam distribuídos entre o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Levando em consideração que o Banco do Brasil tem mais de 5.000 agências e a Caixa mais de 4.000 agências, no fim das contas, não teremos nem um bancário contratado por agência. Por isso mesmo, de acordo com a pesquisa realizada por Rosso “[...] entre todos os ramos de atividade pesquisada, bancos e finanças aparecem em primeiro lugar com relação à intensificação do trabalho [...]”. (2008, p. 150).

Este quadro acaba acarretando diversos problemas, como bem lembra o Sindicato dos Bancários de Guarulhos e Região, que refletindo a realidade dos bancários, faz uma lista onde constam: (1) pressão das chefias e clientes; (2) horas extras frequentes; (3) prolongamento da jornada de trabalho de 6 horas diárias; (4) ausência de pausas de trabalho; (5) tarefas repetitivas; (6) competição entre os colegas; (7) falta de perspectiva de ascensão; (8) falta de reconhecimento no trabalho desenvolvido; (8) número insuficiente de funcionários; (9) medo permanente de demissão; (10) risco de sequestro e assalto aos bancos; (11) convivência diária diante das ameaças a sua integridade física e à sua vida. (BAGNET, 2014)

Considerando alguns pontos (sem desprezar os demais) podemos refletir que o controle do tempo, com a escassez de mão de obra devido à política de enxugamento da força de trabalho, acarreta problemas graves ao bancário. O controle intensificador-diluído tem causado um aprofundamento do adoecimento bancário. De acordo com o SEEB-MA, “uma das categorias que mais adoecem no Brasil é a bancária. Doenças como LER/DORT, depressão, transtorno bipolar e síndrome do pânico são mais comuns. Quando o empregado não é vítima, o colega ao lado pode ser, e a falta de apoio agrava a situação”. (Jornal SEEB-MA, 2013).

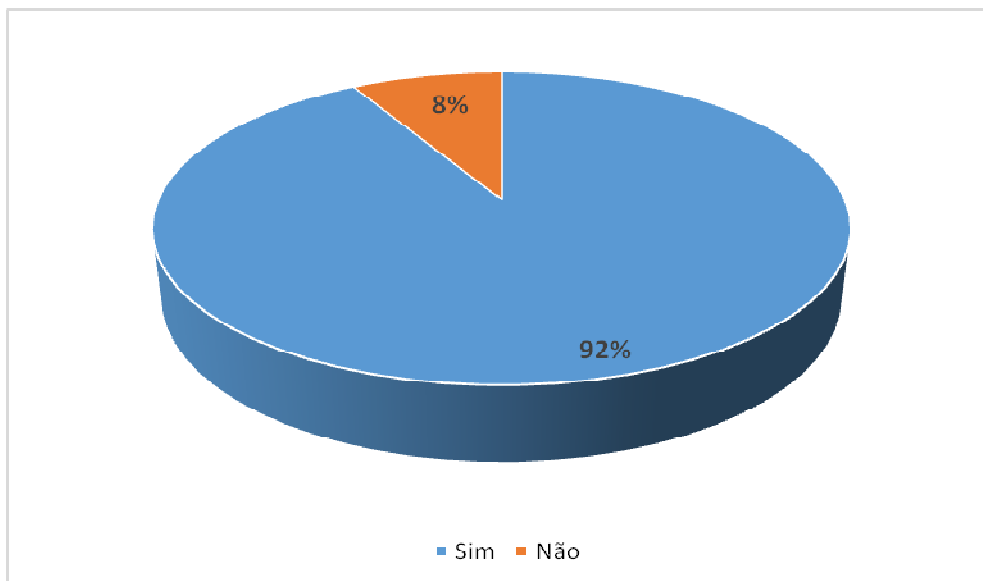
Partimos do entendimento de que muitos dos problemas de saúde dos trabalhadores possuem relação direta com a sua atividade funcional. E, em tempos de intensificação e precarização do trabalho, os casos de doenças aumentaram proporcionalmente. Doenças como LER/DORT, depressão, síndromes de pânico, fobias, gastrite, dentre outras, são sintomas de uma força de trabalho cada vez mais doente. Observemos os gráficos abaixo.

Gráfico 08 – Na sua agência, funcionários já foram afastados por LER/DORT nos últimos anos?



Fonte: Questionário aplicado nas entrevistas com bancários.

Gráfico 09 – Em relação aos funcionários de sua agência, nos últimos três anos, ocorreram casos de diagnóstico com sintomas de estresses, tais como *tremores, nervosismo, falta de apetite, cansaço crônico, problemas estomacais, desânimo, fobias ou tristeza permanente*?



Fonte: Questionário aplicado nas entrevistas com bancários.

Com a mesma constatação, o Sindicato dos Bancários de Guarulhos e Região, quando tratam da relação trabalho e saúde, apontam que “o estresse e a tensão já se tornaram elementos do cotidiano do trabalho [...]”, e que o agravamento desse quadro pode “[...] evoluir e até trazer perda ou redução da capacidade para o trabalho”. (BANGNET, 2014). Esta realidade, de acordo com o mesmo sindicato, aponta para as seguintes realidades: *perda de apetite; distúrbios de sono; contaminação involuntária do tempo de lazer*, pois os bancários acabam por não conseguir “desligar-se”, como o sindicato afirma, de suas tarefas.

Como se percebe, muitos dos problemas e desafios nacionais são os mesmos da realidade local dos bancários, e a campanha salarial de 2014 comprova isso. Na campanha salarial deflagrada em setembro último, dentre os 5 pontos apresentado na pauta geral, estava a necessidade de contratação de mais bancários. Esta pauta reflete o processo contraditório em que os bancos públicos atravessam, com o avanço de tecnologia de ponta, o que não acarreta menos trabalho aos bancários, e nem diminui os péssimos serviços muitas vezes oferecidos aos clientes. Quanto se analisa as pautas específicas, esta realidade apenas é reforçada. (SEEB-MA, 2014)

Na pauta específica dos trabalhadores da CEF, podemos observar que consta a necessidade de (1) contratação de mais empregados, na marca de 140 mil até o final de 2015 em todo território nacional; (2) abertura de novas agências; (3) número mínimo de 20 empregados por agência, algo que hoje em algumas é bem inferior e (4) respeito à Jornada de Trabalho, algo que tem sido constantemente desrespeitado. (SEEB-MA, 2014)

Rosso (2008) prossegue na sua pesquisa a partir dos bancários de Brasília para especificar as formas de intensificação do trabalho bancário. Entre estas formas, destacam-se: (a) *Polivalência, versatilidade e flexibilidade*; (b) *Gestão por resultados*; (c) *Ritmo e velocidade*; (d) *Acúmulo de atividades* e (e) *Horas de trabalho*. Sobre o ponto (a), Rosso lembra que a exigência por autonomia era algo presente no discurso de várias lideranças, sejam sindicais e estudantis, e que o patronato dará a resposta a suas exigências a partir de sua ótica. Selegrin (2013: 61), vai ressaltar, entretanto, que os bancários “[...] cotidianamente vivenciam seu ‘trabalho’ de maneira rotinizada, apesar dos atributos de polivalência e flexibilidade, exigidos num ambiente de alta competição”.

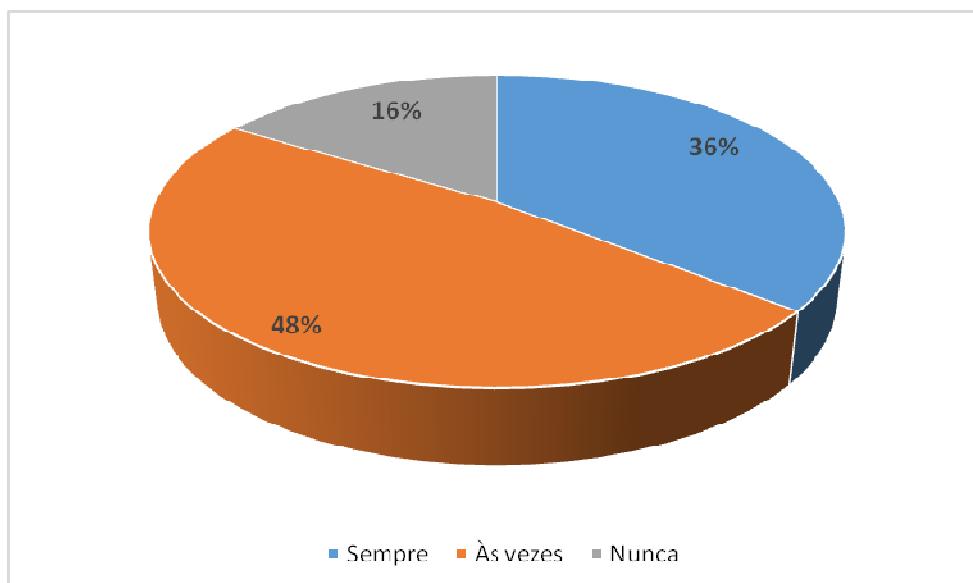
Hoje, exigem-se bancários mais e mais polivalentes, capazes de realizar várias atividades ao mesmo tempo, com versatilidade para qualquer situação e flexibilidade para adaptação. Sobre o ponto (b),

[..] a gestão por objetivo envolve, além do estabelecimento das metas, o emprego de meios para atingi-las, a avaliação dos resultados obtidos, as medidas de correção dos erros de contradições as empresas vêm procurando realizar uma mobilização do sujeito. (2008, p. 158)

Prosseguindo, Rosso (2008) afirma que sobre o ponto (c), ritmo e velocidade, é uma formulação muito bem adaptada no setor bancário que combina tão bem o moderno com formas tradicionais. Selegrin (2013:61) lembra que os bancários “[...] ficam confinados em grandes agências, postos de atendimentos cubiculares, sentam-se, ou, exaustivamente, ficam em pé por horas, dialogando ou exemplificando situações cuja concreticidade não é garantida de imediato”.

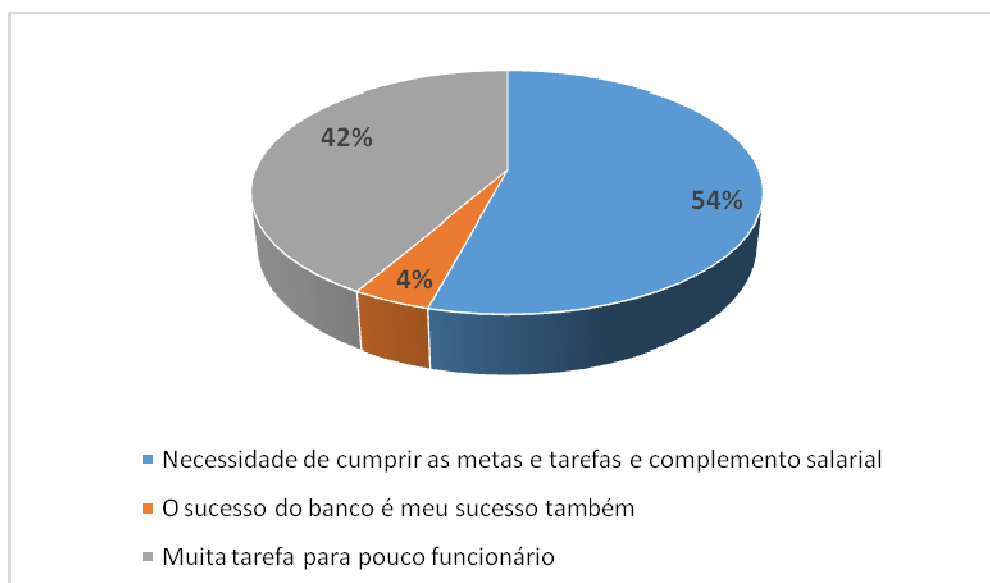
O bancário também acaba por ser um multitarefeiro, logo isso está implicado no ponto (d), onde o acúmulo de atividades tem se tornado uma reclamação constante, assim com o prolongamento da (e) hora de trabalho. Todos estes pontos mais do que nunca alteram a realidade do bancário, seja no seu local de trabalho, seja fora dele. Observemos o resultado do que dizem os bancários de São Luís:

Gráfico 10 – Sua jornada de trabalho é respeitada dentro da agência?



Fonte: Questionário aplicado nas entrevistas com bancários.

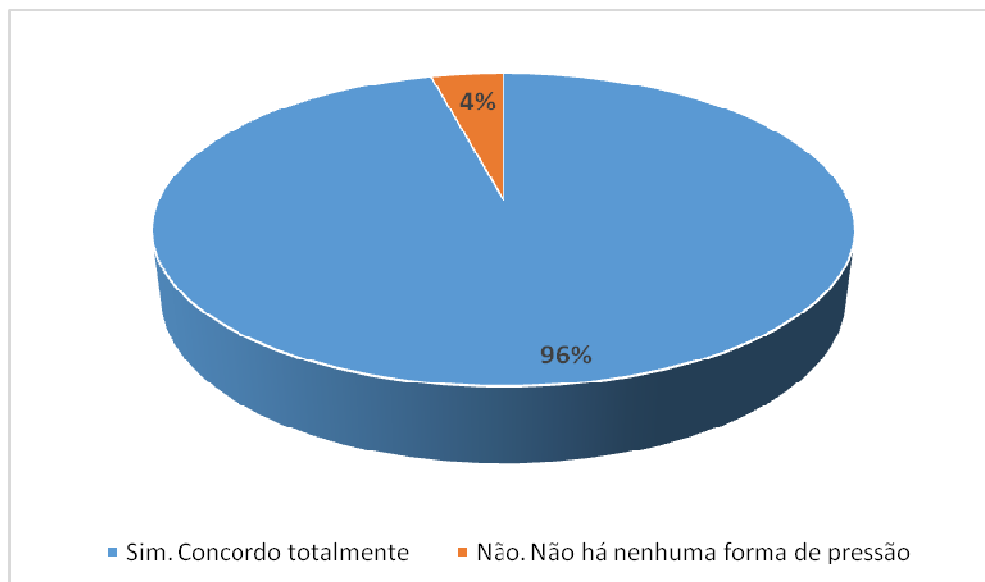
Gráfico 11 – O que leva você ou seus colegas a extrapolar a jornada de trabalho?



Fonte: Questionário aplicado nas entrevistas com bancários.

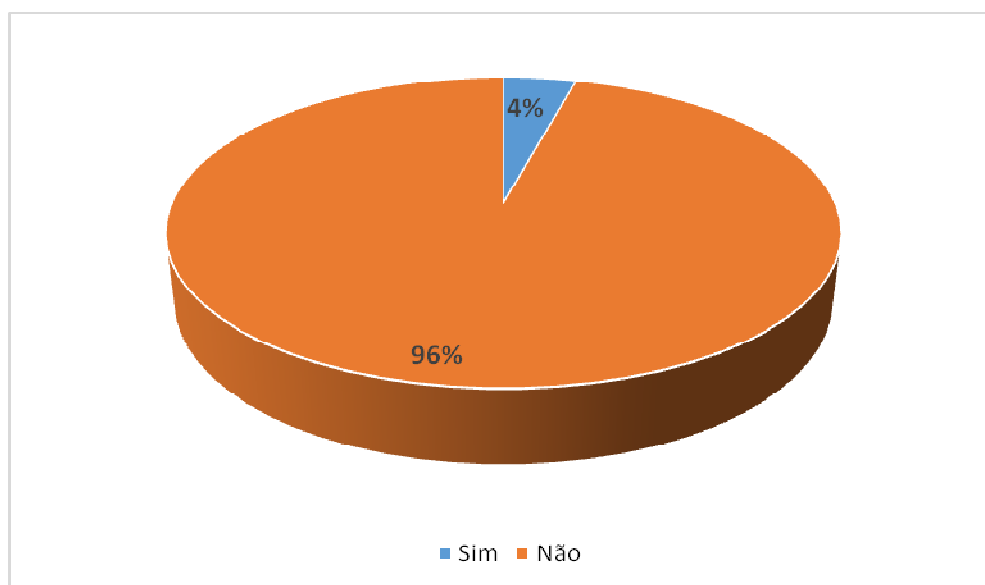


Gráfico 12 – Você considera as metas de produtividade apresentadas pelo banco algo que de alguma forma conduz o trabalhador bancário a trabalhar mais?



Fonte: Questionário aplicado nas entrevistas com bancários.

Gráfico 13 – Você considera o quadro de funcionários em suas agências o ideal para realização das tarefas exigidas?



Fonte: Questionário aplicado nas entrevistas com bancários.

Refletindo sobre estes resultados que apenas 36% trabalham regularmente dentro da jornada estabelecida, o que representa que a maior parte, às vezes ou sempre, extrapola sua jornada. Isso é um indicador preocupante, pois ao mesmo tempo em que tais trabalhadores possuem uma legislação avançada que garante a jornada especial de 6 horas, por diversos motivos, que já trataremos, eles não ficam na agência apenas naquele horário. A hora extra, em vez de exceção, se tornou regra.

Quando procuramos refletir sobre os motivos que conduzem estes bancários a esta realidade de extrapolação da jornada especial, descobrimos que a necessidade de cumprir metas e tarefas e a necessidade de complementação salarial, diante de uma total desestruturação salarial ocorrida nos anos de reestruturação bancária neoliberal, são fatores determinantes, atingindo 54% dos entrevistados. E, mais preocupante ainda, é perceber que a outra quase metade, reconhece que cumpre muitas metas e ultrapassam sua jornada por falta de funcionários. Tanto que quanto questionados se o quadro de bancários é suficiente, a maioria absoluta considera insuficiente.

Ainda sobre a extensão da hora de trabalho, há uma disputa entre os bancários e o governo, que adentra a própria compreensão do artigo 224 da Consolidação das Leis Trabalhistas. O debate central tem relação com aqueles que possuem alguma função gratificada. De acordo com a CLT,

O empregado bancário pode receber gratificação de função pela tarefa realizada (ex: caixa bancário) enquadrado no *caput* do art. 224 da CLT e, também, em decorrência do exercício do cargo de confiança bancária (ex: gerente que exerce função de chefia), caso em que é aplicável o § 2º do art. 224 da CLT. O principal diferencial destas duas situações é a jornada legal de seis horas para o comissionado que não exerce cargo de confiança e de oito horas para o comissionado que efetivamente exerce cargo de confiança. (HIRSCH, 2009, p. 98)

Isso, sem dúvida, acaba por servir como mecanismos de controle ostensivo, conduzindo estes trabalhadores a excederem sua jornada de trabalho de 6 horas. Curiosamente, como lembra Hirsch, chega-se a uma situação em que existem mais chefes que subordinados<sup>67</sup>, o que de acordo com este autor, pode ser uma forma de utilização da

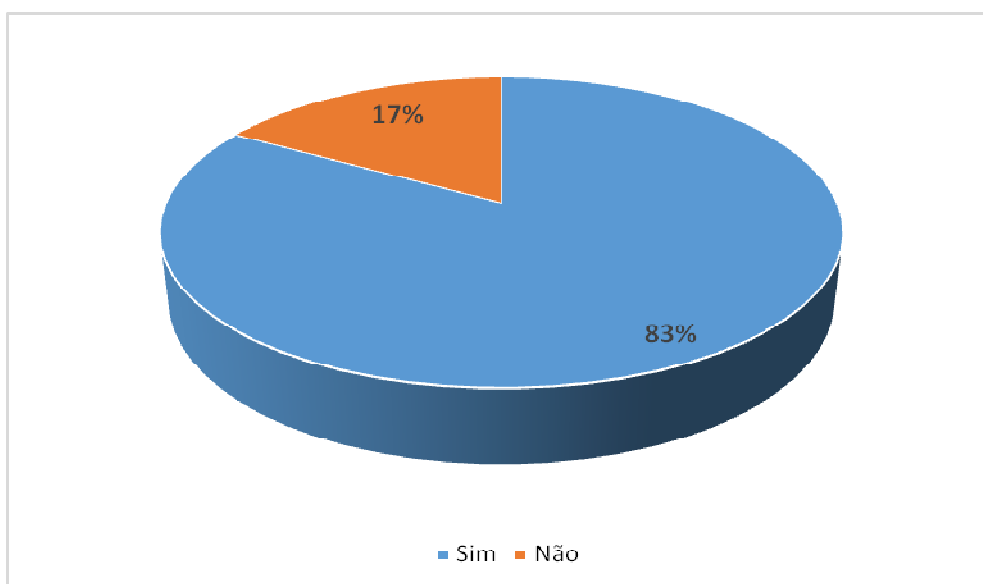
---

<sup>67</sup> Ora, apenas no setor bancário, estranhamente existem mais chefes do que subordinados, ou seja, quase todos são chefes, mas em verdade nenhum bancário sabe efetivamente de quem é chefe, já que inexistem subordinados. Por este motivo, em decorrência da evolução no percentual de trabalhadores bancários enquadrados no § 2º do art. 224 da CLT, torna-se possível supor eventual fraude à legislação trabalhista e ofensa ao *caput* do art. 224 da CLT. (HIRSCH, 2009)

legislação atual para burlar a jornada. O SEEB-MA tem apresentado medidas constantes, inclusive questionando judicialmente o entendimento dos bancos sobre esse assunto.

Outro problema reconhecidamente dos bancários é o constante risco de assalto. Como afirmamos, no decorrer das lutas sindicais, esta categoria conseguiu avançar em muitos aspectos acerca da insalubridade, entretanto, quando analisamos a situação de periculosidade, o quadro é preocupante, ainda mais diante dos avanços das diversas formas de assaltos. Isso, sem dúvida, exerce uma pressão psíquica sobre estes trabalhadores. De acordo com os bancários de São Luís, por exemplo, ao ser indagado sobre isso, e, também, acerca dos riscos de agressão do público, os mesmos responderam dessa forma.

Gráfico 14 – O medo de assalto, agressão física e verbal por parte de algum cliente lhe prejudica?



---

Assim, a única justificativa para os bancos aumentarem o percentual de empregados exercentes do cargo de confiança bancária (§ 2º do art. 224 da CLT) é o intuito de flexibilizar o contrato de trabalho e enfraquecer a categoria bancária, pois, desta forma, o poder de mobilização e reivindicatório do sindicato se reduz drasticamente, já que o risco de o bancário perder sua gratificação é uma sombra que o acompanhará até o seu decênio profissional de trabalhador comissionado. (HIRSCH, 2009, p. 100/01)

Fonte: Questionário aplicado nas entrevistas com bancários.

Este resultado demonstra que os bancos, ao mesmo tempo em que lucram absurdamente, tem deixado a mercê seus trabalhadores, que são vítimas constantes de assaltos, ocasionando fobias do local de trabalho. Além disso, são obrigados a lidar com um público cada vez mais esgotado pelas filas absurdas. Trata-se de um grande relógio que pressiona, os deixando cada vez mais adoecidos e estafados.

#### **4 O MITO DA SOCIEDADE DO TEMPO LIVRE E A IMPLICAÇÃO NO TRABALHADOR BANCÁRIO EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO**

Nós fomos diminuídos e nos degeneramos.  
Paul Lafargue. Direito à Preguiça

Em tudo, portanto, o ser humano não está totalmente traído quando uma parte dele ainda não foi completamente vendida e se alegra consigo próprio.  
Ernest Bloch. Princípio Esperança

O papalagi<sup>68</sup> está sempre insatisfeito com o tempo de que dispõe e se queixa do Grande Espírito que não lhe concedeu o bastante.  
Tuiavii de Tieavea. Indígena das Ilhas Samoa.

O grito sarcástico de Lafargue em seu livreto Direito à Preguiça “trabalhem, trabalhem, proletários, para aumentar a riqueza social e suas misérias individuais, trabalhem,

---

<sup>68</sup> Fonte: DE MASI, Domenico. Ócio Criativo. Sextante. Rio de Janeiro. 2001.

trabalhem para que, tornando-se mais pobres, tenham mais razões para trabalhar e para ser miseráveis”. (2003, p. 35-36) é um som sinalizador das condições em que os trabalhadores são submetidos, não só anteriormente, mas nos dias atuais, numa combinação entre as velhas e novas formas de subjunção.

Cardoso (2009, p.39) lembra que “[...] Lafargue fala sobre a paixão pelo trabalho diante da observação de que os próprios trabalhadores estavam dominados pelo vício do trabalho e que nada iria convencê-los a abandoná-lo”. Na mesma linha de raciocínio, Marx (2008, p. 80), décadas antes, alertava que “[...] quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio [...]”.

Quando analisamos o processo de toyotização do trabalho no mundo e as implicações desse processo no setor bancário é perceptível que o eficaz procedimento ideológico de captura da intersubjetividade, tornando estes trabalhadores tanto peão quanto capataz, causa uma profunda perplexidade. Navegar por estes rios turbulentos exige rejeição de si próprio, de uma forma mais ampliada ainda, já que nos dias atuais, a dominação do capital se amplia sobre toda esfera da vida humana, não mais apenas no espaço de trabalho.

Esta turbulência exige obediência ao trajeto do rio, logo, os meandros que o curso cria não deve jamais ser *locus* de descontinuidade do trajeto, mas apenas reforçamento, com sua canalização social totalmente inserida no mantra do mundo do capital. Justamente por isso que cada vez mais aqueles trabalhadores que não se inserem dentro dessa lógica de mecanização ideológica, são descartados, enquanto os que conseguem trafegar pelo rio da formatação tranquilamente são premiados com estafa, exaustão e diversas outras doenças. É uma avenida de mão dupla. Os selos de produtividade são no fundo a prova cabal da vitória do capital sobre a consciência do trabalhador.

É bem verdade que as implicações do mundo objetivo, com suas estruturas e superestruturas, possuem um peso significativo sobre os rumos que o curso do rio deve seguir, por isso mesmo que alterar o trajeto do rio não ocorre por mera vontade pessoal ou por força de algum heroísmo, mas sim da organização social e política da maior parte da população do mundo que cada vez mais se encontra precarizada e desprovida de existir. A emancipação da consciência dos setores oprimidos, por exemplo, é fruto do enfrentamento, e não de mero convencimento. Esta emancipação é a foz de possibilidades criativas, que não atingirá seu curso final dialético sem antes rompermos com a sociedade do mercado.

Xenofonte alertava que “o trabalho retira todo o tempo e não dá lugar para a república e os amigos”. (*apud* LAFARGUE, 2003, p. 81). O encontrar-se com o outro exige também o encontrar-se consigo mesmo, e isso se torna mais difícil diante de uma fragmentação cada vez mais perversa no seio do trabalhador, que alienado de sua condição de classe, acaba muitas vezes reproduzindo o discurso e as práticas de sua classe que deveria ser reconhecida como antagonista. Este retorno a si é também o retorno dos sujeitos que trabalham à própria humanidade, do ser-genérico humano, desfeita paulatinamente durante décadas de mecanização do capital, que quebrou a unidade essencial, inclusive, entre os homens e suas técnicas, entre os homens e a natureza.

A clareza da capacidade de deformação humana em que os trabalhadores estão submetidos no trabalho alienado não nos deve conduzir a uma perspectiva errada, ou seja, de considerar que apenas na total ruptura com o regime do capital há de se avançar na libertação efetiva do trabalhador. Isso implica dizer que é preciso garantir o máximo de autonomia da força de trabalho da esfera de produção e, taticamente, a bandeira da redução da jornada se constitui chave para este processo. Justamente por isso, como lembra Cardoso (2009), para a perspectiva marxiana e marxista, a luta pela redução da jornada sempre esteve ligada a luta por mais tempo livre/tempo de não trabalho.

Uma etapa importante, ainda que dentro do regime das mercadorias seja a luta incansável pela redução da jornada de trabalho, pois, em conjunto com outras formas de lutas, pode abrir perspectivas de uma emancipação relativa, elevando o nível de consciência e rompendo relativamente com a ideologia dominante. Eugène Tartaret, marceneiro e membro da I Internacional, em um relatório sobre a redução da jornada de trabalho, defendia que “[...] a redução das horas de trabalho tem como objetivo assegurar o desenvolvimento material e intelectual dos trabalhadores, permitindo-lhes o livre exercício de seus direitos civis e políticos”. (MUSTO, 2014, p. 132).

Então, uma questão que se coloca seria: a elevação da consciência de si próprio ou sua emancipação, relativamente, ligada a redução da jornada de trabalho. Todavia, a redução dessa jornada nem sempre possibilita mais tempo livre efetivamente do capital. A libertação do fardo do mundo gerido pelo capital é uma condição *sine qua non* para a libertação da consciência. Em suma,

Uma sociedade cujos membros são emancipados é uma sociedade que possibilita o livre desenvolvimento dos mesmos sem que eles tenham que sacrificar as próprias vidas em função de interesses que não são diretamente as necessidades humanas, coletivas e sociais. Na verdade, homens

emancipados são aqueles capazes de identificar os seus próprios interesses e alcançá-los, articulando atividades individuais com necessidades sociais. Uma sociedade emancipada pode-se dizer, é uma sociedade tornada efetivamente humana e social. (PADILHA, 2000, p. 16/7)

Estas potencialidades jamais poderão ser alcançadas no mundo das mercadorias, e justamente por isso, que a tese de que hoje a sociedade caminha para um novo metabolismo, interno ao sistema, de predominância do tempo livre, é altamente discutível, pois se o trabalhador não encontra sentido na esfera do trabalho, fora dele esta possibilidade se torna impossível. (ANTUNES, 2009). Sabe-se que com a reestruturação produtiva surgida da crise do fordismo-taylorismo, o avanço tecnológico se tornou exponencial. A categoria bancária, por exemplo, é receptora e produtora de sofisticados softwares e hardwares. Possuindo uma jornada de trabalho reduzida, e com este avanço tecnológico, poderíamos partir do princípio de que isso possibilitou mais tempo livre a estes trabalhadores.

A partir dessas constatações iniciais, procuraremos desenvolver as seguintes questões: de que forma o esgotamento físico e mental do trabalhador bancário impossibilita que o mesmo desfrute do seu tempo fora do trabalho e de que forma o incremento tecnológico das últimas décadas não suavizou o trabalho bancário, e nem libertou o banco da força de trabalho humana.

#### **4.1 Em torno do tempo livre: a relativa autonomia como mediação a uma emancipação socialmente humana.**

A análise não dialética entre o tempo de trabalho e o tempo livre é um dos perigos que tornam interpretações sobre um suposto aumento do tempo liberado como algo absolutamente progressista, algo emancipador, autoderminador. As implicações do mundo do trabalho, suas rotinas, seus passos e compromissos com a boa gestão da empresa, de certo, é deixado de lado, pois ao refletir apenas as relações externas (viagem, lazer, ida a shoppings, ir à missa, fazer piquenique com a família, etc.), e, mais profundo ainda, ao não refletir que muitas dessas atividades lúdicas fora do trabalho estão implicadas com o mundo material-burguês, deixamos de ser honestos cientificamente.

É justamente a partir dessa compreensão inicial que tentaremos realizar uma passagem crítica com a literatura que tem tratado a questão do tempo livre, seja marxiana, marxista ou não-marxista (algumas antimarxista).

O debate em torno do tempo livre não é algo recente. E sem dúvida, a mesma confusão que impera sobre o debate acerca do trabalho e de sua importância ou não nos dias atuais, reside também sobre o tempo liberado da produção, tanto que muitos dos autores que iremos analisar aqui que reiteram a não importância da categoria trabalho para a compreensão da sociedade totalizada pelo capital, são os que advogam a finalmente chegada da sociedade do tempo livre. Como profetas de um novo mundo, esperam o messias, sem que os mesmos percebam que não há messias.

#### 4.1.1 A autodeterminação do tempo diante da degeneração da heterodeterminação do trabalho

O mundo nunca sofreu tantas alterações de forma tão acelerada como nos dias atuais. As transformações na força de trabalho abriram diversas perspectivas interpretativas, e tentaremos, a luz do que já foi analisada nesta pesquisa, dialogar com autores, a exemplo, de Gorz, Aznar, De Masi, dentre outros, que vislumbram positivamente o novo mundo ou tempo-novo que é alicerçado, relacionando com o que tais autores pensam sobre os avanços tecnológicos e seus impactos na ampliação de mais tempo liberado.

De Masi (2001) considera que nunca o mundo sofrera mudanças tão significativas quando atualmente, com avanços tecnológicos que contribuem para o uso cada vez menor do tempo humano para a produção de bens e serviço. Constata que há um aumento importante da expectativa de vida, o que leva as pessoas a viverem mais, e logo, principalmente, na velhice<sup>69</sup>, a desfrutarem de mais tempo livre. Reconhece, entretanto, que “[...] para um número crescente de pessoas o tempo livre prevalece nitidamente sobre o tempo absorvido pelo trabalho”. (2001, p. 12). Isso significa que mesmo longe do trabalho, estes continuam interligados a ele ou ao mundo necessitando cada vez menos de trabalho interligar-se a ele de uma forma sem sentido nos dias atuais.

---

<sup>69</sup> Esquece-se de problematizar o problema latente nos países da zona do Euro e em diversos países, como o Brasil, onde o ataque aos velhos e aposentados tem sido monstruosamente perversa, com inclusive ampliação do tempo de trabalho para obter a aposentadoria ou pela própria taxaço de aposentados.



Tal constatação, entretanto, não anula o caráter utópico do mundo que surge, pois se chegou “[...] a um ponto de inversão de rota, talvez irreversível [...] [já que] pela primeira vez, depois de Atenas de Péricles, são o tempo livre e a capacidade de valorizá-lo que determinam o nosso destino [...]”. (DE MASI, 2001, p. 12). Esta capacidade de valorizá-lo seria um retorno a si próprio, algo que Marx (2008) refletia, todavia num patamar de entendimento distinto de sociedade em que isso será possível.

A ampliação do tempo livre, e o constante valorizar-se, tem permitido uma elevação humana, um reconhecimento maior do próprio eu, pois aquilo que subjugava os homens, o trabalho, às condições não criativas e elevadíssimas, se desintegra em uma velocidade impressionante. O mundo pós-industrial seria o mundo da possibilidade lúdica, da efetivação do reino da liberdade, pois “[...] através do direito ao trabalho, o homem realizou a sua condição industrial; através do direito ao ócio, o homem realizará a sua condição pós-industrial. [...]”. (DE MASI, 2001, p. 14). A nova condição humana passaria bem longe do trabalho e das fábricas do período taylorista-fordista.

A desintegração do trabalho, com a diminuição estrutural de postos de trabalho, permite um aumento volumoso de desemprego. O que em tese, na visão de Gorz (1982), por exemplo, não seria algo tão apocalíptico assim. A crise do emprego fordista, com sua profunda redução, seria enfim um sinal de que aquilo que era estruturante na sociedade já não é mais. Como bem destaca Gorz,

[...] a sociedade do desemprego é a que vem progressivamente se instalando sob nossos olhos: de um lado, uma massa crescente de desempregados permanentes; de outro, uma aristocracia de trabalhadores protegidos; entre os dois, um proletariado de trabalhadores precários, que cumprem as tarefas menos qualificadas e mais ingratas. (GORZ, 1982, p. 12)

Gorz, assim como De Masi, enxerga com um otimismo jubilar os resultados das transformações que se assistiu na força de trabalho durante as décadas de 1960 e 1970. O processo de automação, as formas gerenciais modernas, a desintegração do fordismo e do trabalho industrial são sinalizações positivas de um novo quadro social autodeterminado. Isso não impede tal autor de acertar na caracterização das condições do *homem-que-trabalha*, quando o mesmo lembra que existe uma massa crescente de trabalhadores precarizados, que estariam como meio termo entre uma massa crescente também de desempregado e de uma *aristocracia de trabalhadores protegidos*, termo que o mesmo usa para definir um setor que conseguiu preservar direitos, algo que soa em Gorz (1982) e Aznar (1995) como privilégio.

Então, mesmo constatando o quadro geral que conduz boa parte da parcela da força de trabalho, ou às condições degradantes de trabalho, o qual o autor define de *trabalhadores precários*, ou fora de qualquer vínculo empregatício, isso também implica uma possibilidade utópica de constituição de outra sociedade, a sociedade do tempo livre. O próprio Gorz reconhece que o novo “[...] se esboça apenas nos interstícios e como contraponto da sociedade presente: baseia-se no princípio do “trabalhar menos para todos trabalharem e ter mais atividades por conta própria” [...] (GORZ, 1982, p. 12).

Para Gorz, por exemplo, “à medida que o tempo de trabalho diminui em favor do tempo livre, o trabalho heterodeterminado tende a se tornar acessório e as atividades autônomas tornam-se preponderantes [...]” (1982, p. 15). Esta preponderância que, ao fazer os sujeitos sociais se afastarem cada vez mais do mundo do trabalho, reforça neles uma concepção de vida que será antagônica ao *modus operandi*.

Neste sentido, Gorz (1982) enxerga com certo desdém a luta sindical por mais emprego ou a luta revolucionária contra a propriedade privada e o mercado. Seriam insuficientes (ou não ontologicamente necessárias), pois, o que é crucial é a crítica ao próprio trabalho, e não só ao trabalho na forma alienada. Gorz (1982, p.10) inclusive lembra que a abolição do trabalho não deve ser confundida por luta pela abolição do assalariamento, que são “[...] duas coisas que, na época heroica do movimento operário, eram sinônimas”. O trabalho quer seja na sociedade capitalista, quer seja na sociedade socialista, estará mergulhado na heterodeterminação social. Sem a crítica ao trabalho, seja alienado ou não, e sem a distinção entre o que é trabalho e tarefa, algo que o mesmo pega emprestado de Arendt<sup>70</sup> (2010) toda construção sociológica estaria fundada em um equívoco, como está à própria teoria marxiana sobre o trabalho.

Partindo, enfim, de uma visão evolucionária, defende que a extinção do capitalismo (não precisamente do capital) se processa com o aumento da sociedade do tempo livre e da desintegração do emprego (que não é o fim dos empregos ou trabalho). Como destaca Prado, é possível constatar em Gorz que

[...] o capitalismo não é, pois, extinto como produto das lutas de classes e por meio da tomada do poder pelas classes exploradas, mas ele se extingue como

---

<sup>70</sup> Arendt (2010, p. 108), em a *Condição Humana*, afirma que “era moderna em geral e Karl Marx em particular, fascinados, por assim dizer, pela atual produtividade sem precedentes da humanidade ocidental, tendiam quase irresistivelmente a considerar todo trabalho como obra e a falar do *animal laborans* em termos muito mais adequados ao *homo faber*, como a esperar que faltasse apenas um passo para eliminar totalmente o trabalho e a necessidade”.

o fogo da pira que consome aos poucos, mas persistentemente, todo o combustível que o alimenta [...] (PRADO, 2006, p. 163)

O desemprego, de fato, forçaria parte da força de trabalho a romper com o padrão de desenvolvimento até então hegemônico, fazendo um redesenho dos empregos e, finalmente, permitindo o afloramento da criatividade atrofiada pelo trabalho heterodeterminado. Assim como tais mudanças aumentam o desemprego, abrindo caminho para uma nova sociedade, a desintegração do trabalho, fruto do progresso tecnológico, do desenvolvimento organizacional e da globalização, permite o aumento do tempo livre. (DE MASI, 2001)

Como bem destaca Camargo (2006, p. 173), “[...] as ações humanas que se processam fora da experiência e do tempo de trabalho, situadas no que Gorz e Habermas chamam de mundo da vida<sup>71</sup>, serão a condição de possibilidade para pensar-se a emancipação humana [...]”. O aumento então de tempo liberado é a condição fundante de uma sociedade pós-capitalista. A utopia social de Gorz é frontalmente alicerçada nesta perspectiva do papel do tempo do não trabalho. As individualidades potencializadas conduzirão a uma individualidade emancipada.

Ora, é o tempo ligado diretamente ao trabalho “[...] que aprisiona e produz heteronomia<sup>72</sup> e o tempo livre aquele que abre inúmeras possibilidades de uma vida dotada de sentido”. (CAMARGO, 2006, p. 174). A questão é compreender de que forma este tempo livre se situa. De que forma o tempo livre permite então um desenvolvimento da humanidade maior entre os homens e mulheres? De que forma mais tempo livre é mais tempo com sentido?

O próprio Gorz traz uma posição interessante sobre a impossibilidade, numa sociedade tão complexa como a nossa, de a heteronomia ser suprimida totalmente, todavia,

---

<sup>71</sup> Para maior aprofundamento, vê as seguintes citações:

O mundo da vida não é assim aquela esfera de ação em que se dão interações espontâneas baseadas na solidez de padrões normativos legados pela modernidade, mas é o tempo e o espaço de vida em que a integração social, em contraposição à integração funcional, é medida pelo conflito entre comportamentos individuais e normais institucionais [...] (CAMARGO, 2006, p. 175)

[...] Quanto mais extensos, portanto, o tempo de não-trabalho, maiores as possibilidades de constituírem-se sujeitos autônomos, como ocorre na concepção de Habermas, mas com características diferentes, onde o mundo da vida possibilita a formação de uma ética e de uma cultura não determinada pelos processos de integração funcional. (CAMARGO, 2006, p. 175/6);

<sup>72</sup> “Lembrar: a heteronomia de um trabalho *não reside* simplesmente no fato de que deve curvar-se às ordens de um superior hierárquico ou, o que dá no mesmo, às cadências de uma maquinaria pré-regulada. Mesmo quando domino meus horários, meu ritmo e o modo de cumprimento de uma tarefa complexa, altamente qualificada, meu trabalho continua heterônimo quando a finalidade ou o produto final a qual ele concorre escapa a meu controle [...]”. (GORZ, 2007, p. 165)

afirma que mesmo na esfera da heteronomia, haverá uma maior autonomia. E, logo, não haverá sentido imaginar “[...] uma oposição radical entre atividades autônomas e trabalho heterônomo, entre esfera da liberdade e esfera da necessidade [...]” (2007, p. 96). Seria isso resultado daquilo que ele define como *sociedade do tempo liberado*.

A sociedade do tempo liberado ou *sociedade da cultura* (GORZ, 2007) é justamente o projeto construído aceleradamente, que já se apresenta como fato em várias regiões desenvolvidas do mundo que passaram pelos ciclos industrialistas iniciais. Há assim uma inversão do que até pouco tempo era dominante, pois “[...] a ética do livre desenvolvimento das individualidades [...] exige e implica hoje que, no lugar de identificar-se a seu emprego, os indivíduos dele se afastem [...]”. (GORZ, 2007, p. 104). Cabe também lembrar que isso não implica o *fim do trabalho* (GORZ, 1982), algo que o autor abandonou aos ratos, já que deixou de defender essa tes. Mas, uma requalificação ou readaptação, já que não é mais a cultura do trabalho que determina.

Na utopia social de Gorz, então, o tempo de não trabalho se constitui na mais importante mediação social, socialização, uma interação criativa e não enfadonha. E ele será preenchido “[...] por atividades como lazer, esportes, vivências familiares, ações cooperativas, etc., ou mesmo por atividades laborativas que não tenham por finalidade a criação de valor [...]”. (CAMARGO, 2006, p. 174). Isso, certamente, criará novas gerações que crescerão com outros vínculos, novas perspectivas. Dessa, forma, uma geração mais criativa que olhará para o passado cinzento e neurótico como algo distante.

A experiência com o mundo fora do espaço de produção é fundamental, e justamente por isso, é totalmente compreendido que com a reestruturação produtiva, o avanço tecnológico e a diminuição dos postos de trabalho fordistas, precisamente na Europa e nos Estados Unidos, um dos pontos-chaves para se aproveitar positivamente desse momento seria o aproveitamento qualificado desse tempo. Gorz, por exemplo, lembra que em uma “[...] sociedade futura capaz de propiciar autonomia terá que propiciar aos indivíduos uma possibilidade ampliada de vivenciarem experiências de não trabalho”. (*apud* CAMARGO, 2006, p.174)

Aznar anuncia esta sociedade futura, ou como ele define este *novo tempo*, afirmando que “os homens, nos anos vindouros, vão dispor de tempo. Isso não é uma afirmação mágica, mas o resultado matemático da revolução tecnológica que acaba de ser anunciada [...]”. (1995, p. 243). A esperança por profundas mudanças que diminua a importância do trabalho na vida e aumento do tempo liberado é tão enraizada em sua análise, que o mesmo define de *retardado, passadista e esquizofrênico* aquele que não enxerga que a

revolução tecnológica nos coloca na real condição de permitir *trabalhar, todos, metade menos*. (AZNAR, 1995).

Esta tese defendida por Aznar (1995) se situa na premissa de que há um nítido desaparecimento dos postos de trabalho, o que exigiria uma redistribuição do que *resta* de trabalho. A influência de Gorz em sua obra é abertamente declarada, tanto que o seu livro célebre, *Trabalhar menos para que todos trabalhem*, é algo já bem presente no livro de 1982 de Gorz. Entretanto, interessa observar que em Aznar não há um entusiasmo exacerbado do crescimento de trabalhos autodeterminados, mas de tempo autodeterminados, que são duas coisas distintas. Então, pela própria redistribuição do trabalho heterodeterminado, haveria assim mais tempo autodeterminado.

Este *novo tempo* de Aznar (1995, p. 244), cada vez mais liberto graças ao desenvolvimento tecnológico, apresenta três características importantes, que o distingue do tempo atual. O tempo (I) “[...] não é forçado, mas desejado [...]”]; (II) “[...] ele não é um *tempo-tampão* [...]” e (III) “[...] ele não é vazio, mas aberto [...]”. Então, diferente do tempo atual, a sociedade capitalista não será mais subsidiada pelo trabalho, pois este já não será a mediação principal na sociedade, nem tão pouco o tempo será como hoje, tempo-tampão, onde as pessoas apenas desfrutam de parte de sua vida, e em muitos casos, euforicamente, em êxtase, para depois retornarem a suas rotinas enfadonhas. O tempo será carregado de possibilidade, por isso mesmo aberto, liberto das amarras.

Gorz, em seu livro *Metamorfose do Trabalho*, traz um trecho do *Manifesto per una nuova sinistra europea*, de Glotz, um pensador que está dentro daquilo que se chama de nova esquerda, corrente em que se encaixam pensadores como Aznar, Negri, De Masi, para ficarmos com os mais citados nesta dissertação. Esta nova esquerda se constitui por dentro de uma crítica radical à ideologia do trabalho, que na visão deles, está impregnada até mesmo no marxismo. Compreendendo o importante papel da tecnologia nos dias atuais, afirma com isso que o tempo livre se torna cada vez mais predominante. Neste manifesto, Glotz declara que

[...] a civilização eletrônica suprimirá milhões de emprego... mas, ao mesmo tempo, ela pode trazer economia, não apenas de trabalho, mas também de matéria-prima, de energia, de capital. Ela oferece-nos a oportunidade de ultrapassar um sistema que produz por produzir, de confiar às máquinas dos trabalhos penosos e indignos, de permitir aos indivíduos espaços crescentes de *tempo disponível* [...] (*apud* GORZ, 2007, p. 100)

Esta análise sobre *sistema produz por produzir* já se encontra em *Trabalhar menos para que todos trabalhem*, de Aznar (1995), quando o mesmo dizia não ver sentido no

funcionamento dos bancos como são atualmente, diante da não necessidade do público como antes. E que este funcionamento se daria assim devido à subsunção à ideologia do trabalho, e não da cultura do tempo ocioso. Ainda permanecemos amarrados à empregabilidade e não à autodeterminação.

Contudo, Aznar (1995), assim como outros teóricos do *Tempo Livre*, sabe que os efeitos das transformações do capitalismo – muitas de fato não desejadas – abriram uma perspectiva utópica de uma libertação do trabalho, e de uma subjunção ao tempo. A nossa liberdade será tão efetiva, que inclusive reorganizaremos a vida a partir não mais das regras do emprego, e nem estaremos mais submetidos ao controle coercitivo do trabalho. Esta nova terra fértil será propícia para germinar muito daquilo que há de mais belo nos sujeitos. O tempo será o definidor de nossos passos. Um tempo autodeterminado.

Notoriamente, com o advento das novas tecnológicas, de alguma forma, abre-se uma grande possibilidade de rompimento, não com o capital, mas com o trabalho, que nas análises dos autores citados, é o elemento causador de todos os males da humanidade. Tanto é que o caráter utópico desse novo mundo se enseja dentro do capitalismo. E, excluindo Gorz, que ainda apresenta uma transitoriedade rumo a uma sociedade não capitalista, de forma evolutiva, sem rupturas ou *revoluções típicas dos séculos passados*, Aznar e De Masi, parecem não estarem preocupados com esta transição ou convencidos da necessidade dessa transitoriedade.

De qualquer forma, ambos concordam que com as mudanças atuais, que supostamente aumentou o tempo livre, permite-se emergir uma nova humanidade. De Masi declara que

É necessário ascender do humanismo do trabalho ao humanismo do ócio. Isto nos é agora permitido graças ao nível de tecnologia e de escolaridade difusa que atingimos: aquele direito ao ócio, gozado pelos aristocratas e pelos grandes herdeiros do Renascimento, mas que sempre permaneceu utópico para os operários industriais, e finalmente realizável pelos executivos, empresários e dirigentes, pelos profissionais liberais e por todos os envolvidos em criação na nova nossa sociedade pós-industrial [...] (2001, p. 14)

Aznar recebe o avanço tecnológico como um vento redentor, que finalmente contribuirá para se forjar uma sociedade onde se trabalhe cada vez menos, e se viva, afetivamente, cada vez mais. Preso a um fetiche do que seria a tecnologia nos dias atuais, o autor descreve enfim as benesses do que ele define por tempo livre, o contanto poeticamente.

[...] o tempo livre será para alguns a consumação louca e voraz dos lazeres, como se faz com uma bebida gelada a que tanto esperamos debaixo do sol. Para outros será a viagem, o turismo, a exploração, o trekking, o passeio, a montanha as torrentes de rios encachoeirados. Ou então a cultura, os concertos, os museus, o teatro, os festivais. Para outro, tipo cultura. Para outros ainda, a militância política ou social, o apoio humanitário. Para outros, a fotografia, a pintura. Para outros o corpo, a dança, a competição, o relaxamento, o culturismo, a beleza. Para outros, uma forma de trabalho. Finalmente, para outros, nada. (1995, p. 248)

Como se percebe, a sociedade do tempo livre permitiria finalmente a efetivação do reino da liberdade, a autodeterminação do tempo, logo, da sua própria existência. Este reino da liberdade, todavia, em Gorz (1982), tem distinção da concepção marxiana. Na visão gorziana, assim como tantos teóricos do tempo livre, busca-se a libertação do trabalho (seja alienado ou não), enquanto na visão marxiana, o reino da liberdade seria a libertação no trabalho.

Isso significa que todos, pelo menos a maioria, trabalharão menos e terão mais o tempo livre. Haverá uma coexistência pacífica, sem barreiras e sem a dualidade atual entre o tempo de trabalho – tempo do desgaste, da frieza e da deteriorização humana – e tempo livre – tempo da recomposição. Aznar, com seu *novo espaço-tempo*, por exemplo, nos lembra de que

[...] é verdade que, neste novo espaço-tempo, todas estas atividades e outras mais poderão coexistir. Mas também a adoração do vazio como um silêncio de catedral, o culto da preguiça ou a satisfação de um segundo trabalho reinventado. Não nos compete organizar o tempo livre. (1995, p. 259)

Somente assim, poderíamos permitir o desfrutar da afetividade, que na vida *full time*, *Just in time*, não permite. E da afetividade brota um dos mais nobres sentimentos, o amar, pois a sociedade do tempo livre é efetivamente a do tempo de amar. (AZNAR, 1995). A afetividade encontrará assim um campo aberto, livre, cheio de possibilidade. Uma nova humanidade enfim se consolida diante da ruína do trabalho e do crescimento do tempo livre. Uma nova humanidade emancipada, que será senhora de seu próprio destino.

4.1.2 Tempo livre: pleno desenvolvimento dos indivíduos ou livre florescimento dos indivíduos?

Em uma bela obra, pouco conhecida, mais de uma riqueza desproporcional, apesar das críticas importantes de Bloch (2002)<sup>73</sup>, o religioso Campanella (2009), ao falar de sua Cidade do Sol, dizia que na cidade em que ele havia conhecido, ao contrário daquela em que vivia, *havia uma distribuição igual dos misteres, das artes, dos empregos, das fadigas, onde cada individuo trabalhará o máximo quatro horas por dia, consagrando o restante do seu valioso dia, ao estudo, à leitura, às discussões científicas, há diversos exercícios agradáveis e úteis ao corpo e à mente.*

Morus (2009, p. 77), em sua Utopia, também caracteriza sua cidade ideal como contraponto à Londres que se industrializava e que substitua os camponeses por ovelhas nos campos. Na sua cidade ideal, não existia inatividade, justamente para que ninguém se comportasse como *burro de carga*. E prossegue afirmando que

O dia solar é dividido em vinte e quatro horas de igual duração, seis das quais consagradas ao trabalho: três antes do meio-dia, seguidas de duas horas de repouso, e mais três terminadas com a refeição da noite. Na oitava hora, que eles contam a partir do meio-dia, todos vão se deitar e dedicam oito horas ao sono.

Alguns séculos depois, o teórico/militante ibérico Lafargue (2003) defendia em sua obra *Direito à Preguiça, a diminuição das horas de trabalho*, que segundo este autor, *permitiria para a produção social novas forças mecânicas, e dessa forma, os trabalhadores desfrutariam de sua produção.* A jornada de 3 horas diárias defendida por Lafargue seria a forma encontrada, diante do amor viciante pelo trabalho e da dificuldade da luta pelo fim do trabalho (CARDOSO, 2009), de ter mais tempo livre.

O reino da preguiça de Lafargue seria a antítese da estranha *loucura do trabalho que tomou conta das classes operárias*. Acreditar que seria possível uma superação das condições degradantes que afligiam os operários sem a redução da jornada seria um suicídio, pois quando mais distante do espaço de produção, mais o trabalhador poderia se autoelevar

---

<sup>73</sup> Bloch, ao analisar a obra de Tommaso Campanella, afirma que “[...] Em seu todo, a utopia de Campanella tem de ser entendida conforme o sistema mundial de seu autor; com exceção de Bacon e Fichte, idealizador do ‘Estado comercial fechado’, Campanella é o único filósofo entre os utopistas mais recentes. Não é por acaso que sua *Civitas Solis* surgiu como apenso a uma *Philosophia realis*, ou seja, como paralipômenos, mas também para comprovar a veracidade das afirmações da filosofia natural e moral. Como o ser humano, também sua ampliação, o Estado, representa uma imagem de Deus. Em decorrência, essa utopia social desce do ser supremo até o Estado, querendo mostrar que, concebido como perfeito, este se iguala às irradiações de um sistema solar divino. Talvez causem surpresa os traços comunistas de uma utopia de dominação dessas. No entanto: aqui não está operando uma utopia da liberdade, mas da ordem impessoal, concebida como Estado mundial. [...]”. (BLOCH, 2006, p. 79)



política, social e culturalmente. O trabalho do mundo do capital seria responsável por toda a degradação humana, entretanto, era preciso infligir uma moral que se constituía como uma

[...] desprezível paródia da moral cristã, [que] excomunga a carne do trabalhador. Seu ideal é reduzir o produtor ao mínimo absoluto de suas necessidades, suprimir de suas necessidades, suprimir suas diversões e seus prazeres e condená-lo ao papel de máquina, produzindo trabalho sem trégua e sem piedade. (LAFARGUE, 2003, p. 15).

Quando se analisa a Grécia antiga, para se apropriar de uma representação de sociedade muito utilizada, o cidadão, totalmente desprovido de trabalho ou tarefa, utilizava seu tempo livre para o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, através de exercícios, jogos, cultura, etc. O trabalho era de obrigação dos escravos, já que “[...] os filósofos antigos ensinavam o desprezo pelo trabalho, [uma] degradação do homem livre. Os poetas cantavam a preguiça, presente dos deuses”. (LAFARGUE, 2003, p. 21). Por isso mesmo que Russel (2002) lembra que este tempo livre de uns poucos era possível apenas, e só, diante do trabalho da maioria.

Este cantar a preguiça não implicava a não importância do trabalho, mas o mesmo não estava submetido ao cronometro temporal de uma classe social expropriadora. A própria definição do tempo em que a maior parte da humanidade se submeteu é histórica, socialmente estabelecida. Como bem destaca Whittrow (*apud* CARDOSO, 2009, p. 31), “[...] o modo como o dia é dividido em horas, minutos e segundos, é puramente convencional e arbitrário, não sendo essas noções inatas e nem automaticamente apreendidas, mas sim, resultantes da experiência e da ação dos homens [...]”.

É bem verdade que a ascensão da burguesia, deu ao trabalho, uma característica igual ao totem. Sacralizado, o tempo de trabalho tornou-se, a partir do protestantismo (que Marx considera como a religião oficial da burguesia), pelo menos, das principais correntes hegemônicas, em um amuleto de salvação. A nova indulgência burguesa, em substituição as indulgências da moral feudal e clerical católica. Para os fieis do *novo cristianismo*, “[...] a representação sobre o tempo [e sobre o trabalho] foi muito modificada, passando a ser algo consumido, utilizado racionalmente e permanentemente, para, através do trabalho, atingir a riqueza e o lucro, que passaram a significar a salvação divina [...]” (CARDOSO, 2009, p.33)

Ao “[...] obrigaram os trabalhadores a trabalharem todos os dias, de forma regular, no intuito de impedir o ócio [...]” (CARDOSO, 2009, p.33), subvertia o sentido do tempo, fazendo com que a necessidade se constituísse como o horizonte cotidiano, logo, sobreviver

em torno do tempo de trabalho burguês se tornou intrínseco aos sujeitos sociais<sup>74</sup>. Ou, como brilhantemente lembra Debord (1997, p. 108) “para levar os trabalhadores ao *status* de produtores e consumidores “livres” do tempo-mercadoria, a condição prévia foi a *expropriação violenta do tempo deles* [...]”.

Ora, como bem observa Marx (2008, p. 1083), “[...] o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção materialmente dita [...]”. Então, a defesa da redução da jornada de trabalho por Tommaso quanto por Lafargue convergem para a compreensão de que a humanidade, cada vez mais livre do *reino da necessidade*, poderá, desfrutar do *reino da liberdade*.

A possibilidade de extensão da própria intelectualidade humana passaria pela libertação do peso do trabalho fetichizado, libertação *no* trabalho. Dessa forma, como aponta Marx no mesmo livro III - assim como também refletia Lafargue, e de certo modo Campanella – a “[...] condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho”. (MARX, 2008, p. 1084). É também importante lembrar que, em Marx, *pleno desenvolvimento dos indivíduos*, ou seja, o desenvolvimento emancipado dos homens e mulheres é distinto do *livre florescimento dos indivíduos*, como muito bem lembra Gorz (2007).

É bem verdade que na teoria marxiana a efetivação desse *reino da liberdade* se dá com a ruptura total entre capital e trabalho e também que este conceito de *reino da liberdade*, tempo social, são variáveis, e aqui, como trata Marx, tem relação estritamente com o mundo erigido pelas relações capitalistas. Sue (*apud* CARDOSO, 2009, p.39) afirma que na sociedade capitalista, o tempo de trabalho no máximo é dominante, mas não significa que seja exclusivo ou que o mesmo seja quantitativamente mais presente. Temos que concordar com Sue que de fato, o tempo social burguês não é o único existente no mundo, todavia também nos parece estranho supor este tempo não seja quantitativamente o mais extenso. Ainda mais por compreendermos que o capitalismo nas últimas décadas se estendeu de uma forma nunca vista.

Corretamente, Debord (1997, p.101) nos lembra de que “com o desenvolvimento do capitalismo, o tempo irreversível *unificou-se mundialmente* [...]”, isto é, este tempo

---

<sup>74</sup> Como Cardoso (2009, p. 34), para obrigarem os trabalhadores a se submeter ao tempo de trabalho burguês, esta nova classe utilizou de várias estratégias, como “[...] a invenção do trabalho fora do domicílio, a criação das fábricas, a introdução de máquinas, a baixa remuneração, os diversos códigos de conduta, de multas, o controle rígido dos horários dentro e forma do local de trabalho e, até mesmo, o surgimento do relógio de ponto [...]”

irreversível que se unificou é a do “[...] *mercado mundial* e, coronariamente, do espetáculo mundial”. Disso, pode-se perceber de que a noção de tempo numa sociedade altamente industrializada não é a mesma de sociedade menos industrializada, entretanto, como o planeta todo está sobre a égide do capital, em última instância, é justamente a noção de tempos *tensos, urgentes, intensos, flexíveis e incertos* (CARDOSO, 2009) que se territorializam pelo mundo.

De qualquer forma, “faz-se necessário lembrar que a relação entre vida/tempo/espço, a elaboração das fases do tempo, deslocamento dos tempos no espaço, tudo isso é relativo à cultura na qual se está inserido”. (PADILHA, 2000, p. 48). Prosseguindo,

[...] como afirma Sue (1991): a organização do tempo é um vetor de uma ordem social. E Attali (1982) complementa: é em torno do tempo que nosso mundo se modela, é o tempo que decide o curso de nossas vidas e é na possibilidade de liberá-lo que se decide a vida atual de nossas sociedades [...] (PADILHA, 2000, p. 48)

Marx e Engels (2007, p. 47) nos lembram de que “as ideias da classe dominante são, e cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua *força espiritual* dominante [...]”. Ora, como *produtores* de ideias, como *reguladores* das mesmas, o tempo de trabalho constituído pela burguesia deveria ser a partir daquilo que para a classe dominante era necessário e essencial. É óbvio que não afirmou que estas ideias dominantes sejam as únicas existentes, pois se assim fosse, a dialética da luta se tornava infundada, e a própria dialética se constituiria um blefe.

Quando analisamos mais profundamente, somos sabedores que mesmo dentro dessas *ideias dominantes* existem blocos de poderes ou frações, que numa disputa encarniçada, tentam se impor a todo momento. As formas de organização de produção do capital também seguem esta lógica ou ilógica. Mas, no fim de tudo, quando analisamos a essencialidade e não a superficialidade, nos deparamos com a certeza de que “[...] o tempo que se afirma oficialmente em toda a extensão do mundo como o *tempo geral da sociedade* significa apenas os interesses especializados que o constituem: *é um mero tempo particular*”. (DEBORD, 1997, p. 101)

O tempo da produção do período descrito de fordismo não poderia jamais ser o mesmo do tempo de produção do que se chama de produção flexível, apesar de isso não implicar uma descontinuidade. Por mais se tenha um ritmo geral, estabelecido pela necessidade do capital, com suas expansões, centralizações, concentrações, dispersões, existem ritmos estabelecidos de acordo com a forma de produção dominante em uma época,

ou seja, taylorista (primeiro subtempo particular da burguesia), fordista (segundo subtempo particular da burguesia) ou toyotista (terceira forma de subtempo particular da burguesia). É justamente por isso que a análise a cerca do tempo livre deve também acompanhar estas alterações.

O tempo livre de não-liberdade é, assim como o tempo que organiza a sociedade industrial (ou pós-industrial, como define outros), “[...] *um tempo preciso, abstrato, vazio de conteúdo, independente de qualquer evento, fracionado, mensurável e universal.* [...]”. (CARDOSO, 2009, p.36). Bem longe de um tempo autodeterminado, o que corre em nossas veias hoje é a certeza de que as metas estabelecidas pelo tempo social burguês nos enjaula, seja na esfera diretamente ligada ao trabalho, seja fora dele, o que confirma a tese de uma proximidade cada vez maior desses tempos. Por isso também que o debate sofre a importância ou não da categoria trabalho para estes tempos se torna infundada, pois a sociedade como todo é erigida pelo ritmo estabelecido pelas fornalhas das minas, pelas contabilidades dos escritórios e pelos softwares dos centros de telemarketing.

Gorz, assim como Aznar e De Masi, por mais válidas que sejam diversas questões colocadas por tais autores, alicerçam suas teorias em uma base insustentável. E, mais ainda, quando advogam para uma autodeterminação do tempo livre. Interessa observar que Padilha aponta que na perspectiva marxiana, “[...] *é a superação do trabalho abstrato, a vigência positiva do trabalho concreto e a redução da jornada de trabalho que possibilitariam a ampliação do tempo livre de forma a favorecer a emancipação humana* [...]”. (2000, p. 33). E, objetivamente, que o trabalho autodeterminado em Gorz se autodetermina relativamente, pois concretamente, permanece submetido aos ditames do capital. No fim, até mesmo o trabalho com certa autonomia em relação ao capital, no fim do ciclo, acaba tangenciando com a esfera do mundo material-burguês.

#### 4.1.2.1 Tempo livre abstrato e tempo livre concreto

Tempo livre, na interpretação aqui defendida, é o tempo do não trabalho. E, como o metabolismo social hegemônico é o burguês, seria uma delinquência intelectual supor que tal tempo teria uma autonomia absoluta. Parte-se do princípio que ele tem uma autonomia relativa, sendo que em algumas situações possibilita avanços rumo a um livre

desenvolvimento das individualidades, mas nunca a um retorno esperado dos sujeitos a si próprio. O que determina qual rumo se tomar é justamente a luta de classes, os confrontos estabelecidos e a rica dinâmica dialética em que nos situamos. Por isso, Adorno (*apud* PADILHA, 2000, p. 98) está correto ao lembrar de que “o tempo livre não só se contrapõe ao trabalho. Num sistema onde a ocupação constante constitui o ideal, o tempo livre é também uma projeção direta do trabalho [...]”.

Uma vida sem sentido no trabalho é uma vida sem sentido fora do trabalho (ANTUNES, 2009). O tempo livre está ligado ao mundo material burguês, por isso mesmo, que a luta pela redução da jornada de trabalho jamais é a luta final, mas mediadora, que pode permitir, com seu êxito, avanços na consciência social dos trabalhadores. Em um mundo onde o capital se constitui cada vez mais totalitário e expansivo (territorialmente, temporalmente, subjetivamente e objetivamente), até mesmo mais tempo livre não implica mais disponibilidade para atividades lúdicas e sociais desprendidas pelo menos relativamente ao capitalismo ou menor jornada de trabalho - como já refletimos no caso dos bancários - implica menos intensidade de trabalho.

Em um tempo em que o processo de intensificação se acentua, algo já alertado por Marx, no livro I do Capital, é ingenuamente preocupante o discurso de efetivação de um novo jeito de ser em um mundo onde o que vale é a forma de ter. A delimitação, enfim, do que se compreende por tempo livre também tem relação com aquilo que Marx (*apud* BLOCH, 2002, p. 441) já afirmava que “na sociedade capitalista se produz tempo livre para uma classe pela transformação de todo o tempo de vida da massa em jornada de trabalho”. Sabe-se que no mundo burguês, a vida dos trabalhadores em quase sua totalidade está intimamente ligada as regras desse mundo, logo, desde cedo até o anoitecer, devem seguir a cronologia oficial. Em contrapartida, o patronato obtém da expropriação da totalidade da vida dos trabalhadores sua vitamina, que a faz seguir firme, desfrutando das belezas do mundo.

Quando enfim se afirma que a vida, em todas as dimensões, está totalmente submetida às ideologias dominantes, reforçando o individualismo (e não a individualidade), a competitividade, a frieza e o cinismo, quer-se com isso, seguindo Marx, retirar a ilusão romântica sobre este conceito que tem sido perpetuado no século XX, pois “[...] não é possível conciliar trabalho alienado com tempo livre [...]” (GRAZIA, 2007, p. 35). Ora, isso também não significa negar a importância de mais tempo liberado, e por esta razão que a luta pela redução da jornada de trabalho implica num confronto direto com o capital.

De qualquer forma, defende-se aqui que a luta por mais tempo livre é uma tarefa central nestes tempos de controle diluído. E que em tese, este objetivo relativamente pode

abrir perspectivas de outras conquistas. Isso, todavia, não deságua no oceano hegemônico de que as transformações recentes do tempo social de produção faz emergir a sociedade do tempo livre (PADILHA, 2000). Por isso,

[...] concordamos quanto à inviabilidade da realização de um tempo livre “cheio de sentido” se a racionalidade econômica do capitalismo (e não só econômica) continuar prevalecendo. Assim sendo, se o capitalismo é tão abrangente na vida do homem, o próprio “tempo livre” é subordinado ao universo e à lógica do capital [...] (PADILHA, 2000, p. 54)

Compreendemos que o tempo livre abstrato deve sucumbir no mesmo momento em que sucumbir o trabalho abstrato. A retorno a si próprio, é o retorno ao controle do tempo, que assumirá uma dimensão concreta, não-alienada, já que o metabolismo social em que estaremos inseridos ativamente não será manipulatório, nem expropriador.

#### 4.1.2.2 Desemprego, tecnologia e tempo livre

Bloch, em *Princípio Esperança*, faz uma análise filosófica a partir dos conceitos de tempo livre, lazer, fome, flagelo. A própria opção metodológica de Bloch (2002) é altamente interessante, pois permite realizar uma analogia aprofundada entre tempo livre e fome, tempo livre e lazer. Interessa-nos aqui a relação que o mesmo faz entre tempo livre e o capitalismo, pois nos parece próximo daquilo que estamos defendendo nesta pesquisa.

Referindo-se ao desemprego, que naquele contexto estavam bem distante do quadro apocalíptico atual, Bloch (2002) o caracteriza como o mais notório *tempo livre capitalista*. Na mesma linha de Marx, este filósofo relembra que na sociedade burguesa, a humanidade como toda está submetida a um processo que em última instância deve atender um fim, e este ato finalista é justamente garantir a sustentação do regime. Sabemos que quando se analisa as sucessivas crises do regime do capital, o aumento da força de trabalho desempregada se torna inevitável.

O mundo atual tem apresentado um ritmo do tempo volátil ao extremo. Uma transformação impactante, já que se diluem numa velocidade assustadora várias noções, inclusive de convívio social, o que coloca também em xeque, contraditoriamente, a própria sociedade burguesa hoje mergulhada nas mais diversas barbáries das relações interpessoais. O desemprego, apresentando não como o apocalipse e sim como gênese por Gorz e Aznar tem

atingido níveis cada vez mais perigosos para a própria burguesia, que hoje apresenta uma hipertrofia no exército industrial de reserva, o que também não tira o sono do patronato.

A falta de emprego é um sinal desses tempos. É sem dúvida um desemprego tecnológico (PADILHA, 2000). O avanço tecnológico, obviamente, em conjunto com as formas de gerenciamento do mercado, tem enxugado drasticamente a força de trabalho de algumas áreas. Sobre estas tecnologias, Lessa (2011, p.312) lembra que “[...] O desenvolvimento de novas tecnologias capitalistas apenas resultou na produção de mais e mais capitalismo [...]”. A própria lógica do desemprego é um projeto dentro do controle do capital, como veremos abaixo.

Por isso mesmo que o desemprego, bem diferente de anunciar uma possibilidade de constituição de uma sociedade de trabalhadores autodeterminados (GORZ, 1982), com mais tempo livre para seu bel desenvolvimento humano, tem um caráter altamente negativo. O desemprego é o templo livre forçado do capitalismo (BLOCH, 2002). Já Mezsáros (*apud* ANTUNES, 2006, p. 31), pondera que “atingimos uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista em que o desemprego é a sua característica dominante [...]”.

É notoriamente sabido que no projeto controlador do capital, o desemprego é uma parte essencial, ou como Mezsáros nos lembra de que “[...] a necessidade de produzir desemprego, ‘diminuição de custos’ etc. necessariamente surge dos imperativos antagônicos do capital, da busca do lucro e da acumulação, aos quais não pode renunciar [...]”. (in ANTUNES, 2006, p. 32). Por isso mesmo que a ideia de atingirmos no âmbito do regime do capital o pleno emprego era um mito muito bem divulgado pelos tecnocratas keynesianos.

Hoje, as taxas de desemprego têm atingido patamares que podem colocar em xeque a própria engrenagem do regime. Justamente por isso que a tese de Gorz e Aznar, de realinhamento dos empregos para que todos trabalhem é mais uma preocupação, principalmente em Aznar, em salvar o regime do que garantir dignidades mínimas ao sujeito desempregado. Não há, principalmente no quadro em que atingiu o capitalismo, de proposta que seja razoavelmente impactante, mesmo a proposta de redução da jornada de trabalho sem a diminuição de salário (algo que Aznar é contra), que seria taticamente apenas uma saída provisória.

É bem verdade que Gorz, através de seu pseudônimo Michel Bosquet, também problematiza esta questão do desemprego, questionando inclusive se conseguiremos fazer dessas transformações algo que nos conduza a uma sociedade do desemprego ou sociedade do tempo livre. E, mais ainda, reconhece que o *desemprego é também uma arma para reinstaurar a obediência e a disciplina nas empresas.* (*apud* DE MASI, 1999, p. 64). Entretanto, sua

análise sobre o desemprego, ao não realizar a crítica totalizante ao capital, e ao fragmentar arbitrariamente sua análise sobre tempo de trabalho e tempo livre, acaba coroando um rei que não deveria ser coroado.

São estes desempregados, os  *futuros precariados incorporados*, como Petras lembra, que se sujeitam às condições bem piores de trabalho. Entretanto, há também uma imensidão de futuros precariados, se conseguirem, que já se constituem como  *sem futuro*, pois nunca conseguem qualquer tipo de emprego. Por isso, é cômico quando se tenta romantizar o desemprego ou os precariados, os apresentando como “[...] um romântico espírito livre que rejeita normais da antiga classe trabalhadora mergulhada no trabalho estável, bem como o materialismo burguês de quem tem empregos assalariados de ‘colarinho branco’ [...]” (STANDING, 2013, p. 26)

O desemprego, apresentado como parte de uma nova utopia social por Gorz (1982), Aznar (1995) e De Masi (1999; 2001; 2003) não anuncia nada de profético, mas sim de apocalíptico. Tanto o desemprego conjuntural, produto dos arranjos pré e pós-crisis cíclicas do capital, quanto o desemprego estrutural, fruto dos alicerces sedimentados das crises, é um filho pródigo constante, logo, sempre existirá, como necessidade orgânica do sistema, o que permite também no “[...] aniquilamento ou (n)a fragilização das formas de defesa e organização dos trabalhadores [...]” (GRAZIA, 2007, p. 17). Petras, por exemplo, (*apud* GRAZIA, 2007, p. 33) lembra bem, que

[..] o desemprego é a primeira parte do projeto de acumulação: a segunda é a reincorporação num emprego mal-remunerado [...] São três fases: emprego com bom salário, sindicato, previdência; desemprego, sem nenhum direito; e depois reincorporado a trabalho muito pior que antes de ser demitido. Esse é o padrão da nova forma de acumulação do capitalismo.

O desemprego então, fermento do  *tempo livre não-livre*, como fermento fora da validade, não poderia gerar pães saudáveis, pois “[...] com o aumento do desemprego, o tempo livre ganha uma dimensão negativa [...] e os trabalhadores acabam lutando por emprego - a única fonte de renda para sua sobrevivência – e não pelo tempo livre”. (PADILHA, 2000, p. 93). Por isso que nem na Europa, berço de autores como Gorz, Aznar e De Masi, nem em qualquer outro lugar do mundo burguês, não é a bandeira de “mais tempo livre” que é ecoada nas ruas de Paris, Roma e Madri pelos desempregos ou  *jovens sem futuro* (STANDING, 2013), mas a bandeira “de mais emprego”. Os desempregados bancários, por exemplo, sabem bem o que significa isso.



É com esta sustentação equivocada que “a construção da sociedade do tempo livre vem a ser, para Gorz, a grande utopia a ser formulada pela sociedade atual [...]”. (PRIEB, 2005, p. 64) Uma utopia sem perspectiva de se realizar justamente pela quebra da totalização de entendimento do mundo material-burguês. Gorz, corretamente, lembra que “[...] a exigência de “trabalhar menos” não tem por sentido e por finalidade “descansar mais”, mas “viver mais” [...]” (1982, p. 11), todavia, como viver mais num regime que transforma as pessoas em coisas, mercadorias, e que não tem limites para obter seus objetivos?

Inevitavelmente, o desenvolvimento tecnológico abre uma importante perspectiva emancipatória. Como bem lembrou Astrada (1968, p. 97-96)

Sem dúvida Marx não pode prever o acelerado desenvolvimento e o aperfeiçoamento que a técnica industrial (diria não só industrial) adquiriria e, em geral, o processo tecnológico do trabalho. Mas as conquistas da tecnologia vêm confirmar sua concepção da liberdade do homem, cuja condição *sine qua non* é a diminuição da jornada de trabalho. A automatização fornece a base para a libertação humana, que se erige sobre o reino da necessidade num processo antropógeno identificado com a gênese e o desenvolvimento da liberdade mesma: mas só pode realizar-se numa comunidade de produtores associados [...]

Astrada vê então no desenvolvimento tecnológico uma perspectiva que não deve está separada da luta pela efetivação do reino da liberdade, que seria uma sociedade não capitalista, algo bem distinto do que Santos (2004), em Por Uma Outra Globalização reflete, já que ao criticar corretamente a *globalização perversa* e a sujeição totalitária do sistema de técnicas a orientação política dos países centrais, equivocava-se ao acreditar que isso pode ser invertido por mera mudança política ou do papel que deve ocupar a *classe média* e os *cidadãos*, algo próximo de Aznar (1995)

Russel (2002, p. 28), por exemplo, afirma que “a técnica moderna tornou possível à drástica redução da quantidade de trabalho necessário para garantir a todos a satisfação de suas necessidades básicas [...]”. Lafargue, para ter uma ideia, resgata uma poesia de Antíparo, que diz:

Poupem o braço que faz girar a mó, ó moleiras, e durmam tranquilamente! Que o galo cante em vão o amanhecer! Dao impôs às ninfas o trabalho das escravas e lá estão elas saltitando alegremente sobre a roda, enquanto o eixo gira com seus raios, movendo a pesada pedra rolante. Vivamos da vida de nossos pais e, ociosos, alegremo-nos pelas dádivas que a deusa nos concede. (2003, p. 45).

O sonho ofuscado de Antíparo se dá justamente por, naquele tempo, imaginar que o simples desenvolvimento da técnica permitiria uma liberalidade da humanidade da jornada de trabalho ou sua drástica redução. Assim, então, como alguns pensadores impregnados pelo fetichismo da técnica desses tempos de robotização, automação, sistemas informacionais, “[...] outros poetas poderiam, como Antíparo, visualizar o final da maldição bíblica que condena os homens ao trabalho”. (MEYER, 1998) ou como o próprio Lafargue lembra:

Infelizmente não chegaram até nós os lazes sobre os quais falava o poeta pagão. A paixão cega, perversa e homicida pelo trabalho transforma a máquina libertadora em instrumento de escravização dos homens livres: a sua produtividade os empobrece. (2003, p. 45)

Russel (2002), de alguma forma, converge com a análise marxiana de que a técnica e todo arcabouço tecnológica não tem esta autonomia que alguns defendem. Ela apresenta certas condições, todavia, em vez de libertar, tem aprisionado. Este filósofo fará alusão a uma fábrica de alfinetas, que hipoteticamente, possuem certa produção determinada por um número  $x$  de funcionários com uma jornada de 8 horas. E, diante do incremento de tecnologia, a jornada poderia ser de 4 horas, entretanto, mantém-se a jornada de 8 horas e boa parte dos funcionários são demitidos. No fim, aumenta-se o desemprego, arroja-se o tempo daqueles que continuam empregados e aumenta-se a margem de lucro do patronato.

Sabe-se que o avanço tecnológico serviu como remédio patronal bem amargo para os trabalhadores. Marx (2013) mesmo lembra que havia uma relação inversamente proporcional entre o aumento da maquinaria e o tempo da jornada de trabalho, entretanto, havia também uma relação diretamente proporcional entre o aumento da maquinaria e a intensificação do trabalho. A tecnologia, subordinada aos interesses políticos, econômicos, culturais e espirituais da burguesia, não permitiu mais tempo livre dos trabalhadores, ao contrário, tem sido um mecanismo de controle e de intensificação do trabalho, por exemplo, nas agências bancárias, que conduzem bancários a trabalharem mais intensamente, num ritmo frenético. A tecnologia usada nos bancos ou em qualquer empresa não “[...] resultou na redução da “carga” de trabalho necessária à sobrevivência dos ainda enormes contingentes de assalariados e trabalhadores precarizados [...]”. (GRAZIA, 2007, p. 16)

Grazia (2007) lembra que o avanço tecnológico foi acompanhado de uma drástica redução da jornada de trabalho, fruto obviamente da capacidade organizativa da classe trabalhadora. (vide a relação já defendida no Livro I do Capital). No século XXI, o avanço tecnológico tem gerado mais desempregos, mais sujeitos sem emprego, e sem tempo

efetivamente livre. Então, em tese, pode-se afirmar sem receio que por mais que no decorrer dos últimos dois séculos se tenham obtido uma redução da jornada, a burguesia conseguiu transferir os efeitos dessa redução para as máquinas e para a subjetividade do trabalhador, que cada vez mais é absolvido pela ideologia gerencial moderna de responsabilidade coletiva pela empresa.

Como bem lembra Grazia (2007, p. 17),

[...] Mesmo no caso de jornada mais curtas, a intensificação do trabalho, a pressão para o cumprimento de metas em prazos cada vez mais curtos - características do modelo produtivo atual, em que a própria categoria de tempo de trabalho sofre alterações - , além de sugarem intensamente todas as energias disponíveis, têm levado as preocupações e o *stress* do trabalho a interpenetrarem o tempo de vida, interferindo nas relações sociais, prejudicando o sono, o lazer, etc.

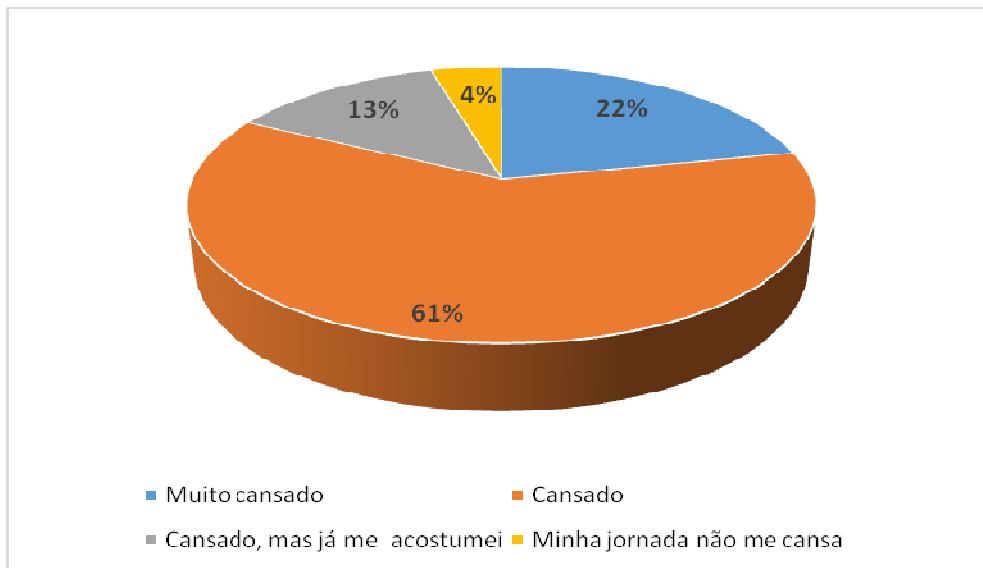
A possibilidade de o trabalhador converter-se em supervisor e regulador do processo de produção, a construção de uma sociedade baseada no trabalho autodeterminado, a partir da livre associação de produtores, só seria possível fora do domínio do capital. Por isso, para alguns estudiosos a redução da jornada é apenas uma estratégia a ser direcionada para a luta contra a opressão do capital.

#### **4.2 Tempo livre e espaços livres: uma perspectiva radical perante o projeto de dominação societal do capital.**

A caracterização do tempo livre, através da releitura de vários pensadores que tratam do assunto, alguns sistematicamente outros diluídos em suas diversas obras, nos possibilita chegar a algumas posições preliminares. A primeira, sem dúvida, é que não existe dissociabilidade entre tempo livre e tempo de trabalho, principalmente nos tempos atuais. E segunda é que trabalhadores mais precarizados e de tarefas intensificadas implica em trabalhadores mais afastados de apropriação qualificada do tempo de não trabalho, e por fim, terceiro, tem relação com os *espaços livres*, que unidos com nossa defesa do papel relativo que cumpre o tempo liberado na perspectiva radical, são ingredientes emancipadores. À luz dessas questões, analisaremos a realidade dos bancários de São Luis do Maranhão.

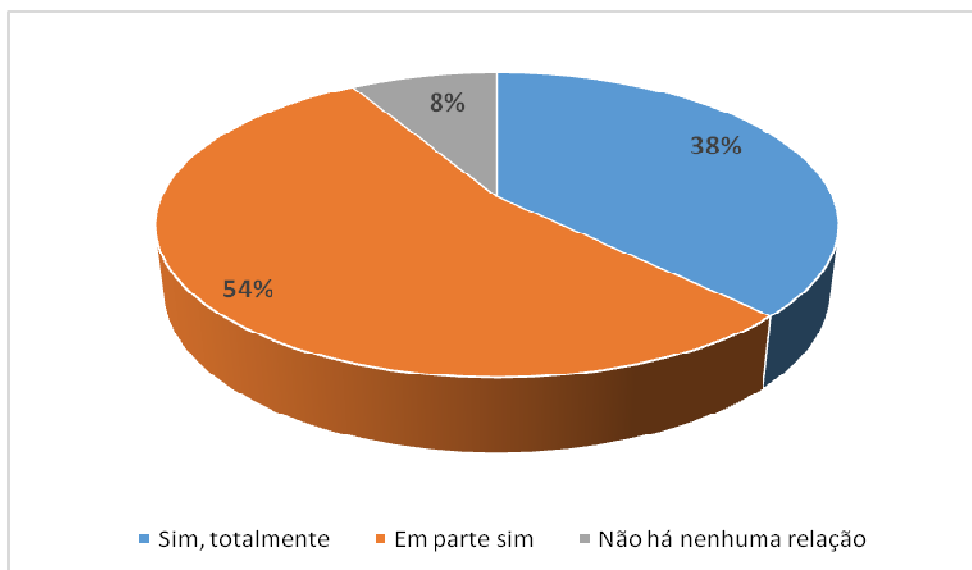
Sabemos que uma situação de estafa no trabalho, em muitos casos, além de adoecer do trabalhador, o impede de desfrutar daquilo que possui de tempo livre. Esta realidade nos parece próximo dos bancários. Observemos os gráficos abaixo.

Gráfico 15 – Após um dia de trabalho, no fim da jornada diária, como você se descreve.



Fonte: Questionário aplicado nas entrevistas com bancários.

Gráfico 16 – Suas tarefas, metas e obrigações dentro da agência prejudicam sua vida fora do trabalho, como a disposição para lazer, cultura, passeios, viagens, etc.?



Fonte: Questionário aplicado nas entrevistas com bancários.

Como se observa no gráfico 15, uma parcela significativa dos entrevistados certamente se encontra estafada no final de um dia de trabalho. Os problemas já aqui analisados, como poucos funcionários, periculosidade, pressão por metas, são certamente aliados do agravamento dessa situação. Estes trabalhadores se tornam, inclusive, vítima fácil da ideologia do lazer tão presente nestes dias via shopping center.

Quando analisamos o gráfico 16, ele reforça as informações apresentadas pelo gráfico anterior. Uma parcela significativa de bancários estafados não encontra disposição e *animus* para atividades lúdicas e lazeres menos influenciados pelo capital. Na verdade, quando não sugados pela indústria cultural, a maior parte fica estagnado em suas casas, buscando recompor suas energias para o outro dia de trabalho.

Tanto Bloch (2012) quanto Russell (2002) questionam a passividade do uso do tempo fora do trabalho, e quando nos deparamos com os dados acima, de profundo esgotamento da força de trabalho, inclusive com adoecimento como nos foi apresentado no capítulo anterior, é de se compreender por que aqueles que usufruem de alguma atividade fora do trabalho, a maior parte dos bancários entrevistados, 58% ficam em casa. Certamente, reféns do lazer passivo.

A categoria bancária, para além das lutas obtidas em torno de sua jornada, durante algum tempo conseguiu organizar um importante espaço de lazer, que inicialmente era controlado pelos bancários, com apoio dos bancos. Em tese, os bancos públicos, a exemplo do Banco do Brasil, com sua AABB - Associação Atlética Banco do Brasil, e a CEF, com sua APCEF – Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal, construíram estes importantes

espaços, que dependendo do direcionamento a ser posto, podia ser um reafirmamento da ideologia de controle extensivo do banco sobre o trabalhador ou uma mediação social que extrapolasse a mera recomposição da força de trabalho.

Em 15 de agosto de 1947 surgia, em São Luís – MA, o Satélite Clube, que em 1953 se transformaria em AABB, com sedes provisórias no Centro da cidade, servindo como *recreação* aos servidores após expediente. Interessa lembrar que as agências bancárias que existiam, precisamente a do Bando do Brasil, se localizava na proximidade do Satélite Clube. Entretanto, com o crescimento da rede bancária do BB no Maranhão e com novas necessidades de *lazer*, é construído na atual localidade, Avenida dos Holandeses, número 08.

A AABB até a década de 1980, somente quem era bancário do BB podia se associar, sendo que a partir do final dessa década, foi alterado o meio de vínculo, podendo ser associado também aqueles que possuíam apenas conta bancária no banco. Isso refletia, segundo a Associação, como forma de ampliar sua receita, principalmente devido a diminuição de recursos oriundos do próprio banco. Nacionalmente, na década de 1970, surgiu a FENAABB, uma federação nacional que reúne todas as associações do Brasil.

Já a APCEF – Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal foi criada em 1958, no Olho D'Água, com um pequeno campo de futebol, sendo que no final dos anos 1970, foi inaugurada a atual sede, localizada no Calhau, onde até hoje permanece. Quanto ao surgimento, era uma associação exclusiva para bancários da CEF, sendo que seguiu o mesmo percurso em décadas seguintes das associações do Banco do Brasil, sendo que hoje ela segue algumas subdivisões, como: (I) sócio proprietário e sócio aposentado, com direito a voto e ser votado; (II) sócio contribuinte, constituído de não funcionários da CEF; (III) sócio conveniado, feito através de contrato com outras instituições e (IV) Sócio individual, que são dependentes de maior idade que querem permanecer associados.

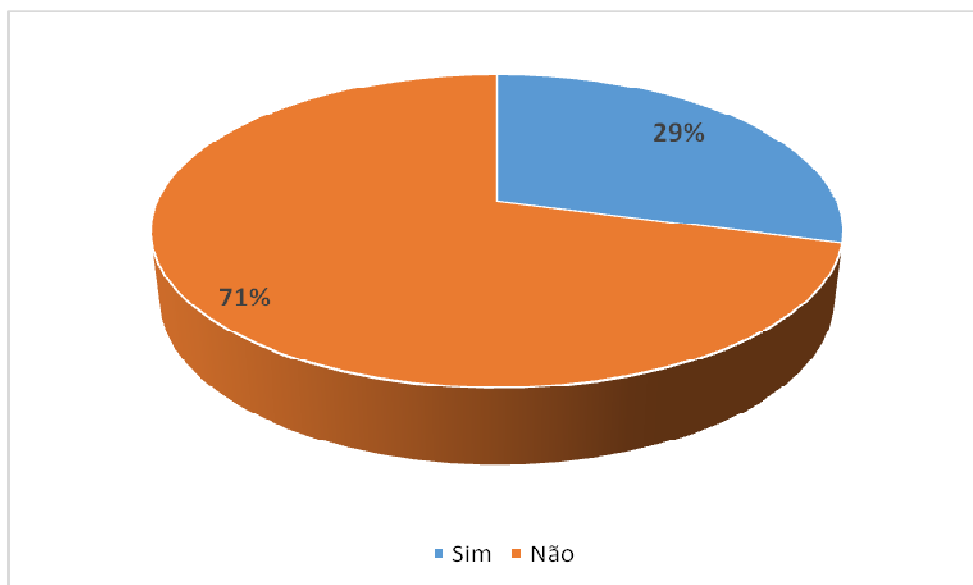
Interessa observar que estas associações mantinham inicialmente uma vinculação exclusiva com os funcionários do banco, o que serviam durante décadas como espaço fora do trabalho de recomposição da força de trabalho. Esta observação é importante por que permite relacionar com o quadro de reflexão que se tem feito até o momento. Como forma, inclusive de controle dos seus funcionários, estas associações também serviam como espaço de socialização entre os bancários.

Em síntese, podemos afirmar que: (a) estas associações tinham vínculos direto com os bancos, tanto que eles financiavam com determinado valor estes empreendimentos e funcionamento; (b) chega-se um momento que este vínculo é quebrado, sendo que os bancários se tornam responsáveis exclusivos dessas associações; (c) para garantir a

sobrevivência dessas associações, abre-se para associados não-bancários e (d) cada vez menos estas associações são frequentadas por bancários. De acordo com SEEB-MA, hoje quem mais frequenta estas associações são não-bancários.

Observando as informações de o gráfico a seguir, podemos avaliar melhor esta situação até aqui apresentada.

Gráfico 17 – Sobre a AABB ou APCef, você visita com certa frequência?



Fonte: Questionário aplicado nas entrevistas com bancários.

Certamente por isso, que na análise em torno do tempo livre, há uma correlação com as condições de trabalho do bancário, e também, por saber que a constituição de mais tempo livre sem a crítica ao regime como todo é insuficiente, ou, sem a real apropriação por parte dos trabalhadores e de seus organismos de classe do tempo do não trabalho, a luta se torna em vão, ainda mais nos dias atuais de controle espacializado e consumista feito pelo capital. Para além da defesa de tempo livre, urgiria discutir os espaços livres, como Bloch (2002), já refletia.

É por isso que os bancários afirmam que seu trabalho é esgotante, estressante e que, por forçá-los a cumprirem metas abusivas, acabam afetando sua vida fora do trabalho, ou através de adoecimento físico ou mental, ou por retirar qualquer possibilidade de usufruir de alguma atividade cultural ativa, no máximo, ficando refém das atividades condicionadas pelos espaços não livres de lazer.

#### 4.2.1 Tempo livre e espaço livre: uma unidade dialética como forma de apropriação classista do tempo do não trabalho bancário.

Os espaços de desfrute do tempo do não trabalho, em conjunto com o tempo livre são questões essenciais de compreensão de que forma, primeiro, o tempo livre, no âmbito do regime do capital, constitui na forma hegemônica, uma extensão da ideologia burguesa, e segundo, que esta extensão se efetiva em muitos casos nos espaços não-livres. Bloch, corretamente, alertava que “[...] presente-se como se gostaria de viver a vida livre. Contudo, além do como do tempo livre importe o onde, o *espaço livre* mais belo [...]”. (2006, p. 467).

O distanciamento do espaço de trabalho, sem dúvida, permite, hipoteticamente, uma transmutação provisória de pensamento e de ações, apesar de isso se constituir provisoriamente. Ela não deságua no ambiente não hostil, pois a hostilidade de classe impera na sociedade de classe, mas ela também não necessariamente desemboca apenas no oceano hegemônico da cultura do consumismo, da apatia social ou, naquilo que Russell (2002) condenava e definia com os lazeres passivos, como assistir TV, vê um jogo, etc.

Bloch reflete sobre isso, afirmando que

[...] Particularmente um tempo mais largo de ócio demanda uma decidida mudança de espaço, o chamado desmanche das tendas. O distanciamento dos afazeres, denominado de férias, ter de ser literalmente um distanciamento, uma mudança de ares, dos caminhos, das próprias coisas. E o espaço em torno desse tempo livre, sem trabalho, é esperado e considerado como o espaço de proteção da vida simples e sem amarras: o espaço de tempo livre será, pois, a natureza vazia de humanos, contudo não hostil aos humanos, em suma a natureza utopizada como idílio [...] (2006, p. 467)

O tempo livre para se anunciar exige espaços livres. Esta unidade dialética permitiria assim um descobrimento maior de si próprio, uma transição para o retorno a si próprio, como bem defendia Marx, ou uma transição para o retorno do homem a sua casa. A luta de classes está também associada a defesa de tempo livre e de espaços livres, e de uma ruptura com a forma hegemônica da produção cultural. O verdadeiro lazer, por exemplo, “[...] vive unicamente do conteúdo sempre esperado, em boa hora atualizado, de sermos nós mesmos, ou de liberdade, em um mundo igualmente não-alienado [...]”. (BLOCH, 2006, p. 477).

Os espaços livres, enfim, seriam locais de apropriação classista do tempo do não trabalho, que desnudado da ideologia dominante, se possa alimentar criativamente e



afetivamente os sujeitos sociais que deles se insiram. Ora, então, os espaços que os bancários construíram apresentariam esta uma dimensão transitória? A resposta mais imediata seria não, já que não ocorrera a apropriação classista dos bancários desses espaços, todavia, é preciso algumas considerações.

Em primeiro lugar, aqueles espaços foram construídos pelos bancários com apoio, inclusive de verba, dos bancos, logo, para o Estado, o interesse naqueles espaços era mera recomposição da força de trabalho; em segundo lugar, ocorre uma transição interessante entre a década de 1980 e 1990, pois deixa-se associar não bancários, como forma de sobrevivência financeira, admite-se que se obtém mais autonomia frente aos bancos, todavia há um aumento do distanciamento dos bancários desses espaços.

Os espaços de lazer, constituídos pelos bancários durante décadas, não tinha esta perspectiva transitória, mas sim uma reafirmação indireta das condições de trabalho. O questionamento do fardo semanal se diluía na fluidez dominical, que desfrutando da companhia da família, tinha os clubes recreativos ou associações como local privilegiado, como se tivessem duas vidas, a do sujeito cumpridor dos horários e tabelas, e a do sujeito, desprovido dessas obrigações. Uma dualidade muito bem explorada pelos banqueiros e o Estado, que compreendiam que a unidade desses dois sujeitos em um só poderia trazer consequências não esperadas para o capital.

Isso, sem dúvida, é uma política classista do patronato. Era preciso criar mecanismo de monitoramento também fora dos espaços de trabalho. “[...] O que se perde em tempo livre e liberdade parece retornar por meio de uma garantia, por meio da ocupação garantida, por meio do ócio subsidiado [...]”. (BLOCH, 2002, p. 454) Este ócio subsidiado ou direcionado tem como fim a obtenção certa de encontrar sua força de trabalho recomposta objetivamente, e subjetivamente, domesticado dentro dos mandamentos do regime.

Contudo, mesmo com esta compreensão sobre o papel desses espaços não-livres, uma linha de análise que se pode tomar sobre o afastamento dos bancários desses espaços associativos, diante do quadro de respostas as condições de esgotamento físico e mental devido à intensificação do trabalho, é justamente a incapacidade de estes locais conseguirem atrair determinado público, que se encontra cada vez mais diluído nas formas modernas de gozo do tempo do não trabalho. Justamente por isso que defendemos a tese de que o aumento – ou suposto – do tempo livre não pode está separado da crítica aos processos ideológicos e gerenciais que intensificam o trabalho, transvertido de metas, colaboração, responsabilidade com a empresa, etc.

Outro fator interessante é que, no auge dessas associações, havia também uma ação sindical mais intensa, logo, por mais que estes locais de lazer nem sempre mantinha vínculos orgânicos com os sindicatos, mas a vivência coletiva da luta desbocava também numa vivência mais coletiva dos espaços de lazer. Hoje, a luta sindical tem assumido uma dinâmica cada vez mais complicada, onde até mesmo sindicatos do peso do SEEB-MA têm encontrado dificuldade de reunir seus sindicalizados em assembleias e atos, algo que era mais forte outrora.

Sem dúvida, teóricos como Gorz, Aznar, De Masi, Lazzaroto, Negri, para citarmos alguns, por mais que apresentem panoramas difíceis de comprovação, sendo a maioria das vezes, análises a partir de suas confortáveis janelas, traz a luz um debate seguramente de muita relevância, que é justamente esta não separação entre espaços de produção e espaços de não-produção. Este debate permite, no âmbito de uma teoria que paute não apenas uma utopia social, entretanto uma ruptura social com o capital, uma reorganização que coloque como ponto central a jornada de trabalho, as formas intensificadas de trabalho e, sobretudo, o tempo relativamente livre e a constituição de espaços livres.

Gorz, por exemplo, reconhece que hoje se tem uma maior autonomia dos indivíduos, todavia, ela está “[...] vigiada e ameaçada pelas indústrias culturais e pelos mercadores do lazer, que constitui o espaço vazio no qual o projeto de sociedade de uma esquerda renovada deverá fincar raízes se quiser continuar a existir [...]”. (2007, p.103/04) Se podemos tranquilamente questionar a escala dessa autonomia, que certamente não está dentro dos parâmetros gorzianos, também nos coloca duas questões chaves: (a) como avançarmos em uma teoria do tempo livre radical e (b) como radicalmente construirmos uma luta pela apropriação criativa do tempo livre pelos trabalhadores e não pelo capital.

Sabe-se que a libertação efetiva dos homens não efetiva sem que antes estejamos libertos do metabolismo do capital. A frieza e cinismo que se tornam mantras são consequências fieis do mundo do trabalho abstrato, onde o homem é parcelado, sem sua integridade ontológica. É terrivelmente assustador perceber que as relações mais barbáries se tornam quase naturais, e a perspectiva de emancipação um desafio ainda maior em tempos de expansionismo desenfreado do capital em todas as dimensões da vida.

A miserabilidade material gera a miserabilidade subjetiva, fazendo com que a subjetividade dos sujeitos, em geral, seja enlameada. Uma sociedade de coisas criam sujeitos coisificados. Mais do que nunca, aquilo afirmando por Alves (2006, p. 22), de que “[...] o sujeito do capital é um sistema do *sujeito* humano *quase-impossível* [...]” se amplia consideravelmente. Sem sentido, tais trabalhadores são quase não humanos, no sentido

genérico. Justamente por isso que Marx lembrava que “[...] para o homem faminto não existe a forma humana da comida, mas somente a sua existência abstrata como alimento [...] O homem carente, cheio de preocupação, não tem nenhum sentido para o mais belo espetáculo [...]”. (2004, p. 11).

O tempo é algo essencial para que numa perspectiva antônima do mundo burguês se alicerce bases para um mundo de pessoas emancipadas. Enquanto o projeto societário for o do *salve-se quem puder*, ou como lembra Cardoso (2009), o projeto de sociedade onde *tempo é dinheiro*, baseado na extração do direito à vida, não há sentido para qualquer tempo fora do trabalho, efetivamente. É preciso compreender que

[...] a libertação do homem da prisão do trabalho heterônomo e o fim do predomínio da lei do valor, conduzem à utilização do tempo de vida dos indivíduos a não mais ser regido pelo tempo de trabalho, mas sim, o trabalho é que deve adequar-se, de forma subordinada, ao projeto de vida dos indivíduos [...] (PRIEB, 2005, p. 64)

A bandeira por menos tempo no trabalho nos parece acertada. Negar esta bandeira seria equívoco. Por isso mesmo que a defesa da jornada de trabalho de 6 horas dos bancários, bem diferente de ser um privilégio de uma categoria, é um direito que deve ser estendido a todas as outras categorias, como ponte para reduções maiores. E, sabe-se, plenamente, que lamentavelmente, “[...] o tempo de não-trabalho não se converte diretamente num momento de plenitude e autêntica individualidade”. (ANTUNES in PADILHA, 2000, p. 13), pois na sociedade capitalista, “[...] o trabalhador frequentemente não se satisfaz no trabalho, mas se degrada [...]”. (ENGELS, 2004, p. 09). A reflexão que se desenvolveu até aqui parte disso.

A defesa de mais tempo livre remete, em primeiro, a luta contra o trabalho abstrato, e em segundo, por meios autônomos de usufruir este tempo. A cultura, o lazer, o esporte ou qualquer outra forma de utilização do tempo do não trabalho deve esta submetida à outra ordem social, pois na atual, tudo deságua nos mecanismos mercadológicos do sistema. Quando se reflete sobre o lazer, por exemplo, é notório que ele assume um caráter expansivo das relações em que o bancário está submetido em seu local de trabalho. Não há descontinuidade nisso, pelo contrário, há complementaridade. A descrição de Bloch parece que assume um sentido cada vez mais presente nestes dias, quando este autor afirma que

À noite o ser humano oprimido finalmente relaxa, torna-se praticamente livre. Pode recuperar-se, e por fazê-lo porque também um trabalhador se cansa. Obtém tempo livre após o fardo e o labor do dia, para se alimentar e lubrificar como máquina. Horas livres após o trabalho bem como o domingo

significam recuperação da força de trabalho. O ser humano nunca é, na sociedade de produção, um fim, mas sempre um meio. Independente do que é feito do lazer, de modo privado ou de acordo com costumes antigos, isso apenas ornamenta a finalidade burguesa: reprodução da força de trabalho. Tanto mais diversos são obviamente os sonhos que pousam agora nas *horas do trabalho* do ser humano oprimido. Visam realizar-se ali, como um lugar em que ao menos se forma um espaço oco. Tomar ar fresco, o álcool lava abaixo a poeira, o jogo de cartas mata o tempo, sendo a demais o prazer de não apenas sucumbir ao acaso, mas poder brincar com ele a ainda ganhar algo do semelhante [...] (BLOCH, 2002, p. 456/57)

Este sujeito que não é fim, e sim meio, que é submetido aos lazes passivos, templo livre condicionado ou aos diversos mecanismos de controle do seu próprio tempo livre, vê-se cada vez sendo submetida à velha fórmula da burguesia, que hoje conseguiu alicerçar sua forma de mundo nos mais diversos espaços do mundo fora do trabalho. As formas toyotistas de controle muito bem contribuem para isso, pois quebra a total separação entre o trabalhador e a empresa, pois agora, ambos têm o mesmo interesse. Assim, mais do que nunca é com os interesses culturais e lúdicos da burguesia, em seus espaços privados de lazer, que assimilaram muito bem isso. Por isso, Bloch nos lembra de que

[...] o tempo livre sempre foi considerado pela burguesia apenas como serviço oculto, e permitido como tal [...] reparo da mercadoria gasta da força de trabalho através de um perverso *dopo lavoro*. E tudo é feito para que a mercadoria não tenha ideias nocivas no tempo livre alegremente preenchido [...] (2002, p. 458)

Este *serviço oculto* hoje transborda os espaços clássicos de direcionamento do tempo livre, pois, se na relação de controle micro, há enormes falhas e lacunas, o que explica o esvaziamento por parte dos bancários de suas associações recreativas, na relação de controle macro, o papel ideológico que assume os meios de comunicação, num incentivo constante a transformar o lazer em mero apêndice do consumismo, é espetacular. Quando, por exemplo, se analisa a proliferação nas médias e grandes cidades, como São Luís, das *catedrais modernas de mercadoria* (PADILHA, 2006) os shoppings centers, se confirma isso.

## 5 CONCLUSÃO

O debate em torno do tempo de trabalho e tempo de não trabalho tem apresentado nas últimas décadas delicadas discussões, como aquelas representadas por Gorz (1982), Offe (1989) e Habermas (2012), que consideram insuficiente a teoria marxiana para compreender um mundo que os mesmos caracterizam como não-industrial. Obviamente, como foi possível perceber neste estudo, trajamos um caminho distinto, pois em vez de fim dos trabalhadores ou do trabalho, o que se percebe é a sua extensão, especialização e metamorfose.

Este trajeto que seguimos nos permitiu também compreender que o trabalho, assim como Lukács (2013) refletia, continua tendo o papel central de humanização do homem, entretanto, na sua forma abstrata e como mercadoria, sua importância resulta em amputar os seres sociais, tornando-os humanamente limitados e ceifados. Como o próprio Lukács (2013, p. 44) nos lembra,

[...] somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre o homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social [...]

Isso, entretanto, não foi compreendido dentro de algumas correntes do marxismo, a exemplo do stalinismo. Kurz (1992), em *Colapso da Modernidade*, traz uma citação que retrata um pouco da visão antidialética que o stalinismo tinha sobre o trabalho. Lembra que um dos heróis endeusados no regime soviético era Alexej Stachanov, um homem que teria numa noite de 31 de agosto de 1935, extraído 102 toneladas de carvão, isto tudo em menos de 6 horas.

Gorz (1982, p. 10) afirma que “o trabalho não é a liberdade porque, para o assalariado como para o patrão, o trabalho é apenas um meio de ganhar dinheiro e não uma atividade com fim em si mesma. [...]”. De fato, não há liberdade no trabalho quando o mesmo

está submetido ao capital, seja na forma capitalista ou na forma estatal-burocrática, como hoje na China. Todavia, o projeto de Gorz de *liberdade do trabalho* nos parece equivocada, quando o apropriado seria *liberdade no trabalho*, compreensão que adotamos nesta pesquisa.

Offe (1989, p. 14), por exemplo, realizou um importante estudo sobre mudanças nos setores do trabalho. Constata um crescimento do *setor de serviços*, e diante de uma realidade que para ele se distinguia radicalmente de tudo até ali analisado, questiona a validade de ter o trabalho como categoria fundamental para a sociologia. Indaga assim se “[...] hoje ainda podemos sustentar essa suposição – como todo o cuidado designado como “materialista” – dos clássicos do pensamento sociológico”. Ora, mostramos neste estudo que os bancários é a prova cabal de que a divisão liberal do trabalho o impede de vê-la na sua totalidade, ainda mais nos dias atuais. Nunca na história do mundo o tempo de trabalho abstrato foi tão presente em todos os fusos horários desse planeta.

Nosso diálogo com autores como Azar (1995), Offe (1989) e principalmente com Gorz (1982; 2005; 2007) nos parece acertado, pois tais autores mesmo que apresentem seus fundamentos equivocados, permitiram que surgisse um conjunto de pesquisas que veio reafirmar o papel fundante do trabalho na humanização do homem, assim como demonstrar que lamentavelmente o trabalho abstrato ou heterodeterminado não recuou, mas foi ampliado e diversificado. Este debate também contribuiu para que a dimensão da opressão e dominação fosse resgatada.

A reestruturação produtiva neoliberal impactou em toda a força de trabalho. É um fato de grande relevância que estudamos foi como uma fração da burguesia se agigantou a tal ponto que a aparência acabou sucumbindo à essência. Procuramos mostrar de forma sucinta como esta autonomia do financeiro nada mais é do que ideológica, pois não há de um lado capital financeiro e do outro capital produtivo, em uma briga encarniçada, mas há complementaridade. As particularidades não anulam a natureza do capital gerador de valor.

A estruturação do sistema bancário brasileiro e suas reestruturações estiveram sempre acompanhando as mudanças do capitalismo mundial. O setor bancário brasileiro não tardou para se consolidar como um privilegiado espaço de expansão do capital, e após a reestruturação bancária neoliberal dos anos 1990, tal setor se tornou não só receptor de tecnologias e programas, mas como produtor e exportador. O Brasil se tornou um dos países com as maiores taxas de juros do mundo, e onde a automação se constitui como mantra.

Paralelo ao crescimento do setor financeiro brasileiro, e de sua saudável situação, inversamente os bancários se encontram cada vez mais numa adoecida condição. Durante os anos 1990 e 2000, assistimos a um enxugamento da força de trabalho bancária, com

substituição de trabalhadores como máquinas e cartões. Para os que continuaram como força de trabalho ativa, as metas cada vez mais abusivas que beiram o assédio moral, sem nenhum debate com a categoria, o achatamento salarial, a pressão dos gerentes e do público, dentre outros problemas, deram a sina da realidade de suas atividades precarizadas e intensificadas.

O longo processo de achatamento salarial tem efeitos nefastos sobre esta categoria, levando os bancários assim a recorrerem constantemente às horas extras em muitos casos como forma de complementação salarial. O seu tempo de trabalho foi profundamente afetado com as mudanças assistidas com a reestruturação neoliberal, além da própria receptividade tecnológica em que este setor esteve tão bem alojado. Isso gerou desemprego, como extinção de cargos, além de uma profunda terceirização onde até mesmo atividades fins foram extintas ou delegadas às empresas terceirizadas.

O tempo de trabalho dos bancários dessa forma tem se mostrado cada vez mais heterodeterminado, com jornadas extensivas, pressão das chefias e do público, demandas cada vez mais ampliadas, metas opressivas, adoecimento e aumento da periculosidade. A precariedade de seu trabalho afeta seu tempo do não trabalho, e nada mais conclusivo do que a negação prática de qualquer vivência coletiva por parte dos bancários, que cada vez mais estão mergulhados em atividades lúdicas individualizadas e altamente apropriadas pelo capital.

Este quadro de esgotamento dos bancários tem afetado suas atividades no âmbito da coletividade. Além do nítido afastamento dessa categoria de suas associações (AABB e Apcef) e da própria associação recreativa do sindicato, o distanciamento dos bancários das atividades políticas de seu sindicato é algo muito preocupante. As últimas greves dos bancários são reflexos disso, já que a participação dos mesmos nas assembleias e paralisações, a exemplo da greve de 2014, pode ser um sinal de uma realidade geral do sindicalismo brasileiro, mas também reflete as condições objetivas no âmbito desses trabalhadores em suas agências. Isso também comprova que ter mais tempo de não trabalho oficialmente não implica concretamente mais-tempo, e nem que o tempo fora do trabalho deságua numa efetividade relativa do tempo livre.

Seria importante observar que Aznar (1995) aponta para um *novo espaço-tempo*, fruto direto das transformações no capitalismo, e convergindo com a tese de Gorz (1982) e Offe (1989), reconhece que a dimensão do trabalho na vida humana tem se constituído como elemento secundário, o que o faz afirmar que o tempo livre se transforma na principal força motora da humanidade. O mesmo diz assim que no bojo desse *novo espaço-tempo*, a possibilidade do exercício do amor de forma plena é uma realidade bem próxima. Talvez

precisássemos retornar a Kolontai (2000, p. 37), quando a mesma lembrava que o homem atual não tem tempo para amar, já que

[...] nossa sociedade [capitalista], fundada sobre o princípio da concorrência, sobre a luta, cada vez mais dura e implacável, pela subsistência, para conquista o pedaço de pão, um salário ou um ofício, não deixa lugar ao culto do amor [...]

Marx (2008, p. 108) nos lembra de que a “[...] propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais [...]”. A forma-homem unilateral é a forma-homem adoecida, reduzida, desgastada pelo trabalho abstrato, incapaz de aproveitar o tempo livre que o resta em atividades lúdicas emancipatórias. O tempo livre, como possibilidade de total desligamento do seu espaço de produção, é uma fabula, no sentido que enseja algo fabulosamente nas consciências dos trabalhadores sem que nunca isso se efetive. Viveríamos num fetiche do tempo livre. O fetichismo<sup>75</sup> do tempo livre, do lazer, é uma das últimas armas que a própria burguesia utiliza para ampliar o seu poderio sobre a subjetividade dos trabalhadores. A coisificação do tempo do não trabalho é a síntese de uma sociedade altamente fetichizada.

Demonstramos nesta pesquisa que não existe efetividade no tempo do não trabalho no âmbito da sociedade capitalista, principalmente por que o próprio conceito de livre ou liberdade é um aprimorado fetiche. Não há liberdade no âmbito do capitalismo, sendo no máximo exercida relativamente. Da mesma forma, quando falamos em tempo livre, temos que compreender que seu potencial emancipatório é relativo. A efetividade da liberdade, partindo da teoria marxiana, da qual temos pleno acordo, não se realiza sem que antes vençamos o reino da necessidade, isto é, o mundo regido pela propriedade privada, divisão do trabalho e pelas mercadorias.

O capitalismo tem conseguido brilhantemente, e isto não implica que não tenham reações a este projeto, transformar mais do que nunca o desemprego e o tempo livre a seu favor. Prova disso é que “[...] o capitalismo consegue aumentar o tempo livre e manipulá-lo segundo sua lógica, seja transformando-o em desemprego, seja preenchendo o tempo liberado com consumo de mercadorias e de entretenimentos.” (PADILHA, 2000, p. 105). Se não é tão certa esta tese de aumento do tempo livre, é acertado que o mesmo nunca esteve tão manipulável e manipulado.

---

<sup>75</sup> De acordo com Alves (2006, p. 40), “o fetichismo é a forma de apropriação estranhada da sociabilidade complexa [...]”, logo, a complexidade desses dias intensificados acaba por assistir a uma apropriação superficial e não totalizante daquilo que de fato representa mais tempo livre em uma sociedade dominada pela relação capitalista.



Entretanto, como também destacamos, a não efetividade do tempo livre na sociedade burguesa não nos autoriza a negar a lutar pela redução da jornada de trabalho e por espaços públicos livres de lazer, como lembra Bloch (2005). E sem adentrar no debate acerca do lazer e espaços livres, compreendemos inicialmente que a discussão desenvolvida por Russel, Bloch, Adorno e Horkheimer, mesmo estes tendo divergências importantes, tem lugar central.

Como bem destaca Silva (2013, p. 179), “desde o primeiro momento, a indústria cultural se revela como o *típico lugar social da ideologia* [...]”. Ela tem se constituído como um elemento central no controle das consciências, e de certo modo. Por isso, Adorno lembrava que “[...] em nome dos consumidores, os que dispõem sobre a cultura reprimem tudo o que poderia fazer com que ela escapasse à imanência total da sociedade vigente, permitindo apenas o que serve inequivocadamente aos seus propósitos [...]”. (2002, p. 87)

Russel (2002, p. 27/28) afirma que “[...] O lazer é essencial à civilização e, em épocas passadas, o lazer de uns poucos só era possível devido ao trabalho da maioria [...]”, o que também não o fez perceber que isso era da própria natureza do capital. De qualquer forma, esta afirmativa nos aponta para a compreensão de que em uma sociedade onde uma minoria expropria a maioria, o próprio tempo de não trabalho também é expropriado. Por isso, convergimos com a afirmativa de Bloch (2005, p. 472) que diz que “[...] somente uma sociedade sem classes traz em si o solo para libertar integralmente o trabalho, que foi reduzido ao mínimo, da maldição da alienação e o lazer [...]”.

Uma sociedade sem classes é uma sociedade de associados livres. E este projeto de sociedade está dentro de uma perspectiva ontológica, onde homens e mulheres, livres do *reino da necessidade*, terão não mais separação entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, e o sentido da vida do ser social será em plenitude. E certamente será também uma sociedade onde a deprimente separação entre trabalho e tempo livre perderá qualquer sentido.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, W. Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

ADORNO E HORKHEIMER. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado** (Notas para uma investigação), p. 105-142. In ZIZEK, Slavoj. Um Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ALVES, Giovanni. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, subjetividade e lazer: estranhamento, fetichismo e reificação no capitalismo global**. P. 19-49. In. PADILHA, Valquíria. **Dialética do Lazer**. São Paulo. Cortez. 2006.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e Subjetividade**. O Espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Condição de proletariedade**. A precariedade do Trabalho no Capitalismo Global. Londrina: Editora Práxis, 2009.

\_\_\_\_\_. **Dimensões da Precarização do Trabalho**. Ensaios de Sociologia do Trabalho. Bauru: Editora Práxis. Canal 6, 2013

AMORIM, Henrique. **Trabalho imaterial**. Marx e o debate contemporâneo. São Paulo: AnnaBlume, 2009.

\_\_\_\_\_. **O tempo de trabalho: uma chave analítica**. In: Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Sociedade e Estado. Dossiê Trabalho: questões teóricas e práticas. Brasília: UnB, 2013.

ANTUNES, Ricardo. (Org.) **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_ **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014

ANTUNES, Ricardo e Braga, Ruy (org.) **Inforproletários**. Degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**. Boitempo. São Paulo. 2005.

\_\_\_\_\_ **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e valor: anotações críticas sobre a obra recente de André Gorz**. (141-152) In: SILVA, Josué Pereira da e RODRIGUES, Iram Jácome. (Org.) **André Gorz e seus críticos**. São Paulo: Annablume, 2006.

ARAUJO, Silvia Maria de. **Da precarização do trabalhador portuário avulso a uma teoria da precariedade do trabalho**. In: Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Sociedade e Estado. Dossiê Trabalho: questões teóricas e práticas. Brasília: UnB, 2013.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

ASTRADA, Carlos. **Trabalho e Alienação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

AZNAR, Guy. **Trabalhar menos para trabalharmos todos**. São Paulo: Scritta, 1995.

BARRETO, Marco Aurélio Aguiar. **Análise sobre a jornada de trabalho dos bancários – A discussão sobre o exercício de cargos de confiança – Horas extraordinárias**. 2012b. Disponível em: <[http://www.ambito-uridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11043](http://www.ambito-uridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11043)>. Acesso em: 20 out. 2014

BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade individualizada**. Vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado**. Do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Introdução**. In. CHESNAIS, Francois, BRUNHOFF, Suzanne de e outros. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.

BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. Vol. 2. Contraponto. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2006.

BRECHT, Bertolt. **Poemas 1913-1956**. São Paulo: Editora 34, 2012.

CARDOSO, Ana Cláudia Moreira. **Tempo de trabalho, tempo de não trabalho**. Disputas em torno da jornada do trabalhador. São Paulo: AnnaBlume, 2009.

CARVALHO, Edmilson. *A produção dialética do conhecimento*. São Paulo: Editora Xamã, 2008.

CHESNAIS, Francois. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

COCCO, Giuseppe. **Trabalho e Cidadania**. Produção e Direitos na Crise do Capitalismo Global. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. Edufma. **Nos fios da trama: Quem é essa mulher?** Cotidiano e trabalho operariado feminino em São Luís na virada do século XIX. 2006

DURANS, Cláudia Alves. **Limites do sindicalismo e reorganização da luta social**. Um estudo das experiências de ferroviários e metalúrgicos maranhenses. São Luís: EDUFMA, 2008.

DEBORD. **A Sociedade do Espetáculo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo. Unesp, 1997.

ENGELS, Friedrich. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**. Brasília: Centelha Cultural, 2010.

FARIAS, Flávio Bezerra. **O Modo Estatal global**. Crítica da governança planetária. São Paulo: Xamã, 2013.

\_\_\_\_\_. **O estado capitalista contemporâneo**. Para a crítica das visões regulacionais. São Paulo : Cortez, 1999.

FERRO, Marc. **A revolução russa de 1917**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

FILHO, Carlos Saturnino Moreira. **Desenvolvimento e Bancos de Desenvolvimento**. São Luís: PGPP/UFMA, 2003.

FONTES, Paulo; MACEDO, Francisco; SANCHES, Ana Tércia. (Coordenadores). **90 anos fortalecendo a democracia: Bancários de São Paulo – CUT (1923-1993)**. São Paulo: Editora Gráfica Atitudes Ltda, 2013.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Unesp, 1997.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: Editora Pocket, 2010.

GÉNÉREUX, Jacques. **O horror político**. O horror não é econômico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GISTELINCK, Frans. **Carajás**. Usinas e Favelas. 1988

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. Para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. **Metamorfozes do Trabalho**. Crítica da razão econômica. São Paulo: AnnaBlume, 2007.

\_\_\_\_\_. **Imaterial**. Conhecimento, Valor e Capital. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

GOWAN, Peter. **A Roleta Global**. Uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GRAZIA, de Giuseppina. **Tempo de trabalho e desemprego**. Redução de jornada e precarização em questão. São Paulo: Xamã, 2007.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.  
\_\_\_\_\_. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Para entender o Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

HIRSCH, Fernando José. **Globalização e a Precarização do Trabalho**: Leitura através da categoria profissional dos bancários. Universidade Metodista de Piracicaba. 2009. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/biblioteca/servicos/getSumario.asp?cod=4888&tipo=A>> Acesso em: 20 nov. 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Otávio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

KOLONTAI, Alexandra. **A Nova Mulher e a Moral Sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Paz e Terra. 1976. (reimpresso em 2011). Rio de Janeiro

KRISIS, Grupo. **Manifesto contra o trabalho**. São Paulo: Conrad. (Coleção Baderna), 2003.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LAFARGUE, Paul. **O Direito à preguiça**. São Paulo: Claridade, 2003

LAZZARATO, Maurício. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LAZZAROTO, Maurício e NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Porto Alegre: Pocket, 2013.

LEOPOLDI, M.A. “A Economia Política do 1. Governo Vargas (1930-1945). A política econômica em tempos de turbulência” in FERREIRA, J. e DELGADO, L. O Brasil Republicano Vol 2. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 2013pp. 243 a 285

LUXEMBURGO, Rosa. **Textos escolhidos**. Vol. I. São Paulo: Unesp, 2011.

MASI, Domenico de. **A economia do ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

\_\_\_\_\_. **O futuro do trabalho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento sem trabalho**. São Paulo: Editora Esfera, 1999.

MARQUES, Rosa Maria e NAKATANI, Paulo. **O que é capital fictício e sua crise**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2008.

\_\_\_\_\_. **A origem do capital**. São Paulo: Centauro, 2009.

\_\_\_\_\_. **Salário, Preço e Lucro**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2005.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro I Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007

MEYER, Victor. Disponível em: <[www.centrovictormeyer.org.br](http://www.centrovictormeyer.org.br)>. Acesso em: 15 out. 2013

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

- \_\_\_\_\_. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- MUSTO, Marcello (org.). **Trabalhadores, uni-vos!** Antologia Política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014.
- NETO, Arthur Bispo dos Santos. **Trabalho e Tempo de Trabalho na perspectiva marxiana**. São Paulo: Instituto Lukács. 2013.
- NOVAES, Henrique T. **O fetiche da tecnologia**. A experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade**. Volume I. Rio de Janeiro.: Tempo Brasileiro. 1989.
- PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e capitalismo**: um par imperfeito. Campinas: Editora Alínea, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Shopping Center**. A catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Dialética do Lazer**. São Paulo: Cortez, 2006.
- PAGOTTO, Maria Amélia Ferracciu. **O trabalho morreu**. Viva o conhecimento. São Paulo: AnnaBlume, 2011.
- PAULANI, Leda. **Brasil Delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008
- PRADO, Eleutério F.S. **Exame Crítico da Teoria da Financeirização**. In. Crítica Marxista. Número 39. São Paulo: Unesp, 2014.
- PRIEB, Sérgio. **O Trabalho à beira do abismo**. Uma crítica Marxista à tese do fim da centralidade do trabalho. Ijuí: Editora Unijui, 2005.
- POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo, 2014.



ROSSO, Sadi Dal. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. Boitempo. 2008. São Paulo: Boitempo, 2013.

RUSELL, Bertrand. **O Elogio ao Ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

SANTANA, Marcos Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. **Além da Fábrica**. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização**. 11 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

SANTOS, Vinícius Oliveira. **Trabalho Imaterial e teoria do valor em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SEGNINI, Liliana. **Mulheres no trabalho bancário**. São Paulo: Edusp, 1998.

SELEGRIN, Esdras Fred Rodrigues. **Experiências da Precarização e Precariedade do Trabalho Bancário**. 2013. Disponível em: <<http://base.repositorio.unesp.br/handle/11449/88735>>. Acesso em: 12 dez. 2014

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Record. 2014

SILVA, Ludovico. **A Mais-Valia ideológica**. Insular. Florianópolis. 2013.

STANDING, Guy. **O precariado**. A nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

TEIXEIRA, Notermes Guimarães. **Origem do Sistema Multibancário Brasileiro**. Instituto de Economia. São Paulo: Unicamp, 2000.

TRAGTENBERG, Maurício. **A Revolução Russa**. São Paulo: Editora Fâisca, 2007.

TROTSKY, Leon. **Lições de Outubro**. São Paulo. José Luís e Rosa Sundermann, 2007. (série coleção 10, nº 7)

VIVEIROS, Jerônimo. **História do Comércio do Maranhão**. 1612-1895. Edição FAC-SIMILAR. São Luís: ACM, 1992.

WOOD, Ellen Meiksins. **O Império do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Páginas de sindicatos dos bancários.

SINDICATO dos Bancários de Belo Horizonte e Região. Disponível em: <<http://www.bancariosbh.org.br/pagina/69/home.aspx>>. Último acesso em: 16 dez. 2014

Sindicato dos Bancários de Guarulhos e Região. Disponível em: <<http://www.bangnet.com.br/bang/saude-do-trabalhador/90-saude-mental-e-trabalho-bancario.html>>. Último acesso: 15 out. 2013

SINDICATO dos Bancários de Itabuna e Região. Disponível em <<http://www.bancariositabuna.com/?pg=conteudo&id=44>>. Último acesso em: 22 dez. 2014

SINDICATO dos Bancários do Maranhão. Disponível em: <<http://www.bancariosma.org.br/paginas/noticias.asp?p=10859>>. Último acesso em: 14 dez. 2014

SINDICATO dos Bancários de Porto Alegre e Região. Disponível em: <<http://www.sindbancarios.org.br/>>. Último acesso em: 12 dez. 2014

SINDICATO dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região. Disponível em: <<http://www.spbancarios.com.br/>>. Último acesso em: 16 dez. 2014